



Universidade do Porto

Faculdade de Ciências do
Desporto e de Educação Física

O contributo do Desporto Escolar para o desenvolvimento desportivo do Distrito de Viana do Castelo

José Mário Barbosa da Cunha

ço 2002



UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE CIÊNCIAS DO DESPORTO E DE EDUCAÇÃO
FÍSICA

**O contributo do Desporto Escolar para o
desenvolvimento desportivo no Distrito de
Viana do Castelo**

Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências do
Desporto,
na área de especialização de Gestão Desportiva
Orientador: Professor Doutor Pedro Sarmento

José Mário Barbosa da Cunha
Março de 2002

AGRADECIMENTOS

Um trabalho desta natureza, para além de expressar um cunho e investimento pessoal, espelha também o evoluir de contactos e contributos de diferentes pessoas com quem fomos conversando e que naturalmente merecem o nosso reconhecimento e gratidão.

É na intenção de o manifestar, que estamos a escrever estas simples palavras, porém estamos convictos que, em muitos casos ficarão aquém daquilo que verdadeiramente sentimos.

Ao Professor Doutor Pedro Sarmento, orientador desta dissertação, pela forma como nos orientou, as muitas sugestões efectuadas, a partilha da sua experiência e a disponibilidade total sempre manifestada.

À minha esposa e companheira pela paciência, disponibilidade, compreensão e encorajamento constantes. Por tudo o que nunca deixou de nos dar...

Aos meus filhos, Filipa, Bruno e Miguel, pela paciência que tiveram nos momentos mais difíceis e pelo tempo que não lhes dediquei.

Aos meus pais, pela ajuda e disponibilidade constante, particularmente nos momentos de crise financeira.

À minha amiga, Ana Luísa, pelo encorajamento e persistência com que sempre nos motivou e "obrigou".

Ao Prof. António Araújo, Delegado do Instituto Nacional do Desporto em Viana do Castelo, pela compreensão e pelas reflexões permanentes sobre o desporto no nosso distrito.

Ao colega, Rui Silva, Coordenador do DE no CAE de Viana do Castelo, pela disponibilidade constante e pelo arranjo gráfico para este trabalho.

A todo o pessoal da Escola EB 2,3 de Vila Praia de Âncora, professores, funcionários e alunos, particularmente aos colegas do Conselho Executivo, Ana Maria e Felício, no ano lectivo de 1999/2000.

Aos atletas com quem trabalho, por todo apoio prestado e pelo bom ambiente constante no seio do grupo.

Aos meus colegas de mestrado, pela troca de experiências, amizade e espírito de solidariedade.

A todas as pessoas que colaboraram no estudo e no preenchimento dos questionários.

A todos um bem haja...

RESUMO

O programa do desporto escolar, a literatura e a legislação traduzem a aprovação de princípios fundamentais relativos à prática desportiva, atribuindo ao desporto escolar um papel preponderante.

Na realidade, o desporto escolar no distrito de Viana do Castelo, salvo raras excepções, ainda não atingiu a qualidade desejada, nem encontrou formas de organização que possibilitem melhorar a qualidade da prática desportiva, por forma a contribuir para a elevação do desporto no distrito.

Assim, o principal objectivo do nosso estudo, é de facto saber se, do ponto de vista dos principais agentes envolvidos no fenómeno desportivo, o desporto escolar pode contribuir para a formação desportiva inicial. Nesta perspectiva, procuramos estudar a possibilidade de se estabelecer parcerias, ou projectos conjuntos, envolvendo as escolas, os clubes e as autarquias.

Para este efeito, utilizamos um questionário, no qual formulamos três questões abertas e vinte e quatro fechadas.

A investigação efectuada e os resultados obtidos, permitem-nos concluir que: o desporto escolar pode e deve contribuir para o desenvolvimento desportivo do distrito de Viana do Castelo, sendo para isso necessário superar alguns equívocos primários existentes nos sistemas, educativo e desportivo; o desporto escolar deve contribuir para a formação desportiva inicial, favorecendo a necessária aquisição de competências; o desporto escolar deve fazer parte integrante do projecto educativo e do plano de actividades das escolas e assumido verdadeiramente pelos seus órgãos de gestão; as câmaras municipais do distrito devem estimular, apoiar e porventura regular todos os projectos de desenvolvimento desportivo, envolvendo as escolas e os clubes da sua área geográfica.

A escola moderna deve ser um espaço aberto à comunidade envolvente, por isso, deve estabelecer com esta, relações íntimas que permitam explorar as potencialidades existentes.

ABSTRACT

The school sport's program, the literature and legislation translate the essentials granting approbation relating to the sport practice, attributing to school sport a prevailing role.

In fact, the school sport in Viana do Castelo district, unless rare exceptions, didn't reached the desired quality, nor founded organising abilities that could improve de sport practice, so it can raise the sport in the district.

The man purpose of our study, is to know if, from de point of view of the main involved agents in the sports area, the sport can contribute for the initial sporting formation.

In this manner, we look for studying the possibility to stabilise partners or conjoint projects, involving schools, clubs and autarchies.

For this effect, we used a questionnaire, in which we formulate three open arguments and twenty four closed ones.

The research work and the results obtained, allowed us to conclude that. The school sport can and must contribute for the sportive development in the Viana do Castelo district, for that, a few primary mistakes existing in the educative and sportive system have to be exceeded; the school sport must contribute for the initial sporting formation, flattering the necessary competencies acquisition; the school sport must be an integrand part of the educative project and of the schools activities plan, indeed assumed by theirs management agents; the city halls of districts, involving schools and clubs of their geographic area.

The modern school must be an space, open for the evolving community, therefore it must stabilise close contacts that will allow to explore the existents potentialities.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	II
RESUMO.....	IV
ABSTRACT.....	V
ÍNDICE.....	VI
ÍNDICE DOS QUADROS.....	IX
ÍNDICE DAS FIGURAS.....	XII
ABREVIATURAS.....	XIII

CAPITULO I

1	INTRODUÇÃO.....	2
1.1	Considerações Gerais.....	2
1.2	Definição do Problema.....	5
1.3	Objectivos do Estudo.....	7

CAPITULO II

2	Revisão da Literatura.....	10
2.1	Conceito de Desporto.....	10
2.2	Legislação Essencial.....	12
2.3	Desporto Escolar.....	15
2.3.1	Organização do Desporto Escolar.....	16
2.3.2	Desporto Escolar no Âmbito da Escola.....	19
2.4	Gestão Flexível e Autonomia da Escola.....	24
2.4.1	Importância para o Desporto Escolar.....	24
2.4.2	Elaboração do Projecto Educativo.....	25
2.5	Autarquias e Desporto Escolar.....	26
2.6	Desporto Federado.....	28
2.6.1	Clubes Desportivos.....	28
2.6.2	Sinais de Crise do Desporto Federado.....	30

2.7	Desenvolvimento Organizacional.....	34
2.7.1	Introdução ao Conceito de Organização.....	34
2.7.2	Para um Novo Paradigma.....	35

CAPITULO III

3	Caracterização do Meio.....	41
3.1	Distrito de Viana do Castelo.....	41
3.2	Caracterização das Escolas do Ensino Básico do 2º e 3º Ciclo e Secundário do Distrito de Viana do Castelo.....	45
3.3	Desporto Escolar nas Escolas do Ensino Básico do 2º e 3º Ciclo e Secundárias do Distrito de Viana do Castelo.....	49
3.4	Desporto Federado no Distrito de Viana do Castelo.....	55

CAPITULO IV

4	Metodologia.....	58
4.1	Universo.....	58
4.2	Dimensão da Amostra.....	59
4.3	Instrumento de Análise.....	61
4.3.1	Organização do Instrumento de Análise.....	63
4.4	Procedimentos.....	64
4.4.1	Procedimentos de Aplicação.....	64
4.4.2	Procedimentos Estatísticos.....	65

CAPITULO V

5	Apresentação e Discussão dos Resultados.....	67
5.1	Dados sobre o Grupo Amostral.....	67
5.2	Dados sobre a actividade do Grupo Amostral.....	68
5.3	Apresentação e Discussão dos Resultados das Questões Abertas.....	69
5.3.1	Aspectos Positivos e Negativos do DE e do DF.....	69
5.3.2	O DE e a Contribuição para a Detecção e Formação de	
5.3.3	Talentos Desportivos.....	74

5.4 Apresentação e Discussão dos Resultados das Questões Fechadas.....	77
5.5 Análise dos Objectivos Propostos.....	103

CAPÍTULO VI

6 CONCLUSÕES.....	109
-------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	112
---------------------------------	-----

Legislação.....	112
-----------------	-----

Bibliografia.....	113
-------------------	-----

ANEXOS.....	119
-------------	-----

ÍNDICE DOS QUADROS

Quadro N.º 1 – Número de alunos matriculados, ano escolar e concelho no distrito de Viana do Castelo.....	45
Quadro N.º 2 – Concelhos, escolas, meio em que estão inseridas, tipo de edifício, com ou sem Desporto Escolar do distrito de Viana do Castelo.....	46
Quadro N.º 3 – Concelhos, escolas, tipologia das instalações e número de professores de EF de cada escola no distrito de Viana do Castelo.....	48
Quadro N.º 4 – Concelhos, escolas, actividade externa, actividade interna, número de professores envolvidos no Desporto Escolar e créditos atribuídos a cada escola no ano lectivo de 2000/2001, no distrito de Viana do Castelo..	50
Quadro N.º 5 – Modalidades do grupo dois (modalidades não incluídas no programa de EF), grupos/equipas por escalão e sexo e total de grupos/equipas no distrito de Viana do Castelo.....	52
Quadro N.º 6 – Modalidades do grupo um (modalidades incluídas no programa de EF), grupos/equipas por escalão e sexo e total dos grupos/equipas no distrito de Viana do Castelo.....	52
Quadro N.º 7 – Concelho, modalidade, número de grupos/equipas por modalidade, número máximo de alunos por modalidade e total de alunos praticantes DE por concelho e total no distrito de Viana do Castelo....	54
Quadro N.º 8 – Escalão Etário e percentagem da prática desportiva por sexo, no distrito de Viana do Castelo.....	55
Quadro N.º 9 – Concelhos, modalidades com prática federada, número de clubes com prática federada, número de praticantes federados, número de praticantes não federados e total de praticantes por concelho e total no distrito de Viana do Castelo.....	56
Quadro N.º 10 – Distribuição dos questionários pelos treinadores e dirigentes, por concelho, correspondente ao sector federado, no distrito de Viana do Castelo.....	60
Quadro N.º 11 – Distribuição dos questionários pelos professores do DE e pelos conselhos executivos, por concelho, do sector escolar no distrito de Viana do Castelo.....	61
Quadro N.º 12 – Idade, sexo, habilitações académicas e desportivas dos inquiridos.....	67

Quadro N.º 13 – Anos de exercício da actividade, se pretende continuar com a mesma; se foi praticante de alguma modalidade e se iniciou a prática num clube ou na escola, referente aos inquiridos.....	68
Quadro N.º 14 – Aspectos positivos do DE, categorias, percentagem e dados relevantes das respectivas categorias.....	69
Quadro N.º 15 – Aspectos negativos do DE, categorias, percentagem e dados relevantes das respectivas categorias.....	71
Quadro N.º 16 – Aspectos positivos do DF, categorias, percentagem e dados relevantes das respectivas categorias.....	72
Quadro N.º 17 – Aspectos negativos do DF, categorias, percentagem e dados relevantes das respectivas categorias.....	73
Quadro N.º 18 – Detecção e formação de talentos desportivos, categorias, Percentagem e dados relevantes das respectivas categorias.....	75
Quadro N.º 19 O DE deve ser só para os alunos mais dotados desportivamente.....	77
Quadro N.º 20 - A actual estrutura organizativa do DE é funcional e satisfaz as necessidades.....	78
Quadro N.º 21 - O DE deve ter um quadro competitivo próprio, de acordo com o funcionamento actual.....	79
Quadro N.º 22 - O DE apresenta especificidades próprias, não podendo interagir com outros sistemas.....	80
Quadro N.º 23 - A organização do quadro competitivo do DE deverá ser da inteira responsabilidade da sua estrutura.....	81
Quadro N.º 24 - O projecto educativo das escolas, deve ter um programa de desenvolvimento do DE a longo prazo.....	82
Quadro N.º 25 - A escolha das modalidades do clube do DE deverá ser da responsabilidade do órgão de gestão da escola, tomando em consideração a tradição desportiva da região.....	83
Quadro N.º 26 - Concelho, modalidades, N.º de clubes com DF e N.º de grupos/equipa do DE.....	85/86

Quadro N.º 27 - As Câmaras Municipais devem apoiar por lei os clubes do DE do respectivo Concelho.....	87
Quadro N.º 28 - As infra-estruturas desportivas das escolas não são adequadas para o DE.....	88
Quadro N.º 29 - Os recursos financeiros são decisivos para o projecto do DE.....	88
Quadro N.º 30 - Os Professores deveriam ter um vencimento extraordinário no enquadramento técnico do DE.....	89
Quadro N.º 31 - Os Professores de EF deveriam ter no horário uma componente obrigatória de enquadramento do DE.....	90
Quadro N.º 32 - O DE deverá contribuir para a formação desportiva inicial, tendo em vista futuros praticantes.....	91
Quadro N.º 33 - O DE deveria ser obrigatório por lei, em todas as escolas.....	93
Quadro N.º 34 - Não deverá existir DE nas escolas.....	93
Quadro N.º 35 - O DE deve depender da orientação das associações ou federações desportivas.....	94
Quadro N.º 36 - Os praticantes do DF não devem fazer parte do clube do DE.....	95
Quadro N.º 37 - É importante existir um protocolo entre os clubes desportivos locais e as escolas (DE).....	96
Quadro N.º 38 - As Câmaras Municipais não têm “nada a ver” com o DE.....	98
Quadro N.º 39 - Antigos atletas de prestígio internacional devem ser envolvidos no DE.....	99
Quadro N.º 40 - O DF consegue dar resposta à formação desportiva inicial.....	100
Quadro N.º 41 - DE – Uma questão do Sistema Desportivo.....	102
Quadro N.º 42 - DE - Uma questão do Sistema Educativo.....	102
Quadro N.º 43 - DE – Uma questão de ambos os sistemas.....	102

ÍNDICE DAS FIGURAS

Figura 1 – Modelo Pentadimensional de Geometria Variável.....	11
Figura 2 – Modelo Organizativo do Desporto Escolar.....	16
Figura 3 – Zona de interface entre o Desporto Escolar e o Desporto Federado.....	18
Figura 4 – A liderança e os vários intervenientes no clube do Desporto Escolar.....	39
Figura 5 – Mapa do Distrito de Viana do Castelo.....	41

ABREVIATURAS

Act. Exp. – Actividades de Exploração

Act. Externa – Actividade Externa

Act. Int. – Actividade Interna

CAE – Centro de Área Educativa

CEFD – Centro de Estudos e Formação Desportiva

CDP – Confederação do Desporto de Portugal

CM – Câmaras Municipais

DE – Desporto Escolar

DF – Desporto Federado

DREN – Direcção Regional de Educação do Norte

EB – Ensino Básico

EF – Educação Física

ESE – Escola Superior de Educação

GCDE – Gabinete Coordenador do Desporto Escolar

H/km² - Habitantes por quilómetro quadrado

IND – Instituto Nacional do Desporto

INFED – Instituto Nacional de Formação e Estudos do Desporto

INDESP – Instituto do Desporto

LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo

LBSD – Lei de Bases do Sistema Desportivo

Moda. – Modalidade

ME – Ministério da Educação

NDE – Núcleo do Desporto Escolar

N.º – Número

p. – Página

pp. – Páginas

Pav. – Pavilhão

Prof. – Professor

Sec. – Secundário

SD – Sistema Desportivo

SE – Sistema Educativo

2º e 3º - Segundo e Terceiro Ciclo

CAPÍTULO I

“A provar a importância dada ao seu primeiro objecto de glória que remonta ainda aos tempos de menina, numa prova escolar, está o facto de ter colocado tal pequena medalhita junto das restantes que a tornaram imortal: a medalha de campeã olímpica de Seul, o bronze dos jogos de Los Angeles e o ouro dos campeonatos do mundo de Roma.”

In “A Bola, especial Desporto Escolar”, 1999, sobre a atleta Rosa Mota.

www.gcede.min-edu.pt

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações Gerais

A importância do desporto escolar (DE), devidamente fundamentada em diversos trabalhos (artigos e publicações) realizados por autores credenciados ao longo dos últimos anos; Bento (1989, 1991), Carvalho (1987), Coelho (1989), Constantino (1988, 1992, 1999), Damásio (1998), Freitas (2001), Mota (1997, 1998), Pina (1994, 1995, 1997), Pires (1994, 1995), Soares (1996, 1997), o interesse que temos pelo tema e o facto de pensarmos que este subsistema do desporto pode contribuir para o desenvolvimento desportivo do nosso distrito, motivou em nós o interesse pela realização deste estudo.

A existência de uma prática desportiva saudável, propiciadora de experiências enriquecedoras que favoreçam o normal desenvolvimento dos jovens que decidem aderir a uma actividade desportiva, tem como principal alicerce a qualidade de intervenção de diversos agentes, treinadores, professores, dirigentes, árbitros, órgãos de comunicação social e simples adeptos. Não basta pois fazer desporto. É preciso que essa participação seja correctamente dirigida.

Pertencemos ao grupo dos que têm trabalhado, tanto na escola, como no clube, daí que a experiência adquirida no DE, como professor e no desporto federado (DF) como treinador, talvez seja importante no sentido de perceber melhor o funcionamento de ambos os subsistemas.

“A escola, porque não está isolada da realidade, não pode furtar-se a ter em conta a prática desportiva nacional, sobretudo no que aos jovens diz respeito.” (Coelho, 1989, p.88).

Já passaram alguns anos, mas consideramos perfeitamente actual esta afirmação. Por razões óbvias e porque, em nossa opinião, o DF não consegue dar resposta à formação desportiva inicial.

“Por estas razões, e também porque é nas escolas que os recursos estão mais acessíveis à maioria dos alunos, o desporto escolar através dos seus agentes e meios ao seu dispor, deveria ter uma missão mais importante, do que aquela que têm vindo a desempenhar.” (Soares, 2001, p.18).

Sempre nos fez muita confusão, o facto de haver tanto de um lado, DE, como do outro, DF, vozes críticas e antagónicas sobre o respectivos sectores. Curiosamente quando se trata de levantar a bandeira do desporto na escola chamam-se aqueles que mais extremam as suas posições neste binário, cujo resultado tem sido o “rodopio que não leva a um caminhar em frente, na direcção do futuro e na defesa dos interesses dos jovens e do desenvolvimento desportivo.” (Lima, 1992, p.2).

“Voltamos a dar conta de críticas ao desporto escolar, mais ou menos subtis, apontando-o como a causa profunda da qualidade dos representantes nacionais que apenas lograram obter duas medalhas de bronze; este tipo de avaliação têm alvos não mencionados – os que ensinam desporto na escola – os profissionais de Educação Física.” (Lima, 2000, p.2).

Este é um tema que, de vez em quando, vem à ribalta na análise das prestações competitivas.

Pensamos sinceramente que chegou o momento adequado para discutir, como designou (Lima, 2000, p.2) “essa velha temática, com a profundidade exigida pela necessidade de colocar a sociedade portuguesa perante as suas responsabilidades por práticas desportivas coerentes com o que pretendemos que seja o desporto na escola no ano 2001 e seguintes! Essa discussão é indispensável! Vamos a isto?!”

Os problemas do sistema desportivo não se resolvem pondo em confronto o DE e o DF.

“Não é criticando e atacando o DE, da forma como, algumas vezes se têm feito, e somente nos aspectos que, eventualmente, possam ser considerados menos positivos, que se está a contribuir para a melhoria, que se deseja, da prática desportiva escolar.” (Freitas, 2001, p.VIII).

Dirigentes desportivos têm apresentado diversas vezes como desculpa, a falta de DE, para justificar o que não alcançam no alto rendimento.

“Agora há que criar condições e sensibilizar o poder político para dar um rumo diferente ao desporto escolar, que é, afinal de contas, o “berço” de qualquer praticante de alta competição.” (Mota, F., 2001, in “Record”).

Como referiu Pina com oportunidade no Fórum Horizonte, de 2001 “não podemos viver um sem o outro, sob pena de hipotecar o desenvolvimento desportivo nacional. Temos sim, de encontrar pontos de convergência entre ambos os subsistemas, escolar e federado.”

Ainda neste contexto, o actual Ministro responsável pela pasta do desporto, em entrevista a um jornal desportivo disse claramente que “É necessário fortalecer a ligação entre o desporto escolar e federativo.”(Lello, 2001).

Portanto, e tomando como válidas estas intenções, tanto do sector federado como do escolar, inclusivamente do principal responsável pelo desporto no nosso País, parece-nos que na realidade estamos em condições de tomar um novo rumo.

Reforçando ainda mais esta ideia, o programa do XIII Governo Constitucional para a área do desporto diz claramente que “o desporto na escola é reconhecido como sector essencial para toda a actividade desportiva, para a melhoria do ambiente escolar e para a formação da juventude.”

Assim, a escola, sem negar os seus princípios fundamentais, tem potencialidades, desde que disponha de recursos materiais e humanos para intervir em “regime de cooperação e sem que constitua finalidade primeira, no processo de desenvolvimento desportivo, essencialmente no aumento do número de praticantes e da formação desportiva.” (Coelho, 1989, p.88).

Consideramos de forma convicta que, devemos procurar promover uma prática desportiva nas escolas, através do DE, coordenada localmente, integrada no território educativo global, ou seja, “estabelecendo directas relações com todas as estruturas locais de formação desportiva, em especial com as autarquias locais e clubes desportivos.” (Monteiro, 2001, p.VII).

1.2 Definição do Problema

Efectivamente o que pretendemos saber, é se no distrito de Viana do Castelo existem condições para desenvolver projectos de cooperação entre ambos os subsistemas, sempre na perspectiva do DE poder contribuir para o desenvolvimento desportivo, sem perder de vista as finalidades “de natureza corporal, do domínio da saúde, social, ético, moral e o da construção duma cidadania participativa e actuante.” (Freitas, Programa do DE, 2000, p.4).

O desenvolvimento desportivo é um conceito amplo e complexo, perspectivando de uma forma integrada os diferentes níveis de prática desportiva incluindo, na sua definição, a presença de vários factores. No caso concreto referimo-nos ao processo de formação desportiva:

- uma formação desportiva ecléctica, através do maior número de experiências motoras;
- e uma formação desportiva especializada, tendo sempre como referência o objectivo de ensinar primeiro as diversas modalidades nas etapas de iniciação e orientação, na perspectiva de criar os alicerces indispensáveis para uma eventual passagem às fases seguintes (especialização e alto rendimento).

Para além das fortes motivações pessoais e das razões atrás avançadas, outras há que, pela sua importância, nos impulsionaram para a realização deste estudo:

- Não encontramos praticamente ninguém que não defenda o DE;
- A crise, eventualmente crescente, do movimento associativo, com repercussão no DF;
- A questão do investimento no DE, que muitos dizem ser excessiva, sem o devido retorno;
- A formação dos que trabalham com jovens no DF, para levar a efeito uma formação adequada e assente em processos pedagógicos e didácticos.

Como jovem treinador e posteriormente como dirigente, tanto de clube, como de associação de modalidade, sem qualquer relação com a escola, ouvimos críticas sobre o funcionamento do DE e da actuação dos próprios professores de Educação Física (EF).

Mais tarde, com a licenciatura concluída, após trabalho desenvolvido na escola e simultaneamente no Centro de Área Educativa (CAE) de Viana do Castelo - gabinete de apoio ao DE, como supervisor de modalidades, fomos confrontados com outros factos, naturalmente diferentes dos que até então dispúnhamos.

Com frequência, ouvimos comentários agressivos de ambas as partes. O treinador em relação à escola e o professor em relação ao clube. Ainda não conseguimos perceber quais as verdadeiras razões desta animosidade.

Em recente entrevista a uma rádio local, o Presidente de uma importante associação distrital de modalidade referiu de forma clara e explícita “O DE não existe”.

A direcção da Confederação do Desporto de Portugal (CDP) elaborou um conjunto de propostas, tendo como objectivo melhorar as relações entre o DE e o DF. Esta posição foi divulgada no boletim número três, da Confederação no decorrer do ano de 2001.

Para esta instituição, a melhoria das relações entre os sistemas, educativo e desportivo, ou seja, entre o DE e o DF, parece ser importante para o desporto português. Isto reforça naturalmente a importância do DE.

1.3 Objectivos do Estudo

Como se depreende das preocupações atrás mencionadas, os objectivos essenciais da nossa investigação são os seguintes:

- Avaliar, se é ou não possível, o DE contribuir para a formação desportiva inicial, por forma a garantir a aprendizagem e o aperfeiçoamento das técnicas básicas das diferentes modalidades desportivas;
- Procurar aferir da possibilidade, de estreitar relações entre o DE e o DF, numa perspectiva de cooperação e complementaridade, no distrito de Viana do Castelo;
- Saber, ainda, se o DE pode contribuir para a detecção e formação de talentos desportivos.

Este trabalho parte de convicções que fomos ganhando com a experiência obtida em ambos os subsistemas, (DE e DF) às quais procurámos responder com o estudo que agora levámos a efeito.

Estamos certos, que para a melhoria da qualidade da prática desportiva juvenil, é inevitável o estabelecimento de projectos conjuntos, envolvendo as escolas, os clubes, as autarquias e a administração desportiva central e/ou local, em contextos como, as instalações e as actividades.

Pensamos, sinceramente, que chegou o momento de efectuar algumas mudanças. Em nossa opinião, a fase escolar, sobre a qual o presente trabalho se dedica, coincide com a fase da vida em que se adquirem, ou não, capacidades fundamentais. É preciso assumir o DE, não como antagonista do DF, mas como uma condição “*sine qua non*” para a concretização do processo de preparação desportiva nos prazos pré-definidos.

Nesta perspectiva, procuramos saber se é, ou não possível, as escolas ou outras organizações do sistema educativo por um lado, os clubes e outras instituições do sistema desportivo por outro, com a intervenção e eventual regulação das câmaras municipais, constituir parcerias em torno de programas de formação desportiva, susceptíveis de realizar, quer os objectivos de uma prática desportiva alargada, quer as condições básicas para assegurar o percurso para o alto rendimento.

Para que o DE alcance níveis qualitativos e quantitativos superiores, parece-nos indispensável proceder a alterações ousadas na organização e na dinâmica das parcerias com as diferentes instituições.

CAPÍTULO II

“Muitos de nós nunca conseguiremos transformar-nos em campeões. Mas sabemos que o desporto oferece amizade, rivalidade, desafio e satisfação. E, nós sabemos, acima de tudo, que o desporto não é apenas ter saúde: Desporto é alegria – uma das coisas boas da vida.”

Tony Blair, 2001

www.qcde.uin-edu.pt

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Conceito de Desporto

Para melhor compreendermos a problemática de organização e gestão das práticas desportivas, como o seu processo de planeamento, parece-nos importante possuir uma ideia sobre o que se entende por desporto. Existem inúmeras definições do conceito de desporto, como por exemplo a que está expressa na carta europeia de desporto.

“Entende-se por desporto, todas as formas de actividade física que através de uma participação organizada, ou não, têm por objectivo a expressão ou melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais, ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis.” (Conselho da Europa, 1992, p.5).

No entanto, parece-nos oportuno reflectir um pouco mais sobre o conceito. Pires, refere, que nos últimos anos tem prevalecido duas perspectivas relativamente à definição de desporto, “com consequências no que diz respeito às políticas desportivas e respectivas estratégias de desenvolvimento.” (2000, p.65).

Por um lado, a posição daquelas que reduzem tudo ao menor denominador comum, através de uma perspectiva unicitária da prática desportiva, ou seja, “só existe um desporto, o da medida, do rendimento, do recorde, do espectáculo e profissionalismo.”

Por outro lado, os que concluíam pela impossibilidade ou inconveniência da sua definição, o que em termos práticos, os levou a extremar posições, caindo num “fundamentalismo pernicioso a qualquer processo de desenvolvimento, sustentado a partir do sistema educativo.” (Pires, 2000, p.65)

O mesmo autor, entende, devido ao carácter redutor das posições anteriores, que tem de ser encontrada uma terceira via, “enquadrada pelo modelo pentadimensional.” (2000, p.62)

Na realidade, o desporto é uno, mas não é unicitário, pois pode ser desenvolvido através de uma “enorme e inesgotável multiplicidade de práticas desportivas de acordo com a vontade, os gostos e os desejos de cada um, ou até mesmo orientada por objectivos que se enquadram na vocação e missão de diversas organizações ou espaços institucionais da prática desportiva.” (Pires, 2000, p.65)

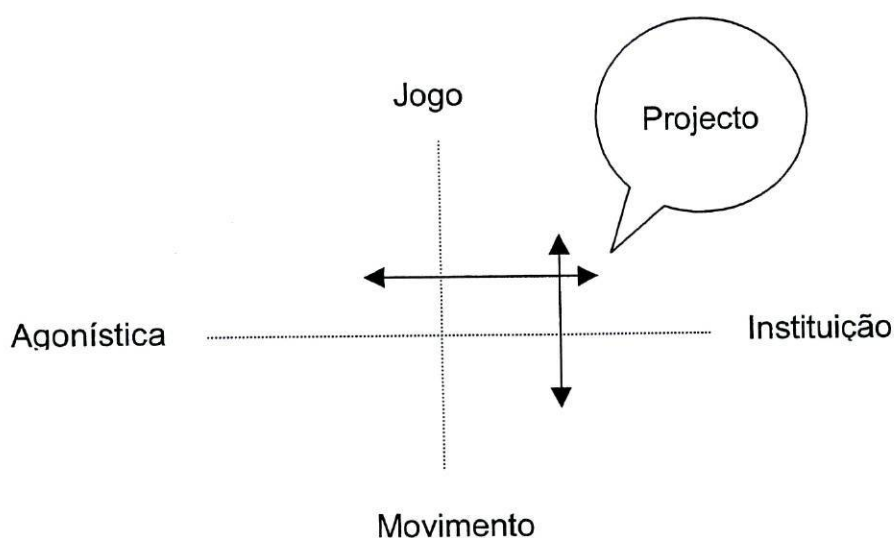


Figura 1 - Modelo Pentadimensional de Geometria variável
(Adaptado de Pires, 2000, p.62)

O conceito de desporto pressupõem envolvimento, que relacione a sua prática, quer ela seja no âmbito escolar, federado, ou outro. Assim, cada organização ou instituição, deverá ser responsável pelo seu sector, ou área de intervenção, sem nunca perder de vista o todo, que é quanto a nós, o desenvolvimento desportivo.

(Parlebas, citado por Silva (1997), criou um modelo aberto de desporto, no qual participam três componentes que podem ter uma determinada carga, conforme os objectivos, os destinatários e a estratégia a implementar. Para este autor, o desporto era definido como “o conjunto de situações motoras, codificadas sob a forma de competição e institucionalizadas.” (p.11).

Em síntese, devemos avançar para a organização de uma estrutura aberta de conceito de desporto, de acordo com as diversas componentes dos elementos (jogo, movimento, agonística, instituição e projecto). É necessário encontrar um modelo aberto, que deverá funcionar de acordo com as circunstâncias que caracterizam cada situação.

Como defende Pires, estes elementos, devem ser “considerados de forma a que cada um deles, por si e todos em conjunto, de acordo com a geometria conveniente, possam interagir de acordo com os objectivos que se pretendem atingir, as metodologias a empregar e os destinatários a considerar.” (2000, p.62)

2.2 Legislação Essencial

A definição que nos últimos anos tem estado subjacente ao desenvolvimento dos programas do DE encontra o seu significado no artigo 48.º da Lei de Bases do Sistema Educativo - Lei N.º 46/86, de 14 de Outubro (LBSE). Esta lei preconiza, em complemento das actividades curriculares, o desenvolvimento de acções orientadas para a formação integral e realização pessoal, promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos motores dos educandos, destacando-se nestas, o DE como um dos meios privilegiados da referida formação.

“A LBSE, é uma das leis mais importantes para a definição dos princípios, estrutura e orgânica do sistema educativo, dedicando ao desporto escolar um artigo específico.” (Damásio, 1998, p.51).

No mesmo artigo, 48º, o ponto N.º 5 diz que “O DE visa especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como factor de cultura, estimulando a solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade, devendo ser fomentada a sua gestão pelos estudantes praticantes, salvaguardando-se a orientação por professores qualificados.”

Ainda, segundo a LBSE, os currículos escolares não se limitam ao domínio do cognitivo, nem à valorização de uma única forma de cultura. A Lei entende, por conseguinte, que as funções cultural e socializadora da escola sejam complementadas por uma função personalizadora. É essencialmente para concretizar este objectivo, que são definidas as actividades de complemento curricular, onde o DE está incluído.

O artigo 7º da LBSE, alínea c) diz claramente, que são objectivos do ensino básico; “proporcionar o desenvolvimento físico e motor, valorizar as actividades manuais e promover a educação artística, de modo a sensibilizar para as diferentes formas de expressão estética, detectando e estimulando aptidões nesse domínio.”

Como facilmente se infere, a LBSE, vai ao encontro do que pensamos, ou seja, detectar e mesmo estimular aptidões, que posteriormente poderão ser aproveitadas.

A complementar esta ideia, encontramos justificação noutro documento de valor inquestionável; Lei de Bases do Sistema Desportivo – Lei N.º 1/90, de 13 de Janeiro (LBSD).

Logo no artigo 2º, o N.º 1 diz, “O sistema desportivo, no quadro dos princípios constitucionais, fomenta a prática desportiva para todos, quer na vertente recreação, quer no rendimento, em colaboração prioritária com as escolas, atendendo ao seu elevado conteúdo formativo e ainda em conjugação com as associações, as colectividades desportivas e autarquias locais.”

Posteriormente o Decreto - Lei N.º 95/91 de 26 de Fevereiro (Regime Jurídico da EF e DE), aprova o quadro geral da EF e DE, como unidades coerentes de ensino. Na introdução do referido Decreto podemos ler:

“Assumindo-se o DE como um subsistema totalmente integrado no sistema educativo, deve contudo, ser também um sector autónomo do sistema desportivo, onde poderá estabelecer ligações com outros subsistemas, numa situação de igualdade institucional, nomeadamente no quadro das relações com os clubes e federações desportivas, salvaguardando sempre o primado da educação, das suas estruturas próprias e da sua unidade de direcção.”

O Artigo 5.º, ponto 1, do mesmo Decreto – Lei, define o DE da seguinte maneira: “Entende-se por DE o conjunto de práticas lúdico - desportivas e de formação, com o objecto desportivo, desenvolvidas como complemento curricular e ocupação de tempos livres, num regime de liberdade de participação e escolha, integradas no plano da escola e coordenadas no âmbito do sistema educativo.”

Como referimos, o DE é considerado em termos legais um sector autónomo de sistema desportivo, portanto faz todo o sentido o seu enquadramento num artigo próprio da LBSD.

Assim no artigo 6º, N.º 2 podemos ler: “A prática desportiva como actividade extracurricular, quer no quadro da escola, quer em articulação com outras entidades com actuação no domínio do desporto, designadamente os clubes, é facilitada e estimulada tanto na perspectiva de complemento educativo, como na de ocupação formativa dos tempos livres.”

O mesmo artigo, o N.º 3 refere-nos outro aspecto central, que é o envolvimento das autarquias. “O Governo, com vista a assegurar o princípio da descentralização, promove a definição, com as autarquias locais, das medidas adequadas a estimular e a apoiar a intervenção destas na organização das actividades referidas no número anterior que se desenvolvam no respectivo âmbito territorial.”

No plano dos princípios, artigo 2º, N.º 2 da LBSD, destacámos a alínea f) que diz objectivamente:

“A optimização dos recursos humanos e das infra-estruturas materiais disponíveis.”

Actualmente, as escolas, na sua maioria estão dotadas de recursos, tanto humanos (professores) como materiais, para a disciplina de EF e naturalmente para a prática do DE. Neste sentido, estamos em condições de respeitar o princípio enunciado anteriormente.

2.3 Desporto Escolar

Alguns dos problemas que o DE tem enfrentado, não podem deixar de ser interpretados à margem do processo histórico. O DE, tem sido, ao longo dos anos, reflexo de ideologias políticas e sociais, que se têm caracterizado pela instabilidade, pela visão analítica e sectária das práticas desportivas na escola:

- “A dicotomia DE / DF;
- A EF versus desporto na escola;
- O sistema educativo em oposição ao sistema desportivo;
- As mudanças cíclicas no seu enquadramento institucional;
- As incoerências e incorrecções em termos de políticas educativas e desportivas.

Somos tentados a afirmar que o DE tem sido um instrumento estratégico ao serviço de duvidosos interesses, pessoais e conjunturais, visando objectivos imediatos e normalmente pouco consistentes.” (Pina, 1995, p.1).

Não obstante todas as contrariedades e contradições citadas, parece-nos que nos últimos anos houve, por parte dos responsáveis, vontade política em defesa do DE. O Ministro Roberto Carneiro, por exemplo, contribuiu decisivamente para a criação do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar (GCDE).

É inequívoco que já existe uma ideia e uma imagem do DE a nível nacional. Tenhamos coragem e capacidade para tirar partido dessa imagem existente.

2.3.1 Organização do Desporto Escolar



Figura 2 - Modelo Organizativo do DE

(Adaptado do Programa do DE, 2000/2001, p.13).

A dinamização e coordenação do programa do DE, compete às estruturas do sistema educativo. A nível local, o programa organiza-se na escola, sob a responsabilidade de um professor coordenador do projecto e dos órgãos de gestão da mesma. A nível distrital ou por determinada área geográfica e a nível regional, este programa insere-se nas estruturas do Ministério da Educação (ME). No nosso caso particular, essas estruturas são, o CAE de Viana do Castelo e Direcção Regional de Educação do Norte (DREN).

O Decreto - Lei N.º 164/96, de 5 de Setembro, que introduziu as alterações orgânicas do Instituto do Desporto (INDESP) e do ME, atribuiu a este as competências em matéria de DE.

De seguida e como consequência aparece o Decreto - Lei N.º 165/96, de 5 de Setembro. Este diploma procura, por um lado, consagrar um modelo de DE adequado à realidade nacional e por outro, lançar as bases para que o DE possa efectivamente estabelecer a ligação entre os sistemas educativo e desportivo.

Para isso, tanto no CAE, como na DREN, estão destacados professores para o desenvolvimento do programa do DE. A coordenação nacional é assegurada pelo Gabinete Coordenador do Desporto Escolar (GCDE), que pertence ao ME. Este gabinete tem funções de planeamento, dinamização e coordenação do DE nos ensino básico e secundário, dotado de autonomia administrativa.

O GCDE é dirigido por um Director, para todos os efeitos legais equiparado a Subdirector Geral. O Director tem as competências atribuídas por lei aos directores gerais.

Ao gabinete compete:

- Planear, apoiar, orientar e avaliar os diversos programas, projectos e actividades do DE, desenvolvidas no âmbito do ME;
- Promover e apoiar a realização de acções de formação destinadas a professores e alunos nas áreas da organização, gestão e treino das actividades desportivas escolares;
- Promover e organizar, em articulação com a DREN, o quadro competitivo do DE a nível regional (zona norte) e local (distrito de Viana do Castelo);
- Assegurar a organização de competições e outras actividades desportivas escolares a nível nacional e internacional.

Sobre esta matéria talvez possamos questionar as condições em que o DE se encontra organizado. Todavia e como reconhece o próprio Director do GCDE, "a existência do desporto na escola, não pode estar condicionada ao(s) tipo(s) de apoio do GCDE." (Freitas, 2001, p.3).

Em nossa opinião, é na escola que tem de ser encontradas formas adequadas para o desenvolvimento do DE. O núcleo do desporto escolar (NDE), formado por professores e alunos, constituirá a base de uma organização pedagogicamente credível e devidamente articulada tanto a nível distrital, regional como nacional.

“O DE deve assumir-se como uma zona de interface, entre o sistema educativo em geral e a disciplina de EF em particular, e o sistema desportivo em geral e o desporto federado em particular. (Pires, 1995, p.60).

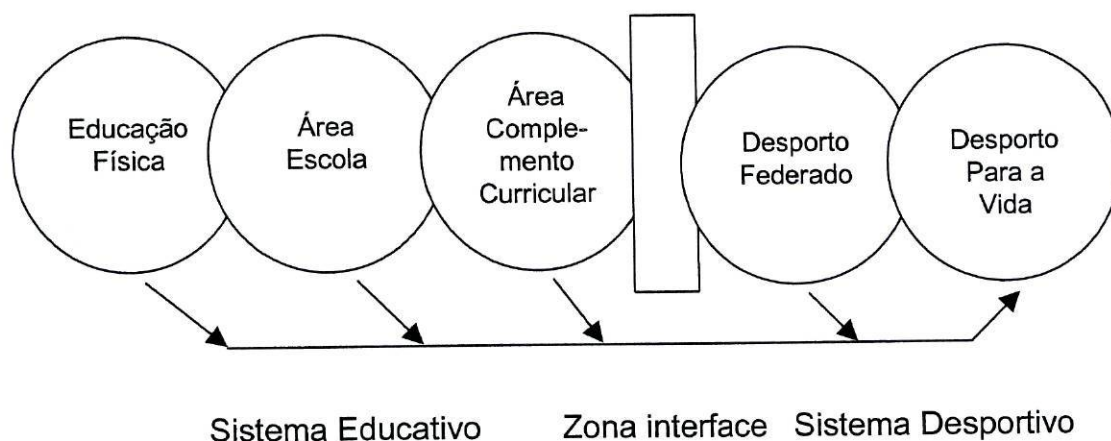


Figura 3 - Zona de interface entre DE e DF, adaptado de (Pires, 1995, p.60).

Então, será que o modelo deverá processar-se no seio do sistema educativo, desportivo, ou então, num quadro de interface entre os dois sistemas?

“Uma vez mais gostaria de clarificar o posicionamento do DE como sendo parte integrante do sistema educativo. É neste sistema que se desenvolvem prioritariamente os nossos programas e projectos. Mas também fazemos parte do sistema desportivo, e no seio dele continuamos a desenvolver esforços no sentido de melhorar as parcerias já estabelecidas ou que venham a ser concretizadas, tendo em vista um contributo influente para o desenvolvimento e reforço de políticas desportivas que suportem e orientem os percursos desportivos de muitos jovens.” (Freitas, 2001, p.2).

De acordo com o principal responsável pelo DE em Portugal, o Director do GCDE, o DE deverá permanecer no sistema educativo, o que concordamos, mas poderá e deverá dar um contributo para o desenvolvimento das políticas desportivas relacionadas com os jovens, o mesmo que será dizer com a formação desportiva.

O próprio programa do Governo (XIII Governo constitucional) na nossa opinião, preconiza-o, referindo que se deve dotar o sector (DE) de uma estrutura orgânica estável, que dê garantias de continuidade e que harmonize e potencie o desempenho das áreas educativa e desportiva.

2.3.2 Desporto Escolar no Âmbito da Escola

Um dos princípios do programa do DE é que este deverá fazer parte integrante do projecto educativo de cada escola. O projecto educativo é um importante instrumento da autonomia da escola.

O regime de autonomia, administração e gestão refere-se a este como um “documento que consagra a orientação educativa da escola, elaborado e aprovado pelos seus órgãos (...), para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo as quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa.” (Decreto - Lei N.º115-A/98, Artigo 3º, N.º 2).

O projecto educativo, talvez constitua o instrumento mais importante ao alcance das escolas, na procura de uma identidade própria, de acordo com os interesses da comunidade educativa e do meio envolvente. O sucesso de um projecto educativo dependerá, em grande parte, da capacidade que a escola tiver para mobilizar recursos, vontades e definir, de forma coerente, o seu percurso.

As actividades do DE, devem organizar-se, portanto, em função do projecto educativo da escola.

Assim, “o NDE é a unidade organizativa da escola, que serve de suporte ao desenvolvimento e execução do programa do DE e só poderá funcionar se tiver uma dimensão de projecto de escola.” (Programa do DE, 2000/2001, p.11).

Este núcleo é constituído por um coordenador (cargo exercido por um professor de EF, indicado pelo órgão de direcção e gestão sob proposta dos professores da disciplina, em serviço na respectiva escola), pelos docentes que nela trabalham, pelos alunos praticantes e, no caso de existir, um aluno representante da associação de estudantes da escola.

O processo desenvolve-se de acordo com o programa que é enviado a todas as escolas no final de cada ano lectivo, referente ao ano seguinte. A participação no DE formaliza-se a partir da apresentação de um projecto de adesão de cada escola, no respectivo CAE, para aprovação.

“Este projecto deverá corresponder às possibilidades e condições reais da escola e estar estruturado com a objectividade e especificidade que o tornem próximo do projecto final.” (Programa do DE, 2000/2001, p.10)

O projecto de adesão é elaborado e executado sob responsabilidade do Presidente do NDE (Presidente do Conselho Executivo) e aprovado em Conselho Pedagógico.

O projecto deve ser estruturado tendo como unidade orgânica em cada escola um NDE, sendo necessário existir um coordenador do mesmo, que é um professor de EF da escola, o qual terá um determinado crédito de horas para o desempenho dessa tarefa.

O funcionamento do NDE tem por base a existência de grupos/equipas por modalidade, de que são responsáveis os professores que aderiram ao projecto e a quem são atribuídos, igualmente, créditos horários o que significa uma redução na componente lectiva do seu horário.

Assim, tendo em conta que o número máximo de horas de redução não pode ultrapassar as oito, a distribuição dos créditos horários é da responsabilidade do órgão de direcção e gestão da escola, que poderá propor créditos horários diferentes a cada professor, de acordo com o projecto educativo.

O programa diz que o “horário de enquadramento das actividades dos professores responsáveis pelos grupos/equipas deverá ter em consideração a disponibilidade dos alunos e das instalações para a prática da actividade, devendo este ser enviado para o coordenador do CAE.” (Programa do DE, 2000/2001, p.23).

Relativamente às modalidades, estas deverão ser seleccionadas pela escola, no entanto, “a selecção das práticas desportivas deverá respeitar as tradições e os hábitos organizacionais de cada escola e da comunidade envolvente.” (Programa do DE, 2000/2001, p.13).

Estas são indiscutivelmente duas premissas importantes, por razões óbvias, para o sucesso do projecto do DE, mas que normalmente, não se verificam. Constatamos isso enquanto professores e responsáveis por grupos/equipas e pelos relatos feitos pelos colegas em conversas sobre esta matéria.

O DE na escola pode desenvolver-se a três níveis:

- 1) **Actividade Interna** – As orientações vão no sentido de que esta actividade deve ser acessível e alargada ao maior número possível de crianças e jovens, não esquecendo que a dinâmica do trabalho na escola deve ser geradora de hábitos de prática desportiva.

A actividade interna pode assumir as seguintes formas :

- Conjunto de actividades desenvolvidas pelo coordenador do DE e pelos outros professores, realizadas intra-muros ou em intercâmbio com outras escolas de proximidade geográfica;

- Conjunto de actividades enquadradas no plano anual da disciplina de EF;
- Conjunto de actividades organizadas pelos próprios grupos/equipas e integradas no plano anual da respectiva modalidade ou disciplina desportiva.

É este, em nossa opinião, o processo que permitirá suportar o verdadeiro projecto de escola, viva, activa e desportiva. É este o processo que porventura criará envolvimento e motivará os alunos para a escola, permitindo criar hábitos de prática desportiva, que tanto necessitamos.

2) Actividade Externa – Os grupos/equipas são as unidades operacionais do NDE, são as estruturas representativas da escola. Organizam-se por modalidades/actividades desportivas e por escalões etários/sexo, nas modalidades com quadro competitivo, com excepção das modalidades, cuja constituição seja mista (praticantes masculinos e femininos). Nas restantes modalidades, os grupos/equipas podem abranger vários escalões etários/sexo.

Na actividade externa a planificação, coordenação, organização e operacionalização das actividades é da responsabilidade das diversas estruturas do ME (escolas, CAE, DREN e GCDE), em alguns casos em articulação com instituições do sistema desportivo e desenvolve-se através da participação dos grupos/equipas nos respectivos campeonatos escolares formais, encontros e convívios.

3) Formação Desportiva Especializada

(Estas actividades estão sujeitas a aprovação do GCDE)

Podem assumir as seguintes estruturas:

- a) Centros de formação desportiva;
- b) Estágios de aperfeiçoamento;
- c) Campos de férias.

a) Os centros de formação desportiva são estruturas de enquadramento das actividades desportivas escolares, nos 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Secundário, resultantes da exclusiva iniciativa do GCDE ou de protocolos de cooperação celebrados entre este, o sistema educativo (instituições de ensino superior), o sistema desportivo (federações desportivas) e outras entidades.

Escolas que reúnem condições especiais (docentes qualificados, instalações e equipamento) podem propor a criação de um centro de formação desportiva numa determinada modalidade.

A criação destes centros “visa aumentar e melhorar as possibilidades de formação desportiva dos alunos, bem como a formação contínua dos professores responsáveis por grupos/equipas do desporto escolar.” (Programa do DE, 2000/2001, p.18).

O mesmo programa refere que os objectivos específicos dos centros de formação desportiva são, em relação os alunos:

- Em actividades de iniciação e aperfeiçoamento – favorecer a aquisição das competências necessárias à prática de uma actividade desportiva;
- Em actividades de excelência – favorecer a formação especializada de alunos que demonstrem interesse, capacidades e aptidões excepcionais para a prática de uma modalidade ou disciplina desportiva.

b) Relativamente aos estágios de aperfeiçoamento, são actividades de curta duração que acontecem por iniciativa do GCDE, em articulação com outras entidades, incidindo fundamentalmente na iniciação de grupos de estudantes a novas modalidades ou actividades de exploração da natureza e em estágios de formação especializada para modalidades do grupo um (modalidades incluídas no programa de EF).

c) No que respeita aos campos de férias, o programa diz-nos que está em desenvolvimento um projecto específico de promoção de actividades lúdicas e desportivas, durante os períodos de férias escolares, no sentido de alargar o número de campos, a fim de melhor satisfazer a enorme procura que se tem verificado.

A finalizar esta reflexão sobre as potencialidades do DE no âmbito da escola, gostaríamos de registar alguns pensamentos de autores que têm reflectido sobre esta temática e aos quais não poderíamos ficar indiferentes.

“Não existem escolas uniformes no que respeita à organização do DE. As características e as condições reais de cada escola devem, determinar uma organização própria.” (Soares, 1997, p.37).

“A escola constitui não apenas a única instituição social onde todas as crianças e jovens se juntam, mas também o único local onde podem ser apreciadas experiências e competências em todas as celas da paisagem desportiva.” (Bento, 1991 citado por Pina, 1994, p.11).

“A via desejável, a mais importante, é a da escola, onde – e lá vou relembrar uma vez mais! – passam todos os jovens portugueses, e de ambos os sexos. Só nela é possível, por isso mesmo, a massificação educativa, a democratização da prática desportiva, entre nós. Se não for assim, o sucesso é inevitável; o insucesso continua e continuará...” (Esteves, 2001 p.III).

“É na escola que os jovens praticantes devem efectuar a sua formação desportiva e pedagógica. Esta preocupação não existe na maioria dos treinadores.” (Carvalho 1987, p.81).

2.4 Gestão Flexível e Autonomia da Escola

2.4.1 Importância para o Desporto Escolar

Foi lançado às escolas (1997), através do ME, o desafio de ensaiarem caminhos próprios no âmbito da gestão flexível do currículo, em função dos contextos em que se encontram inseridas.

A gestão flexível do currículo inscreve-se assim no quadro mais amplo do regime de autonomia das escolas, – Decreto Lei - N.º 115 A/98, de 4 de Maio, só tendo plena concretização quando articulado com o plano educativo da escola, onde são consideradas as especificidades de cada escola e respectiva comunidade.

Este novo modelo de gestão vai naturalmente interferir com a organização e gestão da escola em diversos sectores como, por exemplo, o DE quando assumido pelo órgão de gestão.

O DE deve ser, por isso, entendido, como uma responsabilidade da comunidade escolar, pois é à escola que compete tomar decisões sobre a forma de responder aos problemas apresentados pelos seus alunos. Caberá aos órgãos de gestão das escolas encontrar as melhores soluções para valorizar a prática das actividades desportivas, quer a nível interno, quer a nível externo.

O DE deverá ainda ser entendido como uma co-responsabilização da comunidade educativa, nomeadamente por parte dos pais e/ou encarregados de educação e autarquias locais.

Para que, de facto, isto se concretize, faltará resolver algumas questões decisivas com que a escola se debate há alguns anos. Talvez este novo modelo de gestão flexível possa efectivamente ajudar.

2.4.2 Elaboração do Projecto Educativo

Um dos maiores desafios que se coloca à escola, é ser capaz de afirmar a sua identidade. Tem de reconhecer as suas próprias características e colocá-las ao serviço das grandes finalidades educativas.

Esta identidade pressupõem, “por um lado um conjunto de atitudes e esforços no sentido da crescente autonomia da comunidade escolar, e por outro, o estabelecimento de parcerias e cooperação com outros elementos da comunidade educativa, desde as famílias e instituições locais, até aos grupos sociais do meio envolvente.” (Pina, 1997, p.48).

O DE apresenta ainda uma grande dificuldade em ser parte integrante dos projectos educativos das escolas. Elaborar um projecto educativo de escola pressupõem sobretudo, ter consciência do espaço de intervenção da própria escola. Este assume especial significado para o funcionamento da mesma. O projecto educativo, para além de ter um especial significado, é um instrumento privilegiado em torno de um objectivo comum.

O projecto educativo deve expressar as linhas de orientação da política educativa da escola, “os principais problemas a resolver, as prioridades, a definição dos objectivos e reflectir os desejos e aspirações de uma comunidade escolar, o seu passado, as tradições culturais, bem como, as condições organizacionais que lhe são próprias.” (Pina, 1997, p.49).

Nesta perspectiva, faz todo o sentido o DE, pela importância que tem, integrar o projecto educativo da escola e ser claramente assumido por toda a comunidade escolar no seu plano de acção.

Nos princípios do GCDE para o ano lectivo 2000/2001, o número um, refere claramente que o projecto do DE deverá ser parte integrante do projecto educativo e do plano de actividades do estabelecimento de educação e ensino.

O Director do GCDE diz que “estamos também a encetar um percurso novo e diferente, na justa medida que entendemos que, no DE, temos de ultrapassar a lógica e os esquemas tradicionais de funcionamento por anos lectivos. Os projectos de formação desportiva têm de ser plurianuais, programados a longo prazo, com níveis intermédios bem definidos.” (Freitas, 2001, p.VIII).

2.5 Autarquias e Desporto Escolar

Como referimos anteriormente, o DE deverá ser entendido como uma co-responsabilização da comunidade educativa, nomeadamente por parte dos pais e/ou encarregados de educação e autarquias locais.

Constantino num dos seus trabalhos sobre as autarquias diz que deve ser preocupação destas “apresentarem-se, no contexto e no limite das suas possibilidades, na situação de disponibilidade para apoiarem, estimularem e congregarem vontades, meios e recursos susceptíveis de melhorar a oferta de condições para a prática do desporto no interior da escola, cooperando com o organismo institucionalmente responsável para o fazer - GCDE.” (1999, p. 40).

Pensamos que reside, neste apoio um factor decisivo para fortalecimento do DE na escola e acima de tudo na definição clara daquilo que se pretende, em cooperação com o órgão de gestão da escola, para uma política clara de desenvolvimento desportivo regional.

Actualmente, no distrito de Viana do Castelo, não existe qualquer tipo de parceria, resumindo-se o apoio pontual de uma ou outra autarquia, ao aluguer de transportes. Mesmo aqui estas entendem que os transportes devem ser pagos, em virtude do DE, nas escolas do 2º e 3º ciclos, ser da responsabilidade da Administração Central, como tal, face ao actual regime de competências, as autarquias não devem intervir.

Constantino refere, ainda a este propósito, que a ligação “Autarquia – DE tem de ser entendida como um compromisso de trabalho. Como todos os compromissos, exige a salvaguarda do essencial, em detrimento do acessório.” (1999, p.40).

Em nossa opinião, ambas as instituições, autarquia e escola, têm de se adaptar e trabalhar em conjunto, de acordo com os interesses comuns, sem que nenhuma das partes perca a natural autonomia e independência, procurando concertar e rentabilizar recursos, na definição clara de objectivos para o desenvolvimento do desporto na sua região, (distrito; concelho; freguesia), sem por em causa outros tipos de finalidades.

“É evidente que as autarquias locais têm uma responsabilização directa no desenvolvimento desportivo da sua área, que se deve traduzir de forma específica através de um apoio (e nunca de uma transferência) ao desporto escolar.” (Carvalho, 1987, p.78).

Todos sabemos a enorme confusão que durante muitos anos foi, por exemplo, a construção de pavilhões e outras instalações, umas para a escola e outras, ao lado, para os clubes. Não nos parece sensato este tipo de gestão de recursos. É necessário rentabilizar o funcionamento das instalações, como de outros meios existentes.

Por outro lado, constatamos, em algumas autarquias, a preocupação de recorrer ou incentivar o recurso a técnicos sem qualquer formação para o enquadramento técnico de jovens desportistas, através de clubes ou outras organizações municipalizadas. Também não nos parece a via correcta, por razões óbvias. É na escola que os jovens praticantes devem efectuar a sua formação desportiva e pedagógica. Esta preocupação não existe na maioria dos treinadores.

“É uma pura ilusão e uma grave confusão, pensar que uma escola de desporto, pode compensar as carências da escola e substituir a ausência do desporto escolar.” (Carvalho, 1987, p.81).

Portanto, se às autarquias se pede clara definição de objectivos e meios que podem colocar à disposição da escola para a prática do desporto, à escola pede-se-lhe igual clareza e transparência quanto ao que está interessada a dar. Isto exige, não apenas trabalho em comum, como também organização própria de cada uma das entidades envolvidas.

2.6 Desporto Federado

2.6.1 Clubes Desportivos

Aos clubes desportivos pertence, em exclusivo, um conjunto de funções conformes com as motivações que deram origem ao seu aparecimento e muito principalmente, com as necessidades objectivas que a nível local originaram a sua constituição.

“Os clubes não são mais do que a resposta social habitualmente encontrada para, através da participação voluntária das populações, ultrapassar carências detectadas na educação física e desporto locais.” (Araújo, 1986, citado por Homem, 1997, p.40).

O final do século XIX e início do século XX, considerado um período forte, onde muitas associações desportivas foram fundadas com princípios de enquadramento social, acabaram por redundar em diversas actividades físicas consumidas nos períodos de tempo livre. À incapacidade do estado em assumir a responsabilidade na organização e desenvolvimento das práticas desportivas, responderam os clubes com essa tarefa.

O clube desportivo constituiu uma resposta social às necessidades das populações no domínio das actividades físicas. Foi esta necessidade que obrigou a um grande envolvimento das responsabilidades de quadros tão diferenciados como o humano, o material e o das actividades, que são afinal o suporte da organização do clube.

Mas há uma questão básica que se tem colocado; saber qual a verdadeira função do clube. Caberá apenas ao clube desportivo a área do rendimento e da alta competição, passando a pertencer ao estado a responsabilidade da formação desportiva?

As opiniões, como é sabido e actual, têm-se dividido entre a responsabilidade do clube, que foi (e porventura ainda o é) durante largos anos o motor do desenvolvimento desportivo do país, e o papel do estado.

Araújo sobre esta questão diz que “cabe ao clube o que é do clube, à escola o que é da escola, à empresa o que é da empresa, à autarquia o que é da autarquia, ao estado o que é do estado, ninguém tem hipóteses (ou deve) de substituir ninguém”. (1984, p.45).

No entanto, os clubes, nos últimos anos vem lutando com enormes dificuldades, estão permanentemente determinados pelos traços essenciais de uma dinâmica social, que só valoriza a vitória e o rendimento desportivo.

“Os clubes pesados, centrados numa lógica insustentável do eclectismo e de uma gestão amadora ou a tempo parcial, não vão sobreviver há forte concorrência dos tempos que se avizinham. (...) Os clubes pequenos, que no passado foram os nós que possibilitaram a comunicação, também não vão sobreviver se não de adaptarem às dinâmicas de comunicação do futuro.” (Pires, 1994, p.6).

2.6.2 Sinais de Crise do Desporto Federado

O principal problema que se coloca ao movimento associativo contemporâneo, no caso particular, de carácter desportivo, é o da natureza da mudança de paradigma que suscita, naturalmente, perplexidade e apreensão.

“Com muita frequência se verifica que, actualmente, os dirigentes associativos se queixam do fraco nível de participação dos associados e da diminuta disponibilidade dos cidadãos para se candidatarem a cargos de Direcção sem fins lucrativos.” (Subtil, 1997, p.14).

Em Portugal, estão referenciados cerca de 9500 clubes, uma média de um clube por 1000 habitantes, o que fica muito aquém do nível de associativismo desportivo da maior parte dos países da União Europeia.

“Refira-se por exemplo, a existência de 150.000 clubes na Grã-Bretanha, país de grandes tradições associativas.” (Lynce, 1998, p.3).

Estes são números médios. Existem zonas do nosso país, particularmente no interior, nas quais não existe qualquer clube que proporcione iniciação e formação desportiva. O nosso distrito, em termos de desenvolvimento, pode considerar-se igual a um distrito com as características do interior.

É importante reflectir no papel das entidades públicas e privadas na promoção do desenvolvimento desportivo aos mais diversos níveis da prática desportiva, quer no que diz respeito às actividades, quer à construção, racionalização e utilização das infra-estruturas desportivas.

“A juventude ao mesmo tempo que dispõe de melhores condições de introdução à prática desportiva, sobretudo ao nível escolar e extra-escolar, quer por medidas de ordem pedagógica, quer por mobilização de maiores recursos e dotações de infra-estruturas ao serviço das escolas, deve constituir-se como público alvo prioritário das reflexões e das acções a desenvolver.” (Lynce, 1998, p.5).

De facto, estas reflexões efectuadas por um autor, que tem assumido nos últimos anos diversos cargos importantes, em instituições, relacionados com o fenómeno desportivo são bem elucidativas sobre a necessidade de, como referimos, repensar todo o papel das entidades públicas e privadas na promoção do desenvolvimento desportivo, aos mais diversos níveis da prática desportiva.

Os clubes sem fins lucrativos enfrentam, actualmente, um conjunto de problemas sérios. Destacamos alguns, que interessam para o nosso estudo:

- Agravamento dos custos das actividades;
- Dificuldade em construir infra-estruturas;
- Falta de dirigentes;
- Falta de treinadores;
- Aquisição de material;
- Falta de transporte.

Neste contexto e procurando justificar melhor o nosso raciocínio, vamos reflectir um pouco sobre um estudo elaborado pelo Centro de Estudos e Formação Desportiva (CEFD), divulgado na revista “Desporto” de (Set; Out; Nov; Dez; 1999), no qual foram diagnosticadas as principais dificuldades e carências no seio da prática desportiva juvenil em Portugal. Este estudo refere-se, naturalmente, ao desporto juvenil federado.

Relativamente à formação de treinadores, por exemplo, o estudo remete-nos para o seguinte diagnóstico:

- Dificuldade na formação de treinadores;
- Dificuldade dos treinadores formados em se fixarem na função;

- Existência de treinadores de seniores que também treinam os mais jovens praticantes, fazendo dessa actividade uma cópia do que fazem com os mais velhos;
- Falta de qualidade evidenciada por alguns treinadores, contribuindo para o abandono precoce dos jovens;
- Ausência de estatuto para o treinador de jovens;
- Deficiências na preparação efectuada com os jovens;
- Etapas de formação do praticante não percorridas;
- A formação do jovem praticante não garante a aquisição das bases essenciais do praticante adulto futuro.

Sobre o quadro competitivo, foram assinalados os seguintes elementos desfavoráveis:

- Existência de uma campeonite exagerada;
- Presença de quadros competitivos juvenis muito semelhantes aos adultos.

Sobre a estrutura organizativa que sustenta a prática desportiva federada juvenil, foram referenciados alguns aspectos, dos quais destacámos:

- Carência geral de quadros e de recursos humanos do desporto, em particular daqueles mais vocacionados para acompanhar a prática desportiva juvenil;
- Dificuldade em manter viva a motivação dos voluntários, que maioritariamente cobrem esta actividade;
- Redução dos hábitos de vida associativa dos portugueses, o que levanta enormes dificuldades aos clubes em geral e em particular aos que se dedicam à prática desportiva juvenil;
- Em certas modalidades, existência de clubes que não demonstram possuir vocação para o trabalho de preparação desportiva juvenil.

Este estudo, salienta ainda, que a influência que a actividade escolar, desenvolvida pelos jovens, exerce sobre o desporto federado, levou a que fossem referenciadas as seguintes carências:

- Grande dificuldade provocada pelos horários escolares;
- Não se verifica a prática de algumas modalidades nas escolas;
- Dificuldade de conciliação entre a prática desportiva realizada nas escolas e a dos clubes;
- Os resultados dos protocolos existentes entre as federações (DF) e o GCDE (DE), estão muito longe do sucesso e da eficácia pretendidas.

Relativamente aos espaços e ao material disponível para a prática desportiva dos jovens, foram assinaladas as seguintes características:

- Dificuldade em instalações, nomeadamente pela sua maior utilização com determinadas modalidades, ou pela prioridade concedida aos escalões seniores;
- A não existência de material e equipamentos e quando existe não está adaptado às dimensões e necessidades dos jovens praticantes.

A finalizar e como conclusões gerais, este estudo, que foi realizado no âmbito do projecto “JOVENS NO DESPORTO – UM PÓDIO PARA TODOS”, realça, que para a melhoria da qualidade da prática desportiva juvenil, é importante o estabelecimento de projectos conjuntos, envolvendo os clubes, as escolas, as autarquias e a administração desportiva central, nas mais diversas áreas, garantindo-se a participação daquelas entidades, tanto na fase da concepção dos projectos, como na fase da respectiva operacionalização.

Este estudo foi baseado num questionário com a finalidade de fazer uma caracterização mais objectiva do quadro correspondente à actividade desportiva juvenil federada, tendo sido solicitadas a colaborar todas as federações de modalidade.

Responderam 87% das federações solicitadas, das quais 84% tinham actividade desportiva juvenil. Este diagnóstico em nossa opinião reflecte efectivamente sinais preocupantes para movimento associativo e para a actividade desportiva juvenil federada, particularmente na área específica da formação desportiva, na qual centramos o nosso estudo.

2.7 Desenvolvimento Organizacional

2.7.1 Introdução ao Conceito de Organização

Ao decidirmos reflectir um pouco sobre organização, ou desenvolvimento organizacional, é porque entendemos ser este um tema de extrema importância e sobre o qual, actualmente, muito se fala. A nossa sensibilidade diz-nos que muitos dos problemas encontrados para uma efectiva colaboração entre o DE e o DF, centram-se em questões de organização.

Na sociedade, a mesma pessoa pode assumir uma multiplicidade de funções. Esta variedade, tem originado um conjunto de diferentes perspectivas de entendimento e utilização do conceito de organização e a partir deste, do conceito de gestão.

“Deste modo o conceito de organização está contaminado por um número significativo de circunstâncias, que têm a haver com a própria vida.” (Pires, 2000, p.91).

Como não podia deixar de ser, também o fenómeno desportivo sofre de várias influências. Quando surge uma crise num clube, ou numa outra instituição de carácter desportivo, podemos falar, também, de falta organização.

As organizações, ou se adaptam à sociedade nova em que vivemos, ou certamente enfrentarão problemas graves para a sua continuidade.

O próprio desporto, nesta lógica não se pode organizar de acordo com o que se verificava nos anos sessenta, setenta, ou mesmo oitenta. Desde a escola até à alta competição, passando pelas diversas áreas, a organização do desporto envolve uma dinâmica como talvez mais nenhuma outra actividade.

Nesta linha, é necessário encontrar novos modelos.

Então nesta perspectiva “é urgente alargar o discurso desportivo no sentido eminentemente pedagógico e social, para domínios que tenham a haver com os seus aspectos organizacionais, pois disso depende o futuro. Não podemos estar à espera que as mudanças aconteçam espontaneamente” (Pires, 1993, citado por Pina, 1997, p.72).

Se analisássemos diversos conceitos de organização, a partir das diferentes ciências que estudam os grupos sociais no âmbito da gestão e organização, “concluiríamos que em todos eles se encontrariam dois elementos comuns e essenciais: o conjunto de pessoas que têm tarefas específicas a cumprir e os objectivos a que se destina a organização.” (Damásio, 1998, p.45).

Por isso e em nossa opinião, no futuro, a formação das pessoas assumirá um papel preponderante, já que a vantagem estratégica das organizações está cada vez mais associada à qualidade das mesmas, à aprendizagem e à vontade de aplicar novos conhecimentos.

2.7.2 Para um Novo Paradigma

Na realidade, durante o século XX, as diversas funções da gestão têm vindo a adaptar-se, não só à cultura de cada época, como à moda de cada momento, bem como a novos ambientes organizacionais em que têm de operar.

Wren, citado por Marcelino, (1997) “aponta como futuro para a gestão, a existência das seguintes funções:

- Planeamento;
- Organização;
- Recursos humanos;
- Liderança;
- Controlo.”

Então, estamos na altura de planear o futuro. De acordo com Pires, três situações podem acontecer:

- 1 “Esperar que ele aconteça para depois reagirmos;
- 2 Antevermos a situação futura para, em tempo útil, prepararmos a resposta;
- 3 Fazê-lo acontecer.” (2000, p.337).

Assim, esperar que o futuro aconteça para depois reagirmos torna-se uma tarefa arriscada. Limitamo-nos a reagir através de normas ou procedimentos estandardizados em manuais, ou a correr atrás dos acontecimentos.

Prever o acontecimento do futuro para nos ajustarmos, pode não significar também nenhuma utilidade. Limitamo-nos a tentar planear aquilo que é conhecido, mas incerto.

Só nos resta pois, fazer com que o futuro aconteça. Nesta última situação, partimos da ideia de que o futuro já está entre nós. Para fazê-lo acontecer, só temos que utilizar as estratégias certas e desenvolver os projectos ajustados às mudanças que se pretendem efectuar.

Procura-se desenvolver estilos de administração e sistemas de organização centradas no processo de desenvolvimento das próprias pessoas, com vista à constante adaptação ao ambiente que as envolve.

Nesta perspectiva, Sousa, citado por Soares, define organização como “grupo social em que existe uma divisão funcional de trabalho e que visa atingir, através da sua actuação, determinados objectivos, e cujos membros são, eles próprios, indivíduos intencionalmente coprodutores desses objectivos e, concomitantemente, possuidores de objectivos próprios.” (1996, p.46).

E porque pensamos serem as pessoas, um dos pilares essenciais de qualquer organização, quando de facto envolvidas e motivadas, vamos reflectir um pouco sobre esta questão dos recursos humanos.

“Os recursos humanos podem ser um motor de desenvolvimento ou um entrave, se não partilharem os valores da organização.” (Hill, 2001, p.69).

Dentro da organização formal, existem organizações informais de pessoas que podem influenciar a primeira, principalmente quando são portadoras de ideias e projectos de cooperação, contribuindo para o desenvolvimento do clima de trabalho. Isto leva-nos a ponderar sobre outro conceito de inegável importância; o conceito de qualidade.

O desporto em geral e o DE em particular precisam, também, interiorizar este conceito o mais rapidamente possível, pelas características e potencialidades que o mesmo encerra, ao nível dos professores e outros agentes.

Carvalho destaca o importante “papel que o professor de EF deve ocupar em todo este processo.” (1985, p.125).

O investimento na qualidade dos serviços, pela via dos professores, que têm responsabilidades acrescidas no desenvolvimento das tarefas profissionais e na orientação das práticas físico - desportivas, tem de ser urgentemente efectuado.

A qualidade dos recursos humanos é essencial. Esta qualidade assenta em duas componentes: “uma técnica – a da competência e habilitação, e outra humana – a das atitudes, da atenção, da comunicação, da lealdade, do empenhamento, do inconformismo, etc. São estas duas componentes que sendo complementares, determinam a qualidade dos recursos humanos.” (Damásio, 1998, p.73)

Segundo Miller, citado por Crainer (1999) “o melhor para se iniciar o desenvolvimento da qualidade de uma organização, é com desempenho do indivíduo e das suas atitudes.” (p.129).

Por isso, a qualidade pessoal inicia uma reacção em cadeia de melhoramentos da qualidade. Nesta perspectiva podemos dizer que altos níveis de qualidade pessoal contribuem para altos níveis de qualidade nos diversos órgãos, departamentos, equipas, entre outros.

“A nova tendência dos recursos humanos procura tratar as pessoas como pessoas e como importantes recursos organizacionais, mas rompendo a maneira tradicional de tratá-las meramente como meios de produção.” (Chiavenato, 2000, p.73).

Nesta linha e para que tenhamos pessoal com qualidade também necessitamos de bons líderes ou de uma boa liderança.

“O novo líder é aquele que envolve as pessoas na acção, que transforma seguidores em líderes e que pode transformar os líderes em agentes de mudança.” (Bennis, citado por Crainer, 1999, p.126).

Liderar é influenciar pessoas para atingir os objectivos. Os líderes das organizações e os tipos de liderança são importantes para as organizações. Se a liderança de uma organização tiver qualidade, haverá necessariamente mais qualidade nos resultados.

Por isso o líder do futuro terá de ter sempre um olho na mudança, uma mão firme para a implementar, uma voz forte que articula a vontade do grupo e habilidade para inspirar os outros.

“A liderança implica visão, incentivo, entusiasmo, amor, confiança, vivacidade, paixão, obsessão, consistência, uso de símbolos, drama puro e simples (e a gestão do mesmo), criar heróis a todos os níveis, treinar, passear-se pela empresa e numerosas outras coisas. A liderança têm de estar presente em todos os níveis de organização.” (Peters, citado por Crainer, 1999, p.129).

A autonomia financeira, administrativa e organizacional são factores importantes para um clube, para uma escola e eventualmente para o clube do DE, no entanto a característica principal de um clube desta natureza, inovador e com forte dinâmica de grupo é a existência de líderes devidamente motivados e empenhados em inovar e contribuir para uma melhor qualidade do serviço desportivo.

Nesta perspectiva, “a liderança deve ser entendida como a arte ou o estilo de exercício do poder no sentido de influenciar os membros da organização no alcance dos objectivos comuns.” (Soares, 2001, p.17).

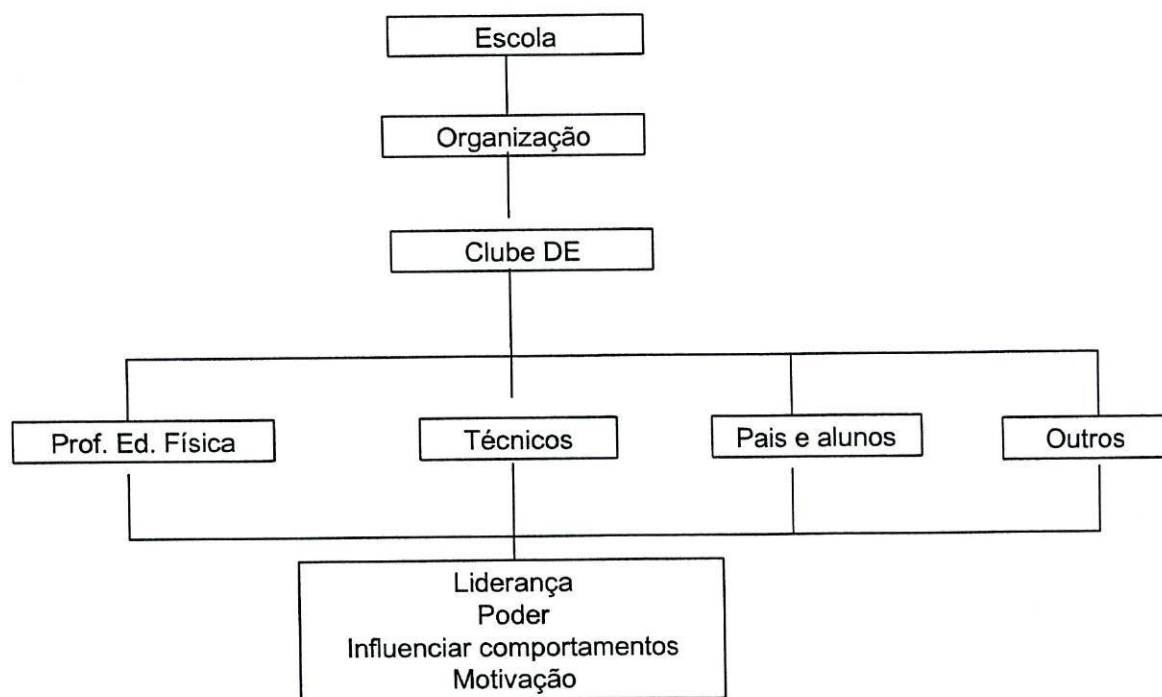


Figura 4 - A liderança e os vários intervenientes no clube do DE, adaptado de: (Soares, 2001, p.18).

Para finalizar esta análise sobre as cinco funções assinaladas como importantes na gestão, não podemos deixar de fazer referência ao último aspecto, quanto a nós de inegável importância, a avaliação ou controlo.

Este assunto é tema das mais variadas conversas, dentro e fora das instituições, particularmente na administração pública.

No mundo em que vivemos, estamos constantemente a ser avaliados e a avaliar os outros. A avaliação verifica-se em muitas situações do dia a dia, de forma explícita ou implícita.

No nosso caso particular, esta questão também é muito antiga. Todos falamos nela, todos sabemos da sua importância, no entanto, procuramos sempre fugir, ou então, preferimos falar, dizer que de facto existe, produzimos alguns documentos, mas todos sabemos que na realidade, tanto ganha ou sobe na carreira o que faz pouco, como o mais empenhado.

“A avaliação do desempenho é uma apreciação sistemática do desempenho de cada pessoa no cargo e o seu potencial de desenvolvimento no futuro. Toda a avaliação é um processo para estimular ou julgar o valor, a excelência, as qualidades de alguma pessoa.” (Drucker, 1990, p.159).

Não nos parece que seja possível existir qualidade no serviço desportivo escolar, se não houver uma avaliação criteriosa do trabalho das escolas e dos respectivos NDE.

Na procura do novo paradigma, Gustavo Pires, diz que tem de ser encontrada uma via diferente, relativamente às políticas desportivas e respectivas estratégias de desenvolvimento.

Actualmente, um dos problemas essenciais que se coloca ao País em termos de desenvolvimento desportivo, quer ao nível das novas práticas, quer no plano da estrutura das organizações e rentabilização dos recursos existentes, é o de encontrar um modelo que defina as estratégias de desenvolvimento dos vários sectores desportivos, em especial o escolar e o federado.

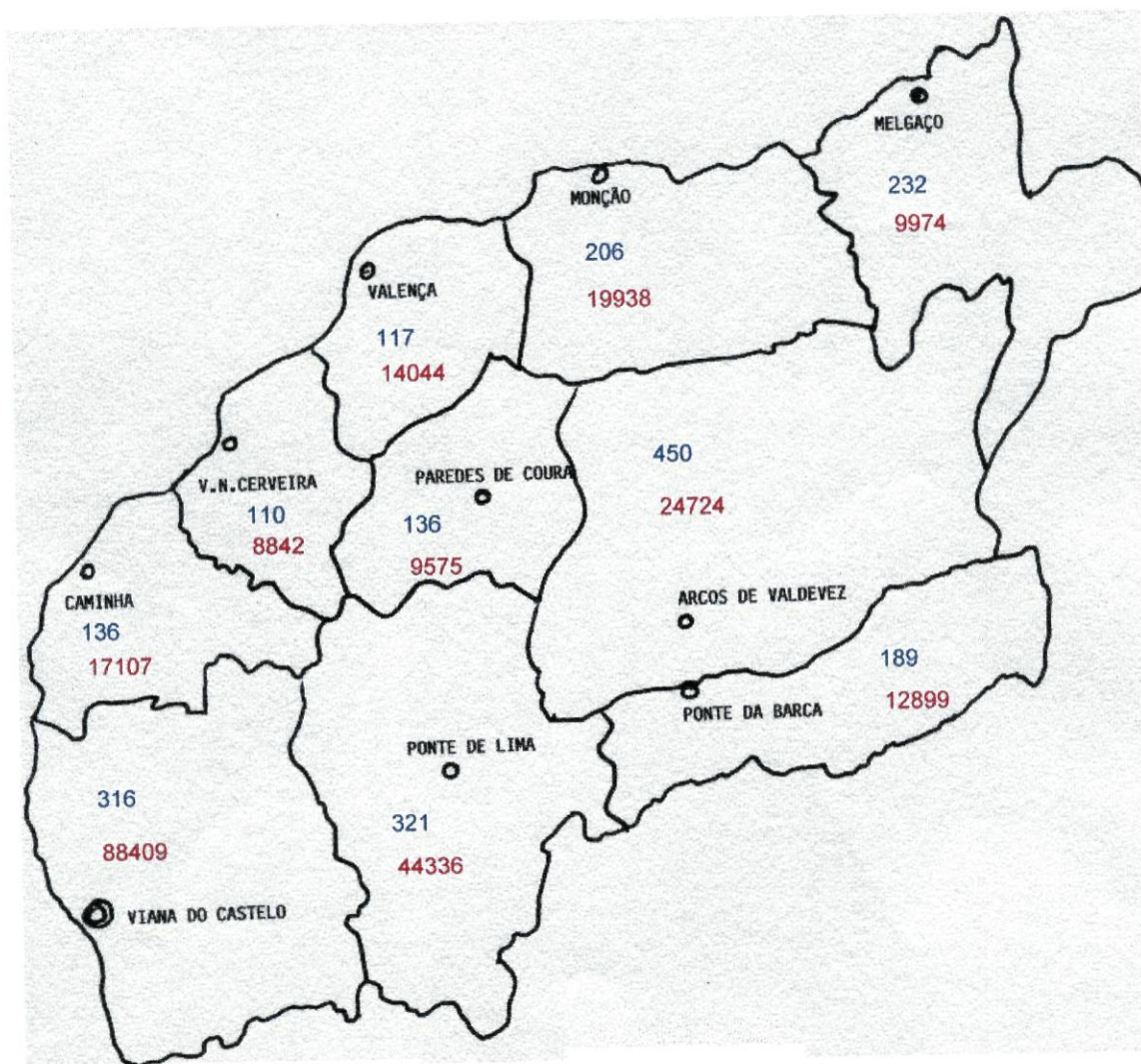
O actual Ministro da Juventude e Desporto, recentemente afirmou que “é altura de acabar com as meias palavras de quem tem vivido o discurso desportivo. Portanto, o que é preciso é alguém que, como eu pretendo ser, possa pôr o desporto nos carris, tendo em conta objectivos de longo prazo, que se enquadrem nos ciclos olímpicos e que permitam, depois de lançado o programa Atenas 2004, estarmos já a pensar o modo como lançar 2008 e 2012, num plano integrado que contenha a dimensão do desporto escolar, numa estruturação que não pode ser circunscrita ao que dá, ao que pega, ou ao discurso de apenas alguns protagonistas.” (Lello, 2000).

CAPITULO III

3 CARACTERIZAÇÃO DO MEIO

3.1 Distrito de Viana do Castelo

Figura 5 – Mapa do Distrito de Viana do Castelo



Mapa do distrito de Viana do Castelo, com indicação da área em M² e o N.º de habitantes, pelos respectivos concelhos.

Área N.º de habitantes

Como o nosso estudo é referente ao distrito de Viana do Castelo, consideramos importante fazer uma caracterização do mesmo. Para isso baseámo-nos em dados retirados da Diciopédia (2001).

O distrito de Viana do Castelo situa-se no extremo Noroeste do território continental português, na província do Minho, entre os rios Minho e Neiva, é limitado a Norte e Este pela Espanha, a Sul pelo distrito de Braga e a Oeste pelo oceano Atlântico. Situa-se a cerca de setenta quilómetros do Porto e trezentos e noventa de Lisboa. O distrito é composto por dez concelhos, num total de 2222 km², que representam 10,4% da área da região Norte e 2,5% da área continental. Os concelhos estão organizados em dois agrupamentos; Vale do Lima (Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo) e Vale do Minho (Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira). Existem duzentas e noventa freguesias no total dos dez concelhos. O distrito de Viana do Castelo é famoso pelo seu artesanato, policromia do seu traje regional, gastronomia, património histórico e arquitectónico e ainda pela beleza paisagística, que se reflecte na trilogia – mar; monte; rio.

A Associação de municípios do Vale do Lima, (Valima), refere que o distrito de Viana do Castelo (1998), tinha 249.650 habitantes sendo a população residente distribuída de acordo com os seguintes grupos etários:

- 0 - 14 anos - 17,4%,
- 15 - 24 anos - 16,9%,
- 25 - 64 anos - 47,8% e,
- Com mais de 65 anos - 17,7%.

A densidade populacional (1996) era de 134 h/km² no Vale do Lima e 91h/km² no Vale do Minho. Estes valores são considerados relativamente baixos por contraposição à média da região do norte de Portugal, 160h/km², e sobretudo do chamado norte litoral, 335 h/km², no qual esta região está incluída.

O povoamento do distrito apresenta um elevado grau de dispersão, o que constitui um factor limitativo à satisfação das necessidades básicas da população. Destaca-se como centro populacional mais importante, o concelho de Viana do Castelo, com um total de 81.009 habitantes, cerca de 31,5% da população da região, com uma densidade de 254h/km².

Um aspecto relevante, em termos de potencialidade de qualquer espaço, é o que se relaciona com a qualificação dos seus recursos humanos. Trata-se de um aspecto em que, novamente com a excepção do concelho de Viana do Castelo, a situação no distrito apresenta-se bastante desfavorável se a compararmos com os distritos do litoral da zona Norte.

É reconhecido que, a falta de qualificação dos recursos humanos, é hoje entendida como um dos maiores estrangulamentos ao desenvolvimento das regiões.

Em termos económicos, o distrito, (1998) possuía uma população activa de 104.707 pessoas, distribuída da seguinte forma:

- 51% no sector primário, dedicando-se a maior parte dos activos deste sector dedica-se à agricultura, onde se observa uma estrutura fundiária dispersa e profundamente desequilibrada. A actividade da pesca concentra-se particularmente à volta dos portos de Viana do Castelo, Caminha e Vila Praia de Âncora. Trata-se de uma estrutura produtiva assente fundamentalmente na pesca artesanal de espécies bastante diversificadas e algumas de alto valor comercial, mas com fraca dinâmica empresarial e sérias deficiências ao nível dos aspectos organizativos de produção;
- 32% no sector secundário, demonstrando este sector uma dinâmica assinalável, nas indústrias de lacticínios, de transformação de madeiras, cerâmica, produtos alimentares e pirotecnia. A construção civil também contribui para o desenvolvimento económico.

- 17% no sector terciário, encontrando-se este sector em franca em extensão um pouco por todos os concelhos, com o crescimento do comércio, hotelaria e criação de serviços essenciais ao bem estar da população. A paisagem, o artesanato, os usos e costumes, os recursos hídricos, o património monumental e artístico, uma área significativa do Parque Nacional da Peneda Geres e ainda algum potencial termal, constituem recursos turísticos que devidamente explorados, podem transformar este sector num dos mais relevantes para o desenvolvimento do distrito. Assim, a preservação do ambiente, do património natural e cultural assume aspecto de primeira prioridade.

Apesar da sua litoralidade e das suas tão faladas belezas naturais e até das suas exuberantes festas e romarias, a debilidade das estruturas produtivas da região explica que esta apresente uma das mais baixas capitações de produto, tanto do País como da Europa.

Em termos mais desagregados, emerge de novo, como centro populacional relativamente distinto, o concelho de Viana do Castelo, com apenas 20,2% da população activa no sector primário, 45,3% no secundário e 34,5% no terciário.

Na área da educação devemos destacar graves insuficiências na rede escolar do ensino pré - primário, em termos quantitativos (cento e trinta e dois jardins de infância), uma grande dispersão das escolas do 1º ciclo do ensino básico (trezentas e quarenta e oito) e a degradação do parque escolar nas áreas do ensino básico e secundário (trinta e cinco escolas). Relativamente ao ensino superior, o distrito têm quatro escolas superiores/Instituto Politécnico e um pólo de uma universidade privada, frequentadas no total por seis mil setecentos e noventa e sete alunos.

Quadro N.º 1

Número de alunos matriculados por ano escolar e concelho, no distrito de Viana do Castelo.

Concelho	Ano Escolar											
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º
Arcos Valdevez	209	286	249	315	229	256	287	261	307	279	214	239
Caminha	197	181	199	227	258	256	267	254	298	262	202	224
Melgaço	79	106	85	95	112	119	130	140	105	102	104	124
Monção	163	209	208	218	190	212	255	264	265	264	173	244
Paredes Coura	74	100	113	101	114	107	117	155	131	52	63	45
Ponte da Barca	130	201	174	227	184	187	203	202	149	145	87	101
Ponte de Lima	547	657	564	648	630	622	750	605	581	411	330	231
Valença	136	158	161	176	184	169	204	213	151	112	99	92
Viana Castelo	984	1087	985	1115	1079	1210	1199	1217	1288	1316	956	1068
V. N. Cerveira	97	112	99	93	129	126	114	154	137	109	69	80
Total	2616	3097	2837	3215	3109	3264	3526	3465	3412	3052	2297	2448

Estes dados foram fornecidos pela DREN, CAE de Viana do Castelo e são referentes ao ano escolar de 1999/2000.

Da análise do quadro, constatamos que o concelho de Viana do Castelo é o que tem maior número de alunos e o concelho de Paredes de Coura o que regista menor número. Devemos ainda destacar os dados do concelho de Ponte do Lima, sendo o segundo concelho do distrito, com maior número de alunos.

3.2 Caracterização das Escolas do Ensino Básico (EB) 2º e 3º Ciclos e Secundário do Distrito de Viana do Castelo

Pareceu-nos igualmente importante, no âmbito deste estudo, caracterizar as escolas do distrito.

“As escolas, para maior facilidade de identificação, têm designações diferentes em função dos níveis, ciclos e modalidades de educação e ensino que ministram” (ME, citado por Esperança, 2001, p.92).

Seleccionamos, as escolas onde é leccionado o 2º e 3º ciclo do EB e secundário de todo o distrito de Viana do Castelo, em virtude de serem estas às quais o projecto do DE se destina e se enquadram no nosso estudo.

Agrupamos as escolas segundo os concelhos a que pertencem para facilitar a sua caracterização. Referimos, também, o meio em que estão inseridas, o tipo de edifício de cada uma e se, no ano escolar de 2000/2001, aderiram ou não ao DE.

Quadro N.º 2

Concelhos, escolas, meio em que estão inseridas, tipo de edifício, com ou sem DE, no distrito de Viana do Castelo.

Concelho	Escolas	Meio	Edifício	DE
Arcos de Valdevez	EB 2,3 Arcos Valdevez	Meio misto	Dois blocos	Sim
	EB 3/Sec. Arcos Valdevez	Meio misto	Compacto	Sim
	EB 2,3 Távora	Meio rural	Compacto	Sim
Caminha	EB 2,3 Caminha	Meio urbano	Blocos	Sim
	EB 1,2 V.P. Âncora	Meio misto	Compacto	Sim
	Ancorensis -3º Ciclo/Sec.	Meio misto	Compacto	Sim
Paredes Coura	EB2,3/Sec.Paredes Coura	Meio rural	Compacto	Sim
Ponte da Barca	EB 2,3/Diogo Bernardes	Meio misto	Blocos	Sim
	EB 3/Sec. Ponte Barca	Meio misto	Compacto	Sim
Ponte de Lima	EB 2,3 António Feijó	Meio urbano	Blocos	Sim
	EB 2,3 Freixo	Meio rural	Dois blocos	Sim
	EB 2,3 Correlhã	Meio rural	Compacto	Não
	EB 2,3/Sec. Arcozelo	Meio rural	Blocos	Sim
	Sec. de Ponte de Lima	Meio urbano	Compacto	Sim
Melgaço	EB 2,3/Sec. Melgaço	Meio misto	Blocos	Sim
Monção	EB 2,3 Pias	Meio rural	Compacto	Sim
	EB 2,3 Tangil	Meio rural	Compacto	Não
	EB 2,3 Monção	Meio misto	Compacto	Sim
	EB 3/Sec. Monção	Meio misto	Compacto	Sim
Valença	EB 2,3 Valença	Meio urbano	Blocos	Sim
	Sec. Valença	Meio urbano	Dois blocos	Sim
V. N. Cerveira	EB 2,3/Sec.V. N. Cerveira	Meio urbano	Dois blocos	Sim
	Colégio de Campos	Meio misto	Blocos	Sim
Viana do Castelo	EB 2,3/Sec. Barroselas	Meio misto	Blocos	Sim
	EB 2,3/Sec. Lanheses	Meio misto	Dois blocos	Sim
	EB 2,3/Sec. Monte da Ola	Meio misto	Blocos	Sim
	EB 2,3/Sec. Pintor J. Brito	Meio misto	Blocos	Sim
	EB 2,3 Carteadado Mena	Meio misto	Compacto	Sim
	EB 2,3 Dr. Pedro Barbosa	Meio urbano	Compacto	Sim
	EB 2,3 Frei Bart. Mártires	Meio urbano	Dois blocos	Sim
	EB 2,3 Castelo de Neiva	Meio rural	Compacto	Sim
	EB 2,3 Viana do Castelo	Meio urbano	Compacto	Sim
	Sec. de Monserrate	Meio urbano	Compacto	Sim
	Sec. de Santa Maria Maior	Meio urbano	Compacto	Sim
	Externato das Neves	Meio misto	Compacto	Sim

Nota: Dados fornecidos pelo CAE de Viana do Castelo.

Pela leitura do quadro número dois, verificamos que existem trinta cinco escolas que leccionam o 2º e o 3º ciclo do EB e/ou o ensino secundário, oito das escolas situam-se em meio rural, quinze em meio misto, e as restantes onze em meio urbano. Para esta classificação utilizamos como critério:

Meio rural - escolas que se situam em freguesias pertencentes a concelhos em que o meio principal é uma vila.

Meio misto - consideramos as escolas situadas nas vilas dos concelhos mais afastados da capital de distrito, para o interior do mesmo, assim como as escolas localizadas fora da cidade de Viana do Castelo e das vilas do litoral.

Meio urbano - consideramos as escolas da cidade de Viana do Castelo, das vilas do litoral e ainda a vila de Ponte de Lima.

Das trinta e cinco, apenas duas das escolas do distrito, no ano lectivo de 2000/2001 não aderiram ao projecto do DE, pelo que a partir daqui não serão mencionadas, em virtude de não se enquadrarem no âmbito deste estudo.

No quadro seguinte apresentamos valores relativos ao número de professores de EF e ao tipo de instalações desportivas que cada escola dispõe. A terminologia usada para indicar a tipologia das instalações desportivas, é a mesma que foi utilizada pelas escolas no preenchimento dos projectos finais do DE e diz respeito a todas as instalações formais utilizadas para a prática da EF e do DE. As instalações desportivas, normalmente são constituídas por um pavilhão desportivo e no espaço exterior, por balneários, campos de jogos e pista de atletismo, composta por três a quatro corredores e uma caixa de saltos horizontais (polidesportivo descoberto).

Nota: Quando fazemos referência ao polidesportivo descoberto, estamos a falar do modelo tipo, com um campo de Andebol, três a quatro corredores em volta deste e uma caixa de saltos horizontais. Normalmente também estão marcados dois campos de Basquetebol e dois de Voleibol no mesmo espaço do campo de Andebol.

Quadro N.º 3

Concelhos, escolas, tipologia das instalações desportivas e numero de professores de EF de cada escola, no distrito de Viana do Castelo.

Concelho	Escolas	Tipologia Instalações desportiva	Profs EF
Arcos de Valdevez	EB 2,3 Arcos Valdevez	Polidesportivo descoberto	6
	EB3/Sec. Arcos Valdevez	Polidesportivo descoberto; Pavilhão	7
	EB 2,3 Távora	Polidesportivo descoberto; Pavilhão	3
Caminha	EB 2,3 Caminha	Polidesportivo descoberto; Pavilhão	7
	EB 1,2 V.P. Âncora	Polidesportivo descoberto; Pav. Municipal	3
	Ancorensis –3º Ciclo/Sec.	Polidesportivo descoberto; Pav. Municipal, Sala Ginástica; Piscina	8
Paredes Coura	EB 2,3/Sec P. Coura	Pavilhão	6
Ponte da Barca	EB 2,3/Diogo Bernardes	Pavilhão; Piscina Municipal	6
	EB 3/Sec. Ponte Barca	Pavilhão; Piscina Municipal	5
Ponte de Lima	EB 2,3 António Feijó	Polidesportivo descoberto; Pav. Municipal	8
	EB 2,3 Freixo	Polidesportivo descoberto; Pavilhão	4
	EB 2,3/Sec. Arcozelo	Polidesportivo descoberto; Pavilhão	5
	Sec. de Ponte de Lima	Polidesportivo descoberto; Pavilhão	8
Melgaço	EB 2,3/Sec. Melgaço	Polidesportivo descoberto; Pavilhão	6
Monção	EB 2,3 Pias	Polidesportivo descoberto; Pavilhão	3
	EB 2,3 Monção	Polidesportivo descoberto; Pavilhão; Sala Ginástica	5
	EB 3/Sec. Monção	Polidesportivo descoberto; Pavilhão	4
Valença	EB 2,3 Valença	Polidesportivo descoberto; Pav. Municipal	6
	Sec. Valença	Polidesportivo descoberto; Pavilhão	4
V. N. Cerveira	EB 2,3/Sec.V. N. Cerveira	Polidesportivo descoberto; Pav. Municipal	5
	Colégio de Campos	Polidesportivo descoberto	3
Viana do Castelo	EB 2,3/Sec. Barroselas	Polidesportivo descoberto; Pavilhão	5
	EB 2,3/Sec. Lanheses	Polidesportivo descoberto; Pav. Municipal	8
	EB 2,3/Sec. Monte Ola	Polidesportivo descoberto; Pav. Municipal	6
	EB 2,3/Sec.P. José Brito	Polidesportivo descoberto; Pav. Municipal	8
	EB 2,3 Carteadado Mena	Polidesportivo descoberto;	7
	EB 2,3 Dr. Pedro Barbosa	Polidesportivo descoberto; Pav. Municipal	7
	EB 2,3 Frei Bart. Mártires	Polidesportivo descoberto; Pavilhão	7
	EB 2,3 Castelo de Neiva	Polidesportivo descoberto; Pavilhão; Sala Ginástica	4
	EB 2,3 Viana do Castelo	Polidesportivo descoberto	6
	Sec. de Monserrate	Polidesportivo descoberto; Pavilhão; sala Ginastica; Pav. Municipal; Piscina Municipal	14
	Sec. de Santa Maria Maior	Polidesportivo descoberto; Sala Ginastica; Pavilhão Municipal; Piscina Municipal	11
	Externato das Neves	Polidesportivo descoberto; Pavilhão	2

Nota: Dados fornecidos pelo CAE de Viana do Castelo.

Relativamente aos dados apresentados no quadro anterior, devemos salientar alguns aspectos:

Em todo o distrito leccionam duzentos e dois professores de EF nas escolas do 2º e 3º ciclo do EB e secundário. Deste total, cento e noventa sete leccionam nas escolas que aderiram ao DE.

A maioria das escolas já dispõe de instalações desportivas diversificadas, tanto no interior como exterior para as aulas curriculares de EF e para a prática do DE.

Consideramos que, tanto em recursos humanos, como materiais (instalações para a disciplina de EF e para o DE), o distrito está razoavelmente servido.

3.3 Desporto Escolar nas Escolas EB 2º e 3º Ciclo e Secundário no Distrito de Viana do Castelo

Segundo dados do CAE de Viana do Castelo, referentes aos 2º e 3º ciclo do EB e secundário, as modalidades do grupo um e dois, a actividade interna, os professores que aderiram ao programa do DE e respectivos créditos, estão distribuídos de acordo com o quadro número quatro.

As modalidades do grupo um, são as que estão incluídas nos programas de EF. Estas modalidades dispõe de encontros a nível de CAE, a possibilidade de participação em campeonatos escolares, encontros regionais e nacionais. Estas modalidades normalmente beneficiam de quatro créditos no horário do professor responsável.

Exemplos de modalidades do grupo um: Andebol; Atletismo; Basquetebol; Desportos gímnicos; Badminton; Futsal; Voleibol, Ténis de Mesa; Ciclismo; Canoagem; Judo e Natação.

As modalidades do grupo dois, são actividades desportivas de natureza extracurricular, não incluídas nos programas de EF. Estas modalidades dispõe de encontros de CAE e a possibilidade de encontros regionais e nacionais.

As referidas modalidades, beneficiam de três créditos no horário do professor responsável.

Exemplos de modalidades do grupo dois: Aeromodelismo, Basebol, Esgrima, Golfe, Hipismo, Tiro e Vela/Remo.

Quadro N.º 4

Concelhos, escolas, actividade externa, actividade interna, número de professores envolvidos no DE e créditos horários atribuídos a cada escola no ano lectivo de 2000/2001, no distrito de Viana do Castelo.

Concelho	Escola	Act. Externa		Act. Int.	Prof. DE - Créditos		
		Moda. Grupo 1 a)	Moda. Grupo 2 a)	b)	EF	Outro	Créditos c)
Arcos de Valdevez	EB 2,3 Arcos Valdevez	1	1	2	2	0	12
	EB 3/Sec. Arcos Valdevez	2	0	1	3	0	12
	EB 2,3 Távora	2	0	1	2	0	12
Caminha	EB 2,3 Caminha	5	1	0	5	0	26
	EB 1,2 V.P. Âncora	2	0	0	2	0	11
	Ancorensis – 3º Ciclo/Sec.	13	0	3	8	3	58
P. Coura	EB 2,3/Sec. Paredes Coura	1	0	0	2	0	7
Ponte da Barca	EB 2,3/Diogo Bernardes	5	0	4	5	0	27
	EB 3/Sec. Ponte Barca	5	0	0	5	0	23
Ponte de Lima	EB 2,3 António Feijó	8	0	1	7	0	36
	EB 2,3 Freixo	4	0	1	4	0	20
	EB 2,3/Sec. Arcozelo	4	0	2	4	2	21
	Sec. de Ponte de Lima	2	0	1	2	1	12
Melgaço	EB 2,3/Sec. Melgaço	7	0	0	6	0	31
Monção	EB 2,3 Pias	3	0	1	2	1	16
	EB 2,3 Monção	3	0	0	1	1	15
	EB 3/Sec. Monção	0	0	3	1	0	3
Valença	EB 2,3 Valença	6	1	3	5	0	33
	Sec. Valença	4	1	1	4	0	23
V. N. de Cerveira	EB 2,3/Sec.V. N. Cerveira	5	1	1	5	0	27
	Colégio de Campos	3	0	2	3	0	19
Viana do Castelo	EB 2,3/Sec. Barroselas	7	0	0	5	0	31
	EB 2,3/Sec. Lanheses	5	1	0	5	0	26
	EB 2,3/Sec. Monte da Ola	5	0	1	5	0	26
	EB2,3/Sec.Pintor José Brito	4	1	2	4	0	24
	EB 2,3 Carteadado Mena	5	0	4	4	0	27
	EB 2,3 Dr. Pedro Barbosa	4	0	3	4	0	22
	EB 2,3 Frei Bart. Mártires	5	0	2	5	0	25
	EB 2,3 Castelo de Neiva	3	0	1	3	0	16
	EB 2,3 Viana do Castelo	3	0	1	3	0	16
	Sec. de Monserrate	2	0	3	3	0	14
	Sec. Santa Maria Maior	6	1	1	5	0	29
Externato das Neves	2	0	0	1	1	11	
Totais	33	133	9	33	125	9	711

- a) Número de grupos/equipa por escola.
- b) Número de créditos por actividade interna, por semana. Cada crédito, corresponde a um tempo lectivo.
- c) Total de créditos por escola. Neste total estão incluídos os créditos do coordenador do NDE.

Analisando o quadro número quatro, verificámos que há mais grupos/equipas das modalidades do grupo um em relação ao número de grupos/equipas das modalidades do grupo dois. Isto significa que os professores optam, em maior número, por actividades/modalidades que estão incluídas nos programas de EF.

Constatamos que o número de professores com actividade interna é reduzido, o que em nossa opinião se revela como um aspecto negativo, tendo em consideração os objectivos da actividade interna. Por fim, salientamos o número total de créditos horários atribuídos às escolas em todo o distrito (711) para o projecto do DE, o que equivale em média a um professor por escola.

Dos cento e noventa e sete professores de EF colocados nas escolas do distrito, com DE, temos cento e vinte e cinco envolvidos em actividades do DE (63.5%). Para além destes, existem nove professores com funções no DE que não são professores de EF, mas cuja participação o regulamento permite, desde que propostos pelo órgão de gestão da escola e mediante a apresentação de currículo desportivo a analisar pelo CAE.

É de facto considerável e importante realçar o número de professores de EF envolvidos em actividades do DE.

“O DE exige um corpo docente qualificado, não é assunto de antigos praticantes desportivos graduados em treinadores ou monitores, não basta ser cidadão com curriculum desportivo.” (Bento, 1989, p.50)

Procurando pormenorizar melhor a dinâmica do DE no distrito, assinalámos nos quadros seguintes, os grupos/equipas de cada modalidade/actividade.

Quadro N.º 5

Modalidades do grupo dois (modalidades não incluídas no programa de EF), grupos/equipas por escalão e sexo e total de grupos/equipas, no ano lectivo de 2000/2001, no distrito de Viana do Castelo.

Modalidade	Equipas	Sexo	Total
Golfe	Vários escalões	Misto	1
Xadrez	Vários escalões	Misto	4
Vela/Remo	Vários escalões	Misto	4

Nestas modalidades do grupo dois, normalmente a participação é aberta a todos os alunos, independentemente do sexo ou da idade mas, no caso de existirem competições ou encontros desportivos os alunos integrarão o seu escalão/sexo.

Quadro N.º 6

Modalidades do grupo um (modalidades incluídas no programa de EF), grupos/equipas por escalão e sexo e total dos grupos/equipas, no ano lectivo de 2000/2001, no distrito de Viana do Castelo.

Modalidade	Grupos/equipas	Sexo	Total
Andebol	Três de Iniciados - Três de Juvenis	Masculino	6
Desportos Gímnicos	Catorze equipas	Misto	14
Atletismo	Duas de Juvenis	Masculino	2
Basquetebol	Uma de Infantis - Duas de Iniciados – Três de Juvenis	Masculino	6
	Duas de Infantis - Três de Juvenis	Feminino	5
Futebol	Nove de Infantis - Quatro de Iniciados - Três de Juvenis - Cinco de Juniores	Masculino	5
	Uma Infantil - Quatro Iniciadas – Três Juvenis - Quatro Juniores	Feminino	21
Voleibol	Três Infantis - Três Juvenis	Masculino	6
	Quatro Infantis - Cinco Iniciadas – Oito Juvenis	Feminino	17
Ténis de Mesa	Três Infantis - Quatro Iniciados – Quatro juvenis	Masculino	11
Badminton	Vários escalões	Misto	4
Orientação	Vários escalões	Misto	3
Corfebol	Vários escalões	Misto	1
Patinagem	Vários escalões	Misto	3
Natação	Vários escalões	Misto	3
Dança	Vários escalões	Misto	4
Canoagem	Vários escalões	Misto	2
BTT	Vários escalões	Misto	3
Vela/Remo	Vários escalões	Misto	4
Desportos Montanha	Vários escalões	Misto	2
Judo/Luta	Vários escalões	Misto	2
Ténis	Vários escalões	Misto	4
Rugby	Vários escalões	Misto	2

No distrito de Viana do Castelo temos um total de cento e quarenta e seis grupos/equipas nas diversas modalidades. Neste total, em relação à variante sexo, verificamos que há cinquenta e duas equipas do sexo masculino e trinta e quatro do sexo feminino.

Relativamente aos escalões etários, verificamos uma predominância dos escalões superiores (Juvenis e Juniores), o que em nossa opinião é negativo. Destacam-se o Futsal e o Voleibol com mais grupos/equipas. Merece também uma nota positiva, o facto dos Desportos Gímnicos apresentarem catorze grupos/equipas. Outro aspecto que realçamos, prende-se com o de existir um número maior de modalidades colectivas do que individuais.

No quadro seguinte apresentamos, por concelho, o número máximo de alunos praticantes no DE no ano lectivo de 2000/2001. O total de praticantes no distrito neste ano foi de 2880.

Cada grupo/equipa, para funcionar deve ter, de acordo com o regulamento, no mínimo vinte alunos. Os concelhos de Viana do Castelo, Caminha e Ponte de Lima são os que apresentam maior número de alunos praticantes. Contrariamente, o concelho de Paredes de Coura só apresenta vinte alunos num grupo/equipa de desporto aventura.

Devemos salientar ainda, a existência de algumas modalidades, que há uns anos atrás não eram praticadas nas escolas, como sejam os casos do ténis ou actividades de exploração da natureza.

Outras modalidades, como a canoagem, vela/remo são possíveis dadas as condições geográficas do distrito e a localização de algumas das escolas.

Quadro N.º 7 - Concelhos, modalidade, número de grupos/equipas por modalidade, número máximo de alunos por modalidade e total de alunos praticantes DE por concelho e total no distrito de Viana do Castelo.

Concelho	Modalidade	N.º grupos/equipas	N.º alunos/Modalidade	Total Concelho
Viana do Castelo	Andebol	1	20	920
	Voleibol	12	240	
	Badminton	3	60	
	Judo	1	20	
	Rugby	1	20	
	Desp. Gímnicos	6	120	
	Futsal	10	200	
	Ténis	2	40	
	Canoagem	1	20	
	Basquetebol	2	40	
	Ténis de Mesa	3	60	
	Desp. Aventura	1	20	
	Vela	1	20	
	Remo	1	20	
Caminha	Patinagem	1	20	540
	Andebol	3	60	
	Voleibol	5	100	
	Natação	1	20	
	Orientação	2	40	
	Desp. Gímnicos	2	40	
	Futsal	3	60	
	Desp. Aventura	2	40	
	Remo	1	20	
	Basquetebol	1	20	
Atletismo	1	20		
V. N. de Cerveira	Ténis de Mesa	1	20	140
	Futsal	2	40	
	Remo	1	20	
	Patinagem	1	20	
Valença	Voleibol	2	40	160
	Ténis de Mesa	3	60	
	Futsal	3	60	
Monção	Voleibol	1	20	120
	Ténis de Mesa	1	20	
	Futsal	4	80	
Melgaço	Voleibol	1	20	140
	Desp. Gímnicos	1	20	
	Futsal	3	60	
	Basquetebol	1	20	
Arcos de Valdevez	Atletismo	1	20	100
	Futsal	2	40	
	Basquetebol	1	20	
	Voleibol	1	20	
Ponte da Barca	Rugby	1	20	200
	Natação	1	20	
	Andebol	1	20	
	Futsal	2	40	
	Voleibol	1	20	
	Orientação	1	20	
Ponte de Lima	Basquetebol	4	80	440
	Natação	1	20	
	Desp. Gímnicos	5	100	
	Ténis	2	40	
	Futsal	4	80	
	Badminton	1	20	
	Canoagem	1	20	
	Basquetebol	2	40	
Patinagem	1	20		
P. de Coura	Desp. Aventura	1	20	20
Totais		146	2280	2280

3.4 Desporto Federado no Distrito de Viana do Castelo

Segundo dados recolhidos no Instituto Nacional do Desporto (IND) Subdelegação de Viana do Castelo, os quadros seguintes reflectem:

O quadro número oito, a distribuição global da prática desportiva federada no distrito, por sexo e nos escalões etários indicados. Como verificamos, o quadro reflecte uma clara maioria do sexo masculino.

O quadro número nove, apresenta o conjunto dos clubes com actividade desportiva federada no distrito, assim como o número de praticantes federados e não federados. De referir que estes dados são relativos ao ano de mil novecentos e noventa e nove.

O distrito de Viana do Castelo neste ano, tinha cento e trinta e dois clubes com prática regular. Em média tínhamos um clube para mil e novecentos habitantes. Este número refere-se às modalidades mencionadas. O número de atletas filiados era de cerca de cinco mil e cem, curiosamente inferior ao de atletas não filiados. Não conseguimos obter dados sobre a prática desportiva juvenil, ou seja, o número de praticantes que temos exactamente no distrito nos escalões de formação, mas sabemos que a maioria dos clubes dedica-se ao desporto juvenil.

Quadro N.º 8

Escalão etário e percentagem de prática desportiva por sexo, no ano de 1999, no distrito de Viana do Castelo.

Escalão	Sexo Masculino	Sexo Feminino
8 – 10 anos	81,8 %	18,2 %
11 – 13 anos	82,5 %	17,5 %
14 – 16 anos	87,8 %	12,2 %
17 – 19 anos	90,0 %	9,7 %
20 em diante	94,2 %	5,8 %

Quadro N.º 9

Concelhos, modalidades com prática desportiva federada, número de clubes com prática federada, número de praticantes federados, número de praticantes não federados, total de praticantes por concelho e total, no ano de 1999, no distrito de Viana do Castelo.

Concelho	Modalidade	N.º clubes com prática federada	N.º praticantes federados	N.º praticantes não federados	Total de praticantes
Viana do Castelo	Andebol	4	2474	2418	4892
	Voleibol	6			
	Natação	1			
	Judo	6			
	Hóquei Patins	2			
	Futebol	15			
	Remo	2			
	Canoagem	1			
	Basquetebol	3			
	Atletismo	10			
Caminha	Andebol	1	516	539	1056
	Voleibol	1			
	Natação	1			
	Judo	3			
	Hóquei Patins	2			
	Futebol	4			
	Remo	1			
	Basquetebol	1			
V. N. de Cerveira	Futebol	3	234	194	428
	Remo	1			
	Canoagem	1			
	Atletismo	1			
Valença	Natação	1	307	65	372
	Judo	1			
	Hóquei Patins	1			
	Futebol	2			
	Remo	1			
	Canoagem	1			
	Basquetebol	2			
	Atletismo	3			
Monção	Judo	1	319	148	467
	Futebol	5			
	Basquetebol	1			
	Atletismo	2			
Melgaço	Futebol	1	108	47	155
	Basquetebol	1			
Arcos de Valdevez	Natação	1	368	270	638
	Futebol	5			
	Canoagem	1			
	Rugby	1			
	Atletismo	1			
Ponte da Barca	Futebol	2	253	252	505
	Basquetebol	1			
Ponte de Lima	Voleibol	1	663	1136	1799
	Natação	1			
	Judo	2			
	Hóquei Patins	1			
	Futebol	12			
	Canoagem	1			
	Basquetebol	2			
	Atletismo	2			
Paredes de Coura	Futebol	2	99	335	434
	Basquetebol	1			
	Atletismo	1			
Totais		32	5141	5404	10545

CAPITULO IV

“A metodologia da investigação estrutura-se em dois momentos diferenciados e interdependentes. O primeiro é o da descoberta da verdade, que agrupa todos os actos intelectuais indispensáveis à formulação e resolução do problema estudado. Enquanto o segundo diz respeito à transmissão da verdade descoberta, com todos os problemas que o sistema da composição levanta.”

Umberto Eco, 1998

www.gd.de.min-edu.pt

4 METODOLOGIA

O capítulo que se segue é constituído pelos procedimentos metodológicos adoptados, tendo em vista os objectivos definidos. Se considerarmos que o objectivo principal do estudo, foi efectivamente saber, se, entre o DE e o DF pode haver cooperação e complementaridade, tendo em vista o desenvolvimento desportivo, particularmente no que diz respeito ao processo de formação desportiva, entendemos que o melhor instrumento de pesquisa seria o questionário.

Para o efeito, inquirimos um conjunto de agentes relacionados com ambos os subsistemas (DE e DF), Câmaras Municipais (CM), Instituto Nacional do Desporto (IND) e Escola Superior de Educação (ESE)

4.1 Universo

Tomando como referência o desafio inicial, procuramos inquirir agentes do DE e DF. Relativamente ao DE, distribuímos questionários pelo conjunto de professores envolvidos no DE no ano lectivo de 2000/2001, responsáveis de conselhos executivos, assim como professores requisitados no CAE de Viana do Castelo, com responsabilidades de coordenação no DE.

Quanto ao DF, distribuímos os questionários pelo conjunto de treinadores, dirigentes de clubes, dirigentes de associações de modalidade e ainda a directores técnicos regionais de algumas modalidades.

Para além destes, entendemos que seria oportuno inquirir responsáveis das CM, IND e ESE, em virtude de estas instituições estarem implicadas, mesmo que por razões diferentes, no fenómeno desportivo do distrito.

4.2 Dimensão da Amostra

A amostra que a seguir identificamos foi recolhida do Universo anteriormente apresentado. Optámos por uma amostra não probabilística, em virtude desta “poder ser seleccionada tendo como base critérios de escolha intencional”. (Colaço, S/D)

Neste sentido e para efeitos de definição do grupo amostral, inicialmente foi efectuado um levantamento, tanto do DE, como do DF, através da consulta dos dados existentes no CAE/Gabinete do DE e no IND/Subdelegação de Viana do Castelo sobre a prática desportiva em ambos os sectores no distrito.

Procuramos chegar aos 10% do nosso universo, “número considerado razoável” (Colaço, S/D).

Foi nossa preocupação envolver no estudo, os dez concelhos que constituem o distrito de Viana do Castelo e abranger todas as modalidades praticadas. Assim, os questionários foram distribuídos de acordo com dinâmica desportiva, tanto no DE, como no DF, nos dez concelhos, sempre tomando como referência os 10% anteriormente citados.

O número de questionários entregues aos diversos agentes também foi tido em conta. Assim, procurámos inquirir proporcionalmente todos os agentes mencionados no universo (professores responsáveis por grupos/equipas e coordenadores do DE na escola, representantes dos conselhos executivos, professores com funções de coordenação distrital, treinadores, dirigentes de clubes e de associações de modalidade e directores técnicos regionais).

Foram entregues setenta questionários, trinta e cinco em cada subsistema e distribuídos proporcionalmente. Para além destes, foram entregues mais dez; sete às CM, dois ao IND e um ao responsável pelo curso de EF da ESE. Foram, portanto, entregues cerca de oitenta questionários no total.

No quadro seguinte procuramos demonstrar, através de esquema, a distribuição dos questionários, pelos treinadores e dirigentes do sector federado, de maneira a simplificar a análise do procedimento.

Quadro N.º 10

Distribuição dos questionários pelos treinadores e dirigentes, por concelho, correspondente ao sector federado, no distrito de Viana do Castelo.

Concelho	Modalidades mais praticadas	Treinador	Totais	Dirigente clube	Totais
Viana do Castelo	Voleibol	X	10	X	3
	Atletismo	X		X	
	Futebol	X			
	Natação	X			
	Remo	X			
	Ginástica	X		X	
	Andebol	X			
	Judo	X			
	Ténis Mesa	X			
	Esgrima	X			
Caminha	Andebol	X	2		
	Remo	X			
V. N. de Cerveira	Atletismo	X	2		
	Remo	X			
Valença	Hóquei patins	X	2		1
	Atletismo	X		X	
Monção	Atletismo	X	2		
	Basquetebol	X			
Melgaço	Futebol	X	1		
Arcos de Valdevez	Rugby	X	1		1
	Canoagem			X	
Ponte da Barca	Basquetebol	X	1		
Ponte de Lima	Judo	X	3		1
	Basquetebol	X		X	
	Voleibol	X			
Paredes Coura	Futebol	X	1		

Total de questionários distribuídos	35
a) Treinadores	25
b) Dirigentes de clubes	6
c) Dirigentes de Associações de modalidade	2
d) Directores Técnicos Regionais	2

No quadro seguinte, procuramos demonstrar, através de esquema, a distribuição dos questionários, pelos professores com DE e responsáveis pelos conselhos executivos, de modo a melhor explicitar o modo como procedemos.

Quadro N.º 11

Distribuição dos questionários pelos professores do DE e conselhos executivos, por concelho, correspondente ao sector escolar, no distrito de Viana do Castelo.

Concelho	N.º grupos/equipas	Professores	Conselhos executivos
Viana do Castelo	53	8	2
Caminha	22	4	1
V.N. Cerveira	5	1	
Valença	10	2	
Monção	6	1	
Melgaço	7	1	1
Arcos Valdevez	6	1	
Ponte da Barca	10	2	
Ponte de Lima	19	4	1
Paredes Coura	1	1	

Total de questionários distribuídos	35
a) Professores	25
b) Conselhos executivos	5
c) Professores requisitados no CAE Viana do Castelo (Com funções no DE)	5

4.3 Instrumento de Análise

Para a concretização deste trabalho o instrumento de análise utilizado foi o questionário. No entanto e para nos identificarmos melhor com a amostra e com a sua actividade, introduzimos dois capítulos, respectivamente de caracterização da amostra e caracterização da actividade.

Relativamente ao questionário propriamente dito, devemos realçar o facto “de ser um instrumento rápido de aplicar e permitir uma grande uniformidade na observação dos factos, pela standardização das condições de aplicação, permitindo ainda aos interrogados reflectir, mesmo longamente, sobre a resposta a dar.” (Damásio, 1987, p.83, citado por Esperança, 2001, p.107).

O inquérito por questionário permitiu-nos assim, uma maior sistematização, uma maior simplicidade de análise, maior rapidez na recolha e análise de dados e tornou-se mais económico em termos financeiros.

Como aspectos negativos da aplicação de um questionário, salientamos o facto de não ser aplicável a toda a população, bem como o facto de estarmos sujeitos a uma elevada taxa de não respostas.

Esta técnica revela-se particularmente adequada ao estudo extensivo de um grande conjunto de indivíduos, mas tem limitações quanto ao grau de profundidade da informação.

Assim, as respostas não encerram de maneira nenhuma a realidade geral, mas pretendem de alguma forma caracterizar e porventura traçar algumas linhas, no sentido de melhorar o desenvolvimento desportivo do distrito de Viana do Castelo.

Na elaboração de um inquérito por questionário como instrumento de recolha de dados deve respeitar-se um conjunto de procedimentos. A elaboração do nosso centrou-se nas seguintes fases:

- a) Planeamento, que implicou a definição rigorosa dos objectivos;
- b) Preparação do instrumento através da recolha de dados, utilizando um projecto de questionário;
- c) Identificação de variáveis relevantes;
- d) Selecção da amostra adequada de inquiridos;
- e) Testagem do instrumento. Antes dos questionários terem sido entregues à população alvo, de forma a avaliarmos a validade interna, o mesmo foi sujeito a um pré teste no Concelho de Penafiel.

Entregamos o questionário a cinco professores e a cinco treinadores que reunissem as mesmas condições da amostra posterior. Pedimos ao grupo que testou o questionário, que realizasse as observações e comentários que julgasse oportunos em relação a aspectos da clareza das perguntas, ordem de resposta, grau de aborrecimento, conteúdos e extensão.

Neste sentido, a aplicação do pré teste teve como consequência algumas alterações nos conteúdos das afirmações conseguindo-se, assim, uma maior adequação do instrumento construído.

4.3.1 Organização do Instrumento de Análise

O questionário é composto, por uma primeira parte que se designa por caracterização da amostra, para melhor identificarmos a mesma, atendendo à diversidade de cargos que procuramos inquirir;

Uma segunda parte relativa à caracterização da actividade dos inquiridos. Nesta segunda parte estão incluídas três questões abertas. Relativamente a estas pareceu-nos pertinente pedir a opinião sobre dois aspectos positivos e dois negativos que caracterizam ambos os subsistemas (DE e DF), bem como procurámos saber, em termos objectivos, se é ou não possível o DE contribuir para a detecção e formação de talentos desportivos. Esta segunda parte do questionário também serviu para introduzir os inquiridos nos temas em análise, motivando a sua reflexão para a terceira parte do mesmo;

Uma terceira parte, relativa às questões fechadas. Colocámos um conjunto de afirmações relacionadas com a temática em estudo, para as quais pedimos a opinião dos inquiridos.

Para este efeito utilizámos a escala Likert, entre um e cinco valores, de acordo com o seguinte esquema:

Totalmente em desacordo	Relativamente em desacordo	Sem opinião	Relativamente de acordo	Totalmente de acordo
1	2	3	4	5

Esta escala permite estruturar as afirmações entre si e avaliar as opiniões dos sujeitos em função dessa estrutura interna e não em referência a juízos, evitando-se, assim, o risco de ocorrência de erros.

Atendendo aos nossos objectivos, pensamos que o instrumento de análise proposto se apropriava ao estudo. Os objectivos eram de facto saber:

- Se o DE pode contribuir para a formação desportiva inicial, por forma a garantir a aprendizagem e o aperfeiçoamento das técnicas básicas das diferentes modalidades;
- Se é possível, ou não, existir parcerias e protocolos de cooperação entre o DF e o DE;
- Se o DE pode contribuir para a detecção e formação de talentos desportivos.

4.4 Procedimentos

4.4.1 Procedimentos de Aplicação

Para uma amostra relativamente grande e dispersa, representativa de todos os concelhos, o processo de entrega e recolha dos questionários foi realizada em várias fases:

Numa primeira fase, procuramos contactar as pessoas seleccionadas por telefone, solicitando a sua colaboração para o preenchimento do questionário e combinando o melhor dia para o entregar.

Após estes contactos e numa segunda fase, deslocamo-nos pessoalmente pelo distrito, para entregar o questionário, em mão, a todos os inquiridos, explicando-lhes o pretendido. Foi, ainda, garantido, que os dados recolhidos eram apenas para uso académico, salvaguardando-se os direitos de privacidade, anonimato e confidencialidade da informação.

Na terceira fase e após novos contactos telefónicos, deslocamo-nos novamente pelo distrito a fim de procedermos à recolha dos questionários. Nos casos em que os questionários ainda não estavam preenchidos, solicitamos aos visados, o favor de os enviar em correio.

Apesar de ser nossa intenção recolher todos os instrumentos de análise distribuídos, não o conseguimos na sua totalidade. Recolhemos setenta dos oitenta questionários distribuídos, o que equivale a uma taxa de retorno de 87.5% (trinta do DE, trinta e três do DF e sete provenientes das instituições envolvidas).

4.4.2 Procedimentos Estatísticos

- Análise de conteúdo para três questões abertas (números; cinco, seis e sete da caracterização da actividade). Nestas questões utilizámos a análise de conteúdo, com uma categorização pós resposta.

A análise de conteúdo é “apresentada como uma técnica de investigação que, através de uma descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações.” (Bardin, 1977 citado por Viana, 2000, p.61).

Calculámos as percentagens por categorias e os resultados são apresentados em quadros.

- Análise descritiva das respostas fechadas do questionário determinando valores absolutos e percentagens, visto ser esta a única pretensão. Os resultados são apresentados em quadros.

CAPITULO V

“Preparar um atleta para participar num quadro competitivo e obter boas prestações, é um processo que deverá ser considerado numa perspectiva de longo prazo. Queimar os passos que devem ser dados ao longo dos anos, antecipando no tempo alguns dos conteúdos, é condenar a evolução do atleta, impedindo-o de manter as reservas de progressão que é necessário preservar.”

A. Vasconcelos Raposo, 2000

www.gcde.mfn-edu.pt

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Numa primeira parte, através de quadros, fazemos a apresentação da caracterização da amostra e da actividade da respectiva amostra. Seguidamente, apresentamos e discutimos os resultados relativamente às três questões abertas (números cinco, seis e sete da caracterização da actividade). Em seguida, apresentamos e discutimos os resultados das questões fechadas do questionário.

5.1 Dados sobre o Grupo Amostral

Foi nossa intenção descrever alguns dados sobre a amostra relativamente à idade, sexo, habilitações académicas e habilitações desportivas, para que, porventura, possamos compreender melhor o sentido das respostas.

Quadro N.º 12

Idade, sexo, habilitações académicas e habilitações desportivas dos técnicos inquiridos.

Caracterização		DE	DF	CM, ESE, IND
Idade	20 - 30 Anos	6	3	1
	31 - 40 Anos	13	13	2
	+ 41 Anos	11	17	4
Sexo	Feminino	4	2	
	Masculino	26	31	7
Hab. Académicas	Esc. obrigatória		8	
	11 ano		7	2
	Superior	30	18	5
Hab. Desportivas	Sem formação		2	4
	Monitor	2	6	
	Treinador	13	20	1
	Licenciatura	26	13	2
	Outra	4		

Neste quadro anterior destacámos: o facto de a maioria dos inquiridos ser do sexo masculino; mais de 50% dos inquiridos do DF tem como habilitações académicas o ensino superior; no DF somente dois dos inquiridos não têm habilitações desportivas; no DE, 50% dos inquiridos, para além da licenciatura, ainda possuem outras habilitações desportivas.

5.2 Dados sobre Actividade do Grupo Amostral

Efectuamos um levantamento sobre a actividade dos inquiridos. Pareceu-nos importante no sentido de conhecer melhor a amostra, assim como, ficarmos com dados que nos poderão ser úteis para uma futura aplicação deste estudo.

Quadro N.º 13

Anos de exercício da actividade e se pretende continuar com a mesma; se foi praticante de alguma modalidade e se iniciou a prática num clube ou na escola, referente aos inquiridos.

Questão N.º	Caracterização	DE	DF	CM, ESE, IND
Anos de exercício da actividade.	0 - 5 Anos	12	9	3
	6 - 10 Anos	4	10	2
	+ 11 Anos	14	14	2
Se pensa continuar.	Sim	25	23	4
	Não	5	10	3
Se foi praticante de desporto.	Sim	24	26	6
	Não	6	7	1
Iniciou num clube ou na escola.	Escola	5	6	2
	Clube	19	20	4

Neste quadro constatamos: um número assinalável de inquiridos tem mais de dez anos de actividade; parece-nos que alguns dos inquiridos do DE, responderam em função do número de anos que têm como professores; a maioria dos inquiridos foi praticante de desporto e iniciou a sua prática num clube; a maioria dos inquiridos refere que pretende continuar com a actividade que desempenha e na qual preencheu o questionário.

5.3 Apresentação e Discussão dos Resultados das Questões Abertas

Conforme anteriormente referimos, confrontámos os inquiridos com três questões abertas; dois aspectos positivos e dois negativos que caracterizam a actividade do DE, dois aspectos positivos e dois negativos que caracterizam a actividade do DF (questões cinco e seis) e se o DE pode contribuir para a detecção e formação de talentos desportivos (questão sete).

5.3.1 Aspectos Positivos e Negativos do DE e do DF

Após a realização da análise de conteúdo às questões números cinco e seis, dividimos as respostas por categorias, conforme demonstram os quadros seguintes. A cada categoria associámos os dados mais relevantes da mesma e citados pelos nossos inquiridos. Quantificámos as indicações dos inquiridos em relação às categorias, através de valores percentuais.

Quadro N.º 14

Aspectos positivos do DE, categorias, percentagem e dados relevantes das respectivas categorias.

Aspectos positivos do DE		
Categorias	%	Dados relevantes
Amizade / Divertimento	12.1	Amizade, convívio e espírito de grupo Fair Play Ocupação dos tempos livres
Avaliação	0	
Formação	28.5	Formação desportiva correcta Captação de jovens talentos Ensino das técnicas das modalidades Diversidade de modalidades Orientado por Professores de EF
Financeiro	4.3	Acesso gratuito Permite emprego aos professores
Instalações e Equipamentos	8.6	Leque alargado de instalações Rentabilização das instalações
Motivação	6.4	Motivação dos alunos para a escola Aceitação e confiança dos Encarregados Educação
Organização	4.3	Horários flexíveis Articulação com a disciplina de EF
Prática Desportiva	35.7	Prática desportiva em zonas desfavorecidas Prática desportiva para todos Hábitos de prática desportiva Promoção da prática desportiva

Relativamente ao quadro anterior, obtivemos cento e trinta e quatro indicações. Dos aspectos positivos indicados pelos inquiridos registamos um valor percentual de 35.7% de indicações relacionadas com a Prática Desportiva e um valor de 28.5% relacionado com a Formação. Não registamos qualquer indicação (0%) da categoria Avaliação.

Sobre a categoria de Prática Desportiva, encontrámos algumas características que nos parecem de facto positivas, como são a promoção e a prática desportiva em zonas desfavorecidas para todos e ainda a possibilidade de proporcionar hábitos desportivos.

No que se refere à Formação, parece-nos evidente que as indicações vão no sentido de que o DE permite uma formação desportiva correcta, ajuda na captação de jovens talentos, proporciona o ensino das técnicas nas diversas modalidades, para além de ser enquadrado e orientado por professores.

Sobre esta questão da Prática Desportiva, destacámos uma citação de um futebolista francês (Palatsi) a jogar em Portugal: “Penso que a questão está na Escola, onde em França praticamos todos os desportos.” (Público, 2001)

No quadro da página seguinte (N.º 15), destacamos o valor atribuído à categoria Organização com uma percentagem de 48.8%, sendo a mais sinalizada no total das cento e vinte e três indicações. Também devemos considerar o valor percentual de 24.3%, referente aos aspectos relacionados com a Formação. Não encontramos qualquer registo (0%) na categoria Amizade/Divertimento.

Ainda e no que concerne aos aspectos negativos caracterizadores do DE, a nossa amostra refere a Organização como a categoria mais negativa. Esta também é nossa opinião. Neste sentido incluímos neste trabalho uma abordagem ao Desenvolvimento Organizacional.

Quadro N.º 15

Aspectos negativos do DE, categorias, percentagem e dados relevantes das respectivas categorias.

Aspectos negativos do DE		
Categorias	%	Dados relevantes
Amizade / Divertimento	0	
Avaliação	4	Falta de avaliação
Formação	24.3	Quando mal orientado "Campeonite" exagerada Pouca abrangência de modalidades Descontinuidade na formação
Financeiro	5.7	Poucos apoios financeiros
Instalações e Equipamentos	17.4	Falta de espaços Falta de infra-estruturas
Motivação	0.8	Desinteresse dos professores
Organização	48.8	Jogos ao Sábado Excessiva preocupação com os números Arbitragem Quadro Competitivo reduzido Desencontro com o DF Incompatibilidade de horários Falta de apoio das escolas Indefinição nos objectivos Visibilidade reduzida Falta de apoio dos Encarregados Educação
Prática Desportiva	4.9	Reduzido tempo de prática desportiva

Devemos salientar ainda o facto da categoria Formação ser bastante sinalizada como negativa.

Talvez o DE não esteja a cumprir uma das premissas fundamentais, que é "levar ao maior número de crianças e jovens, actividades desportivas, de carácter recreativo/lúdico, de formação ou mesmo de orientação desportiva." Programa do DE, 2000/2001, p.7).

No quadro da página seguinte (N.º16), que reflecte os aspectos positivos do DF, das cento e trinta e oito indicações, destacamos o valor percentual de 35.5% relativo à categoria de Organização. Pelo contrário registamos, como pouco significativo o valor de 7.2% relativo à categoria da Amizade/Divertimento, assim como destacamos o facto de não registarmos nenhuma indicação sobre a categoria Avaliação (0%).

Quadro N.º 16

Aspectos positivos do DF, categorias, percentagem e dados relevantes das respectivas categorias.

Aspectos positivos do DF		
Categorias	%	Dados relevantes
Amizade / Divertimento	7.2	Ocupação dos tempos livres Desenvolvimento do espírito desportivo
Avaliação	0	
Formação	10.9	Aproveitamento dos talentos Continuidade na formação
Financeiro	0	
Instalações e Equipamentos	5.8	Melhores instalações desportivas
Motivação	22.5	Intercâmbio entre atletas Desenvolvimento da personalidade Comprometimento dos Enc. Educação Motivação para a prática Mais espectáculo Promoção social dos agentes Recordes Possibilidade de superação
Organização	35.5	Mais e melhor quadro competitivo Estrutura melhor organizada Rigor nas competições Melhor aproveitamento dos recursos Estatuto de alta competição Competições internacionais
Prática Desportiva	18.1	Proporcionar prática desportiva Prática desportiva regular

Como referimos, a categoria Organização foi a mais sinalizada. Na opinião dos inquiridos o DF apresenta mais e melhor quadro competitivo, melhor aproveitamento dos recursos, possui uma estrutura melhor organizada.

Devemos considerar como relevante, também, a percentagem de sinalizações atribuída à categoria Motivação com 22.5%.

“Os interesses e as motivações dos adultos sobrepõem-se frequentemente aos dos praticantes, retirando aos jovens oportunidades de desenvolvimento pessoal e da sua auto-estima.” (INFED, 2001)

Quadro N.º 17

Aspectos negativos do DF, categorias, percentagem e dados relevantes das respectivas categorias.

Aspectos negativos do DF		
Categorias	%	Dados relevantes
Amizade / Divertimento	14.7	Falta de desportivismo
Avaliação	0	
Formação	33.0	Especialização precoce Pouca formação dos responsáveis Pouca importância da função educativa Problemas de saúde Falta de apoios à formação Falta de técnicos qualificados Exclusão dos menos aptos
Financeiro	9.6	Falta de apoios financeiros
Instalações e Equipamentos	20.6	Falta de infra-estruturas Falta material Qualidade das infra-estruturas
Motivação	0	
Organização	16.2	Resultados adulterados Os treinos realizam-se muito tarde Dependência do voluntariado
Prática Desportiva	5.9	Excessiva carga horária de treino

Como aspectos negativos do DF, os nossos inquiridos salientaram mais os relacionados com a categoria da Formação (Especialização precoce, a pouca formação dos responsáveis, pouca importância da função educativa, exclusão dos menos aptos) com um valor percentual de 33.0%.

Por outro lado, realçamos, o facto, de os inquiridos não atribuírem muito ênfase, como aspecto negativo, à categoria relacionada com o Financeiro, apenas com um valor percentual de 9.6%.

Não encontramos qualquer sinalização referente à categoria Avaliação (0%).

A este propósito, parece-nos oportuno realçar um dos itens que constitui a Cartilha da Prática Desportiva Juvenil; "estruturar o ensino, o treino e a competição com base numa prática diversificada, proporcionando uma ampla variedade de experiências motoras, psicológicas e sociais, como forma de garantir a indispensável preparação geral e multilateral." (CEFD, 1999)

Destacamos, ainda, o facto dos inquiridos não atribuírem muita importância, como aspecto negativo, à categoria do Financeiro.

A categoria de Instalações e Equipamentos também é considerada de forma assinalável, como um aspecto negativo do DF.

O estudo citado neste trabalho efectuado pelo CEFD e divulgado na revista "Desporto" (Set.; Out.; Nov.; Dez.; 1999), manifesta como preocupações os aspectos negativos apontados pelos nossos inquiridos.

5.3.2 O DE e a Contribuição para a Detecção e Formação de Talentos Desportivos

Após a realização da análise de conteúdo à questão número sete, dividimos as respostas por categorias, conforme demonstra o quadro. A cada categoria, associamos os dados mais relevantes da mesma, citados pelos nossos inquiridos. Quantificamos as indicações dos inquiridos em relação às categorias, através de valores percentuais.

O desafio que lançámos nesta questão, foi de facto saber se, o DE pode contribuir para a detecção e formação de talentos desportivos. Em caso afirmativo solicitámos resumidamente, como tal deveria ser efectuado.

O quadro seguinte reflecte, naturalmente, as respostas positivas. Do total da amostra, cerca de setenta questionários, apenas registamos três respostas negativas e sete inquiridos não responderam, o que também entendemos como respostas negativas e que corresponde a 14.3% da amostra.

Por outro lado, obtivemos sessenta respostas afirmativas, o que corresponde a cerca de 85.7% da amostra.

Da análise do quadro da página seguinte e como primeira nota, destacamos o facto das propostas se centrarem em torno das quatro categorias (Avaliação, Formação, Organização, Prática Desportiva).

Quadro N.º 18

Detecção e formação de talentos desportivos, categorias, percentagem e dados relevantes das respectivas categorias.

Detecção e formação de talentos desportivos		
Categorias	%	Dados relevantes
Avaliação	15.0	Definir objectivos e respectiva avaliação Avaliar os alunos pelo "saber fazer" Avaliar os alunos nos diversos parâmetros Efectuar uma prospecção correcta e rigorosa dos diversos requisitos (estruturais, funcionais e psicossociais) Avaliar os instrumentos e métodos utilizados
Formação	26.6	Promover a formação desportiva inicial, depois encaminhar os alunos para o DF Sinalizar os alunos dotados, testa-los e encaminha-los Habilitar os praticantes em termos técnicos e motores. Os professores de EF são os técnicos mais habilitados para essa tarefa, devido à sua formação técnica e pedagógica
Organização	33.3	Criar um órgão responsável por encaminhar os alunos Melhorar organização Melhorar as condições para os alunos e professores Articular os papeis das diversas instituições ligadas ao desporto Criar horários compatíveis Procurar que o DE seja obrigatório em todas as escolas Implementar projectos de desenvolvimento a três anos, sempre com o mesmo Professor Procurar que as interrupções lectivas não afectem o DE Procurar que a escolha das modalidades seja em função da oferta desportiva da região Colocar nas escolas um Professor em exclusividade para funções do DE
Prática Desportiva	25.0	Possibilitar a prática de muitas modalidades desportivas Promover uma prática desportiva bem orientada, melhorando a qualidade da mesma Alargar a base de praticantes Sistematizar a prática desportiva

A nossa amostra elegeu os aspectos relacionados com a categoria de Organização, como os mais importantes, com um valor percentual de 33.3%, para que o DE contribua para a detecção e formação de talentos desportivos.

Parece-nos oportuno salientar o valor percentual de 15.0% obtido pela categoria da Avaliação, apesar de ser o mais baixo, talvez seja um indício importante.

Quando confrontámos os inquiridos com esta questão, foi nossa preocupação perguntar se a mesma era perceptível, ou seja, se estavam em condições de formular uma resposta. Foi-nos dito, por todos que percebiam perfeitamente o conteúdo da mesma. Como vimos anteriormente, a generalidade dos inquiridos respondeu conforme o solicitado.

Este tema dos talentos desportivos, tem sido abordado por diversos agentes e instituições desportivas, mas parece-nos que muito pouco se tem feito. O principal objectivo da detecção de talentos desportivos em nossa opinião, é reconhecer e seleccionar os desportistas que tenham maior capacidade para realizar futuramente uma determinada modalidade.

Assim, é nossa convicção que o DE pode contribuir para a referida detecção por duas razões simples: a primeira razão deve-se ao facto de todos os jovens passarem pela escola; a segunda prende-se com o facto de, em nossa opinião, os professores de Educação Física serem os melhores técnicos para avaliar os diferentes parâmetros que caracterizam um talento desportivo.

Para um melhor entendimento sobre este assunto aproveitamos a definição de Garnelo.

Este autor entende que um talento desportivo, "é uma pessoa portadora de qualidades biopsíquicas e morfológicas óptimas, que cumprem com as exigências competitivas de uma modalidade desportiva. Assim, as diferentes especialidades desportivas exigem diferentes biótipos, que devem ser correctamente definidos nos projectos de captação e desenvolvimento de talentos desportivos." (Garnelo, 2000, p.1).

Voltando à questão que colocámos aos nossos inquiridos, saber se o DE pode contribuir para a detecção e formação de talentos desportivos, confirmamos, conforme os resultados, que tal propósito é possível.

Atendendo à nossa experiência, tanto no DE como no DF, reconhecendo que pouco ou nada se tem feito nesta matéria, é nossa convicção, para que o DE possa efectivamente contribuir para a detecção e formação de talentos desportivos, necessário resolver as questões básicas de organização.

Como realça (Garnelo, 2000, p.2), “quando falámos de detecção e formação de talentos, referimo-nos a um processo sistematizado, estruturado e organizado.”

5.4 Apresentação e Discussão dos Resultados das Questões Fechadas

Passamos para a apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos na segunda parte do questionário (Questões fechadas).

Assim, colocamos a afirmação, seguida do respectivo quadro síntese. Este reflecte a tendência das respostas de acordo com a escala de Likert, nos sectores em estudo.

Os resultados estão descritos em valor absoluto e respectiva percentagem.

A análise e discussão será feita, de acordo com os resultados de cada quadro. No final faremos uma análise global, procurando interpretar os resultados de todos os quadros simultaneamente.

Quadro N.º 19

O DE deve ser só para os alunos mais dotados desportivamente.

ESCALA	DE		DF		CM, ESE, IND	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Totalmente em desacordo	24	80	28	84.8	7	100
Relativamente em desacordo	4	13.3	4	12.1	0	0
Sem opinião	0	0	1	3	0	0
Relativamente de acordo	1	3.3	0	0	0	0
Totalmente de acordo	1	3.3	0	0	0	0

Este quadro reflecte, claramente e de acordo com a amostra, que o DE é para todos os alunos e não apenas para mais dotados desportivamente.

Cerca de 88.2% dos inquiridos (média dos três sectores da amostra) está totalmente em desacordo com a afirmação. Apenas 3.3%, da amostra do DE, está totalmente de acordo com a afirmação.

Verificamos que a generalidade dos inquiridos discorda da afirmação, o que pressupõem que o DE, na opinião dos mesmos, é para todos os alunos.

Um dos objectivos do GCDE é precisamente o de “levar ao maior número de crianças e jovens, dentro da escola, actividades desportivas.” (Programa do DE, 2000/2001, p.7).

A escola é o centro do desenvolvimento da prática desportiva educativa, logo deve assumir o DE como um elemento fundamental do seu projecto educativo.

Neste sentido, a escola deve criar condições de acesso generalizado a todas as crianças e jovens que pretendam praticar desporto e usufruir dos benefícios dessa mesma prática, implícitos nos objectivos que para ela devem ser traçados, os quais estão claramente expressos tanto na LBSE, como na LBSD.

“A escolaridade obrigatória deve proporcionar a todos os jovens portugueses, sem discriminação, uma formação educativa, que permita aos jovens encarar, com consciência e coragem, os grandes desafios que vão ter de enfrentar.” (Pina, 1997, p.48).

Quadro N.º 20

A actual estrutura organizativa do DE é funcional e satisfaz as necessidades.

ESCALA	DE		DF		CM, ESE, IND	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Totalmente em desacordo	4	13.3	10	30.3	5	71.4
Relativamente em desacordo	15	50	15	45.5	1	14.3
Sem opinião	2	6.6	2	6	1	14.3
Relativamente de acordo	9	30	6	18.2	0	0
Totalmente de acordo	0	0	0	0	0	0

Na opinião da maioria dos nossos inquiridos, o actual modelo organizativo do DE não é funcional. Tomando em consideração os valores (63.3% dos inquiridos do DE e 75.8% do DF) verificamos que a nossa amostra está relativa e totalmente em desacordo.

Destacamos o valor percentual de 71.4% dos inquiridos das instituições, que referem estar totalmente em desacordo. Pelo contrário não registamos nenhum inquirido que esteja totalmente de acordo.

É de facto nossa sensibilidade, que o modelo organizativo do DE não é funcional, em parte devido ao facto de estar a funcionar na alçada da administração pública escolar, sujeito a vários níveis de decisão e constrangimentos vários.

Pela nossa experiência, admitimos que as decisões, por vezes, são tomadas em gabinetes fora do contexto e realidade local.

Da análise do quadro, comprovámos isso mesmo. Apenas 30% dos inquiridos do DE estão relativamente de acordo, o que deixa antever, também, nesse sector algumas duvidas.

Pina, propõe a “criação de estruturas autónomas, de natureza eminentemente associativa de forma a garantir a máxima eficácia e eficiência do sistema.” (1995, pp.VI-VII).

Quadro N.º 21

O DE deve ter um quadro competitivo próprio, de acordo com o funcionamento actual.

ESCALA	DE		DF		CM, ESE, IND	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Totalmente em desacordo	0	0	1	3	0	0
Relativamente em desacordo	5	16.6	10	30.3	1	14.3
Sem opinião	2	6.6	4	12.1	0	0
Relativamente de acordo	20	66.6	18	54.5	5	71.4
Totalmente de acordo	3	10	0	0	1	14.3

A maioria dos nossos inquiridos entende que o DE deve ter o seu quadro competitivo. Do total da amostra, cerca de 64% da média dos inquiridos dos três sectores está relativamente de acordo, o que nos parece um indicador suficiente para confirmar a afirmação. Apenas registamos 10% da amostra do DE e 14.3% das instituições, totalmente de acordo.

Faz todo o sentido, atendendo ao facto do projecto do DE ser parte integrante do projecto educativo e do plano de actividades da escola.

Como já fizemos referência neste trabalho, os quadros competitivos do DE assentam, fundamentalmente, na actividade interna e actividade externa.

Na realidade o que pretendíamos de facto saber dos nossos inquiridos, prende-se com o quadro competitivo mais visível, que é sem dúvida a actividade externa, ou seja, a competição entre as escolas com NDE.

Concordámos com a amostra, no entanto, parece-nos que têm de ser encontradas medidas que apontem para uma melhoria significativa da qualidade dos praticantes.

A competição “a partir de determinado nível de participação, somente poderá e deverá ser acessível aos jovens que reunam determinadas condições físicas, técnicas e tácticas para desempenhos mais exigentes.” (Programa do DE, 2000/2001, p.7).

Quadro N.º 22

O DE apresenta especificidades próprias, não podendo interagir com outros subsistemas.

ESCALA	DE		DF		CM, ESE, IND	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Totalmente em desacordo	18	60	20	60.6	0	0
Relativamente em desacordo	7	23.3	6	21.2	3	42.9
Sem opinião	2	6.6	2	6	0	0
Relativamente de acordo	1	3.3	5	15.1	4	57.1
Totalmente de acordo	2	6.6	0	0	0	0

Sobre esta questão, os inquiridos dos subsistemas (DE e DF), entendem que o DE deve interagir com outros subsistemas, de acordo com os valores (60% está totalmente em desacordo com a afirmação), apesar das suas especificidades próprias.

Os inquiridos das instituições estão divididos nesta afirmação, no entanto realçamos que 57.1% está relativamente de acordo, ou seja, entende que o DE não deve interagir com outros subsistemas. Apenas 6.6% dos inquiridos do DE, está totalmente de acordo, ou seja, entende que o DE não deve interagir com outros subsistemas.

Assim e de acordo com as respostas, particularmente do DE e do DF, pensamos ser possível o DE interagir com outros subsistemas. Esta situação não se verifica como seria desejável.

Soares, (1996, p.136) refere que “existe pouca articulação entre as actividades desenvolvidas no DE e no DF, por manifesta falta de intercâmbio entre estes dois sistemas.”

Numa perspectiva de aproximação sobre esta matéria, o Ministro da Juventude e Desporto, em relação ao sistema educativo e desportivo, refere que “é necessário fortalecer a ligação entre o DE e o DF”. (Lello, 2001).

Quadro N.º 23

A organização do quadro competitivo do DE deve ser da inteira responsabilidade da sua estrutura.

ESCALA	DE		DF		CM, ESE, IND	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Totalmente em desacordo	1	3.3	3	9.1	0	0
Relativamente em desacordo	4	13.3	4	12.1	1	14.3
Sem opinião	0	0	3	9.1	1	14.3
Relativamente de acordo	9	30	12	36.4	3	42.9
Totalmente de acordo	16	53.3	11	33.3	2	28.6

Da amostra, cerca de 83% dos inquiridos do DE, 70% do DF e das instituições revelam que estão relativa e totalmente de acordo com a afirmação, ou seja, entendem que o quadro competitivo do DE, deve ser da responsabilidade da sua estrutura.

Quando formulámos esta questão, o nosso objectivo era saber se a estrutura organizativa do DE, poderia admitir algum tipo de influência das organizações do DF, particularmente das federações e associações.

As respostas dos inquiridos vão claramente no sentido, do quadro competitivo do DE ser da sua inteira responsabilidade. Esta ideia parece-nos correcta, na medida que está a ser dado um novo ênfase à actividade interna.

O Programa do DE para o ano 2000/2001 refere, precisamente, que serão privilegiadas as escolas que melhor organizem as práticas desportivas "intra-muros".

Em nossa opinião, esta opção mostra-se é coerente, na medida em que a competição deve ser concebida como um importante factor educativo, por isso deve ser elaborada de acordo, não só com a idade, mas também com os estádios de maturação das crianças e jovens.

Quadro N.º 24

O projecto educativo das escolas, deve ter um programa de desenvolvimento do DE a longo prazo.

ESCALA	DE		DF		CM, ESE, IND	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Totalmente em desacordo	0	0	0	0	0	0
Relativamente em desacordo	0	0	1	3	0	0
Sem opinião	0	0	0	0	0	0
Relativamente de acordo	5	16.6	6	18.2	1	14.3
Totalmente de acordo	25	83.3	26	78.7	6	85.7

Do total da amostra, 100% dos inquiridos do DE e das instituições, e 97% do sector do DF, concordam com a afirmação, portanto o DE deve ter um programa de desenvolvimento a longo prazo e estar integrado no projecto educativo das escolas. Não sinalizamos nenhuma resposta totalmente em desacordo.

Enquanto professores assistimos, com frequência, que os projectos do DE são válidos por um ano lectivo, coincidente com o tempo de permanência que normalmente um número considerável de professores está colocado na escola.

Não nos parece ser viável estabelecer planos de desenvolvimento com a durabilidade de um ano lectivo, que normalmente corresponde a nove meses de aulas, sem contar com as interrupções lectivas, nas quais também não existem actividades do DE.

Os nossos inquiridos apontam todos, com uma excepção (3% da amostra do DF), que o DE deve ter um programa de desenvolvimento a longo prazo, integrado no projecto educativo.

É necessário ultrapassar a lógica tradicional de funcionamento por anos lectivos. Conforme refere o director do GCDE, os “projectos de formação desportiva têm de ser plurianuais”. (Freitas, 2001, p. VIII).

Significa isto que o DE, “enquanto sector organizacional do SE e integrado no SD, deveria questionar sistematicamente para que existe, assumindo a sua vocação e missão e definindo o seu próprio modelo de desenvolvimento a longo prazo.” (Damásio, 1998, p.34).

Quadro N.º 25

A escolha das modalidades do clube do DE deve ser da responsabilidade do órgão de gestão da escola, tomando em consideração a tradição desportiva da região.

ESCALA	DE		DF		CM, ESE, IND	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Totalmente em desacordo	3	10	4	12.1	0	0
Relativamente em desacordo	4	13.3	8	24.2	0	0
Sem opinião	0	0	1	3	0	0
Relativamente de acordo	9	30	7	21.2	5	71.4
Totalmente de acordo	14	46.6	13	39.3	2	28.6

Da observação do quadro da página anterior (N.º 25), constatamos que a maioria dos inquiridos está de acordo com a afirmação, como comprovam os valores. Do total da amostra, cerca de 76.6% dos inquiridos do DE, 60% do DF e 100% das instituições estão relativa e totalmente de acordo.

Procurávamos saber, se a escolha das modalidades para o projecto do DE deve ser da responsabilidade do órgão de gestão da escola, tomando em consideração a tradição desportiva da região em que esta está inserida.

Constatamos, por experiência e contactos com outros professores, que normalmente a escolha das modalidades é feita de acordo com o interesse do professor.

Pensamos, sinceramente, que a escolha das modalidades deve obedecer a alguns princípios, entre os quais, a tradição e os hábitos de cada escola e da comunidade envolvente, aliás, como refere o Programa do DE. No nosso entendimento, o mesmo será dizer, de acordo com a tradição desportiva da escola e da região em que a mesma está inserida.

Esta, para nós, é de facto uma questão importante, na medida em que poderá a escola “especializar-se numa ou duas modalidades” como refere o Programa do DE, ou mais, se para isso houver recursos e condições, podendo essas modalidades ser trabalhadas em cooperação com o(s) clube(s) locais.

Da observação dos resultados referentes a esta questão, concluímos que a maioria dos inquiridos pensa de forma semelhante à nossa. Destacamos a tendência unânime das respostas dos inquiridos das instituições (CM, ESE, IND).

Como curiosidade, apresentamos um quadro que descreve as modalidades que são praticadas por concelho, no âmbito do DE e do DF, no distrito de Viana do Castelo.

Quadro N.º 26

Concelho, modalidades, N.º de clubes com DF e N.º de grupos/equipa do DE.

Concelho	Modalidade	N.º clubes - DF	N.º grupos/equipa - DE
Viana Castelo	Andebol	4	1
	Voleibol – a)	6	12
	Natação	1	0
	Judo	6	1
	Hóquei Patins	2	1 (Patinagem)
	Futebol	15	10 (Futsal)
	Remo	2	1
	Canoagem	1	0
	Basquetebol	3	2
	Atletismo	10	0
	Badminton	0	3
	Rugby	0	1
	Ginastica	1	6 (Desportos Gímnicos)
	Ténis Mesa	2	3
	Ténis	0	3
	Vela	1	1
Act. Exp. Natureza	0	1	
Caminha	Andebol	1	3
	Voleibol – a)	1	5
	Natação – a)	1	1
	Judo	3	0
	Hóquei Patins	2	0
	Futebol	4	3 (Futsal)
	Remo	1	1
	Basquetebol	1	1
	Ginástica	0	2 (Desportos Gímnicos)
	Ténis de Mesa	0	1
	Act. Exp. Nature	0	4
V. N. Cerveira	Futebol	3	2 (Futsal)
	Remo – a)	1	1
	Canoagem	1	0
	Atletismo	1	0
	Ténis de Mesa	0	3
	Patinagem	0	1
Valença	Natação	1	0
	Judo	1	0
	Hóquei Patins	1	0
	Futebol	2	3 (Futsal)
	Remo	1	0
	Canoagem	1	0
	Basquetebol	2	0
	Atletismo	3	0
	Voleibol	0	2
Ténis de Mesa	0	3	

Continuação do quadro da página anterior.

Concelho	Modalidade	N.º clubes - DF	N.º grupos/equipa - DE
Monção	Judo	1	0
	Futebol	5	4 (Futsal)
	Basquetebol	1	0
	Atletismo	2	0
	Voleibol	0	1
	Ténis de Mesa	0	1
Melgaço	Futebol	1	3 (Futsal)
	Basquetebol	1	1
	Voleibol	0	1
	Desp. Gímnicos	0	1
	Atletismo	0	1
Arcos Valdevez	Natação	1	0
	Futebol	5	2 (Futsal)
	Canoagem	1	0
	Atletismo	1	0
	Basquetebol	0	1
	Voleibol	0	1
	Rugby – a)	1	1
Ponte da Barca	Futebol	2	2
	Basquetebol – a)	1	4
	Natação	0	1
	Andebol	0	1
	Voleibol	0	1
	Act. Exp. Natureza	0	1
Ponte de Lima	Voleibol	1	0
	Natação	1	1
	Judo	2	0
	Hóquei Patins	1	1 (Patinagem)
	Futebol	12	0
	Canoagem – a)	1	1
	Basquetebol – a)	2	2
	Atletismo	2	0
	Desp. Gímnicos	0	5
	Ténis	0	2
	Badminton	0	1
Paredes Coura	Futebol	2	0
	Basquetebol	1	0
	Atletismo	1	0
	Act. Exp. Natureza	0	1

Os dados do DF reportam-se a 1999 e os do DE ao ano lectivo de 2000/2001.

a) Modalidades, nas quais temos conhecimento da existência de parcerias, entre as escolas e clubes locais.

Quadro N.º 27

As Câmaras Municipais devem apoiar, por lei, os clubes do DE do respectivo concelho.

ESCALA	DE		DF		CM, ESE, IND	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Totalmente em desacordo	0	0	0	0	0	0
Relativamente em desacordo	1	3.3	2	6	1	14.3
Sem opinião	0	0	4	12.1	0	0
Relativamente de acordo	8	26.6	3	9.1	2	28.6
Totalmente de acordo	21	70	24	72.7	4	57.1

Uma percentagem significativa da amostra (96.6% do DE, 81.7% do DF e 85.6% das instituições) aponta para que as câmaras municipais apoiem por lei, os clubes do DE. Por outro lado, não registamos nenhuma resposta totalmente em desacordo.

No que concerne a esta questão, partimos também da nossa convicção, ou seja, pensamos efectivamente, que as câmaras municipais devem apoiar os clubes do DE e as escolas. Fomos mais ousados e questionámos se estas o deveriam fazer com enquadramento da legislativo.

Como já referimos, pensamos ser absolutamente necessário e indispensável, relações de colaboração e cooperação entre os municípios e as escolas. Também não restam dúvidas, que a generalidade da nossa amostra, inclusivamente os inquiridos das câmaras municipais, partilham da mesma opinião.

Portanto, os municípios, no quadro das suas responsabilidades e competências e no respeito pela autonomia educativa e pedagógica da escola, devem manifestar total disponibilidade para apoiar, estimular e congregar esforços, meios e recursos capazes de conduzir à melhoria gradual da oferta de condições para a prática desportiva na escola.

Áreas como, “as actividades, as instalações e apetrechamento em material, formação, documentação e promoção e os transportes” (Mota, 1998, p.27), são necessariamente importantes na elaboração de projectos a implementar, entre as autarquias e as escolas, no domínio do DE.

Quadro N.º 28

As infra-estruturas desportivas das escolas não são adequadas para o DE.

ESCALA	DE		DF		CM, ESE, IND	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Totalmente em desacordo	2	6.6	6	18.2	0	0
Relativamente em desacordo	14	46.6	15	45.5	4	57.1
Sem opinião	2	6.6	1	3	1	14.3
Relativamente de acordo	10	33.3	9	27.3	1	14.3
Totalmente de acordo	2	6.6	2	6	1	14.3

Sobre esta questão as opiniões dividem-se. Observamos alguma tendência para o desacordo. Do total da amostra, 53.2% dos inquiridos do DE, 63.7% do DF e 57.1% das instituições estão relativa ou totalmente em desacordo, ou seja, entendem que as infra-estruturas desportivas das escolas oferecem algumas condições para a prática do DE.

O desafio que lançamos nesta questão, foi o de procurar saber se as infra-estruturas das escolas são ou não adequadas para a prática do DE.

Todos sabemos que o problema dos equipamentos desportivos é um elemento central em qualquer política de desenvolvimento desportivo. Neste sentido, procuramos saber se as escolas estão de facto munidas desta ferramenta indispensável.

As respostas dos inquiridos sobre esta matéria demonstram uma certa tendência no sentido de que as escolas possuem instalações desportivas capazes de sustentar o projecto do DE. Também partilhamos desta ideia.

Somos da opinião que tem sido feito um esforço, nem sempre da melhor forma, no sentido de equipar as escolas de instalações desportivas que sirvam a EF e o DE.

Quadro N.º 29

Os recursos financeiros são decisivos para o projecto do DE.

ESCALA	DE		DF		CM, ESE, IND	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Totalmente em desacordo	2	6.6	0	0	0	0
Relativamente em desacordo	3	10	5	15.1	1	14.3
Sem opinião	1	3.3	6	18.2	0	0
Relativamente de acordo	14	46.6	14	42.4	4	57.1
Totalmente de acordo	10	33.3	8	24.2	2	28.6

Relativamente à leitura do quadro da página anterior, (N.º 29), verificamos que a maioria dos inquiridos está relativamente de acordo com a afirmação (46.6% do DE, 42.4% do DF e 57.1% das instituições) o que pressupõe em nossa opinião, que os recursos financeiros são importantes mas não decisivos para o DE. Por outro lado, apenas 6.6% do sector do DE manifestou-se totalmente em desacordo.

Num trabalho com estas características era importante perceber se os recursos financeiros são decisivos para o projecto do DE.

Apesar de pensarmos que, os referidos recursos são importantes em qualquer projecto não tínhamos a ideia que, os mesmos, e de acordo com a opinião da maioria da nossa amostra, são decisivos.

No caso específico do DE e atendendo à dificuldade de angariar financiamento, pensamos que é inevitável a procura de parcerias com outras instituições, tanto públicas como privadas.

As escolas não podem contar, neste caso específico com o apoio efectivo do GCDE, visto que a “existência de DE jamais poderá estar condicionada ao tipo de apoio do GCDE, já que este, muito embora exerça uma função reguladora do sistema, infelizmente, não dispõe de meios, quer humanos, quer financeiros, quer materiais, para sozinho suportar o desenvolvimento do programa do DE.” (Programa do DE, 2000/2001, p.4).

Quadro N.º 30

Os Professores devem ter um vencimento extraordinário no enquadramento técnico do DE.

ESCALA	DE		DF		CM, ESE, IND	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Totalmente em desacordo	6	20	4	12.1	3	42.9
Relativamente em desacordo	7	23.3	5	15.1	1	14.3
Sem opinião	1	3.3	10	30.3	1	14.3
Relativamente de acordo	7	23.3	4	12.1	2	28.6
Totalmente de acordo	9	30	10	30.3	0	0

Nesta questão, constatamos alguma diversidade nas respostas. Cerca de 53.3% dos inquiridos do DE estão relativa e totalmente de acordo, no entanto, registamos 43.3% das respostas em relativo e total desacordo.

Relativamente ao sector do DF, realçamos os 30.3% dos inquiridos que está totalmente de acordo, assim como, o mesmo valor percentual (30.3%) sem opinião. Por outro lado, 42.9% dos inquiridos das instituições está totalmente em desacordo, ou seja, entendem que os professores não devem ter um vencimento extraordinário no enquadramento do DE.

Ouvimos com frequência, que os professores de EF não manifestam interesse no DE, visto este não pagar convenientemente o tempo despendido. Para nós e tendo em vista o objectivo do trabalho, era importante aferirmos esta situação, ou seja, se os professores deverão ter ou não um vencimento extraordinário no enquadramento técnico do DE.

De facto e tendo em consideração a tendência das respostas, os inquiridos do DE apresentam um conjunto de respostas concordando com o vencimento extraordinário (53,3% relativa e totalmente de acordo).

Os resultados dos inquiridos do DF, demonstram concordância, no entanto apresentam um resultado de 30.3% sem opinião. Destacamos ainda que os inquiridos das instituições apresentam um resultado em sentido contrário (42.9% totalmente em desacordo) .

Apesar do professores de EF não receberem dinheiro, parece-nos oportuno realçar que, actualmente, os professores para o exercício das suas funções no DE, têm direito a uma redução na componente lectiva do seu horário. É óbvio que esta situação não se traduz em mais dinheiro no final do mês, exceptuando os casos em que estas horas de redução se traduzem em horas extraordinárias.

Quadro N.º 31

Os Professores de EF devem ter, no horário, uma componente obrigatória de enquadramento do DE.

ESCALA	DE		DF		CM, ESE, IND	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Totalmente em desacordo	4	13.3	5	15.1	1	14.3
Relativamente em desacordo	1	3.3	2	6	1	14.3
Sem opinião	1	3.3	1	3	0	0
Relativamente de acordo	11	36.6	8	24.2	2	28.6
Totalmente de acordo	13	43.3	17	51.5	3	42.9

Relativamente ao quadro anterior, (N.º 31), a maioria das respostas vai no sentido da afirmação. Do total da amostra 79.9% dos inquiridos do DE, 75.7% do DF e 91.5% das instituições, estão relativa e totalmente de acordo, que os professores tenham no seu horário uma componente obrigatória para as actividades do DE.

Esta questão prende-se com o facto dos professores, quando são colocados nas escolas, possuírem no horário horas destinadas às actividades do DE.

“O DE , sendo um instrumento do Sistema Educativo, deverá funcionar e ser assumido pelos órgãos de direcção e gestão das escolas, como um projecto de escola, integrado no projecto educativo e no plano anual de actividades, aprovados em conselho pedagógico.” (Programa do DE, 2000/2001, p.9).

Esta situação não está bem definida, no entanto, em nossa opinião e como refere o programa, o DE deve ser assumido pelos órgãos de direcção e gestão das escolas.

Partindo deste pressuposto, devem os responsáveis procurar envolver os professores no projecto da escola. As respostas à questão vão, claramente, no sentido de que os professores devem ter no horário uma componente obrigatória de enquadramento do DE.

Quadro N.º 32

O DE deve contribuir para a formação desportiva inicial, tendo em vista futuros praticantes desportivos.

ESCALA	DE		DF		CM, ESE, IND	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Totalmente em desacordo	0	0	1	3	0	0
Relativamente em desacordo	1	3.3	1	3	0	0
Sem opinião	1	3.3	1	3	0	0
Relativamente de acordo	10	33.3	3	9.1	3	42.9
Totalmente de acordo	18	60	27	81.8	4	57.1

Os valores deste quadro indiciam, claramente, que os nossos inquiridos estão de acordo com a afirmação, ou seja, o DE deverá contribuir para a formação desportiva inicial.

Do total da amostra 93.3% dos inquiridos do DE, 90.9% do DF e 100% das instituições, estão relativa e totalmente de acordo com a afirmação. Apenas registamos o valor de 3% que está totalmente em desacordo.

Esta é, indiscutivelmente, uma das questões centrais do nosso trabalho. Deverá o DE contribuir para a formação desportiva inicial, particularmente no ensino e aperfeiçoamento das técnicas das diferentes modalidades, tendo em vista futuros praticantes?

Em nossa opinião, não só é possível como é desejável. Os inquiridos que constituíram a nossa amostra, demonstraram inequivocamente uma opinião favorável, conforme atestam os resultados. Muita da bibliografia que consultámos aponta também nesse sentido. O programa do DE refere-o com clareza.

Um dos objectivos propostos pela CDP para um contrato de legislatura, é a adopção “em sede do sistema educativo, de medidas de alfabetização motora de toda a população infanto-juvenil.” (CDP, 2001)

A formação desportiva é inalienável da prática desportiva das crianças e jovens, por isso, deve efectuar-se atempadamente, de modo a fazer-se um aproveitamento da disponibilidade para a aprendizagem das técnicas em tempo oportuno.

Por isso, a importância reservada à escola no processo de formação integral das crianças e jovens, é reconhecida por todos. É aqui que encontramos os jovens, as instalações desportivas e os professores que teoricamente deverão garantir este pressuposto.

“É na escola que têm de ser feitas as apostas na construção de um futuro diferente e é no desporto escolar que podemos encontrar a reserva de esperança de um desporto melhor.” (Pires, citado por Pina, 1997, p.70).

Quadro N.º 33

O DE deve ser obrigatório, por lei, em todas as escolas.

ESCALA	DE		DF		CM, ESE, IND	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Totalmente em desacordo	3	10	2	6	0	0
Relativamente em desacordo	2	6.6	1	3	1	14.3
Sem opinião	2	6.6	2	6	0	0
Relativamente de acordo	3	10	3	9.1	2	28.6
Totalmente de acordo	20	66.6	25	75.8	4	57.1

Este quadro reflecte uma tendência significativa no sentido da afirmação. Do total da amostra, 76.6% dos inquiridos do DE, 84.9% do DF e 85.7% das instituições revelam-se relativa e totalmente de acordo para a obrigatoriedade de DE em todas as escolas. Apenas registamos 10% dos inquiridos do DE e 6% do DF que estão totalmente em desacordo.

Quadro N.º 34

Não deve existir DE nas escolas.

ESCALA	DE		DF		CM, ESE, IND	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Totalmente em desacordo	30	100	30	90.9	6	85.7
Relativamente em desacordo	0	0	1	3	1	14.3
Sem opinião	0	0	0	0	0	0
Relativamente de acordo	0	0	1	3	0	0
Totalmente de acordo	0	0	1	3	0	0

Do total da amostra, 100% dos inquiridos do DE, 90.9% do DF e 85.7% das instituições está totalmente em desacordo com a afirmação. Pelo contrário, apenas 3% dos inquiridos do DF entende que não deverá existir DE nas escolas.

Procedemos à análise conjunta dos quadros números trinta e três e trinta e quatro, em virtude de estarmos perante duas afirmações que, no essencial, procuram, por oposição obter a mesma informação.

Na realidade a diferença substancial prende-se com o facto de termos questionado se o DE deve ser obrigatório, por lei, em todas as escolas.

Ambos os quadros denunciam resultados claramente a favor da existência do DE nas escolas do nosso distrito.

Para surpresa nossa, os valores relativos à obrigatoriedade do DE, apresentam índices elevados, ou seja, a generalidade dos inquiridos está de acordo que o DE seja de carácter obrigatório em todas as escolas.

O Programa do XIII Governo Constitucional, no capítulo dedicado ao desporto, refere que “o desporto na escola é reconhecido como um sector essencial para toda a actividade desportiva, para a melhoria do ambiente escolar e para a formação da juventude.”

Este é, de facto, um desafio para o governo; encontrar formas organizacionais, de acordo com os preceitos constitucionais, que permitam o acesso à prática desportiva por parte da população, em particular a escolar.

Gostaríamos também de referir que a Carta Europeia do Desporto (1992), no seu artigo quinto (criar a base), número um, preconiza medidas para “que todos os alunos beneficiem de programas de desporto.”

Ainda a este propósito, Constantino realça que “a nossa escola deve criar condições de acesso generalizado a todas as crianças e jovens que pretendam praticar desporto.” (1992, p.74).

Quadro N.º 35

O DE deve depender da orientação das associações ou federações desportivas.

ESCALA	DE		DF		CM, ESE, IND	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Totalmente em desacordo	21	70	10	30.3	5	71.4
Relativamente em desacordo	5	16.6	11	33.3	0	0
Sem opinião	3	10	5	15.1	1	14.3
Relativamente de acordo	1	3.3	6	18.2	1	14.3
Totalmente de acordo	0	0	1	3	0	0

Da nossa amostra, 70.0% dos inquiridos do DE e 71.4% das instituições estão totalmente em desacordo. Da amostra do DF, 63.3% dos inquiridos estão total ou relativamente em desacordo com o facto de o DE depender da orientação das associações ou federações desportivas.

Procurámos, com esta questão, tentar perceber, se o DE deve depender da orientação das associações e federações desportivas.

Em nossa opinião o DE não deve depender de tal orientação. Esta também é opinião manifesta dos inquiridos e surge no sentido do que vimos anteriormente para o quadro competitivo.

“O DE faz parte do Sistema Educativo, é uma actividade de complemento curricular que deverá funcionar em estreita ligação com a disciplina de EF.” (Programa do DE, 2000/2001, p.3).

Podemos então afirmar que o DE é um processo iminentemente educativo, logo, faz parte do sistema educativo, no entanto também é considerado “um subsistema do sistema desportivo” (Programa do DE, 2000/2001, p.3), portanto deverá estabelecer, com este, relações privilegiadas conducentes a uma cooperação e colaboração, não só desejáveis, como necessárias.

Concordamos com autor quando refere que “no meio escolar devemos evitar a organização da prática desportiva unipolar do clube desportivo tradicional, onde a dimensão competitiva e o rendimento são princípios básicos de orientação e de organização da prática desportiva, modelo que, mesmo ao nível do clube desportivo tradicional é discutível.” (Damásio, 1998, p.17).

Quadro N.º 36

Os praticantes do DF não devem fazer parte do clube do DE.

ESCALA	DE		DF		CM, ESE, IND	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Totalmente em desacordo	16	53.3	16	48.5	3	42.9
Relativamente em desacordo	5	16.6	9	27.3	2	28.6
Sem opinião	3	10	3	9.1	0	0
Relativamente de acordo	4	13.3	3	9	1	14.3
Totalmente de acordo	2	6.6	2	6	1	14.3

Este quadro demonstra claramente que a maioria dos inquiridos, dos três sectores, está em desacordo com a afirmação, ou seja, entende que os praticantes do DF devem fazer parte do NDE da sua escola.

Do total da amostra, 69.9% dos inquiridos do DE, 75.8% do DF e 71.5% das instituições estão total e relativamente em desacordo.

Muita tinta tem “corrido” acerca deste tema, uma vez, que o regulamento do DE condiciona e/ou impossibilita a presença de alunos federados no DE.

“Como norma geral, na constituição dos grupos/equipas nas actividades de nível externo (campeonatos escolares formais), à data da realização da actividade, os alunos que estejam inscritos numa modalidade/disciplina na respectiva federação desportiva ou qualquer variante, não poderão participar no campeonato escolar do DE, nessa modalidade.” (Programa do DE, 2000/2001, p.25).

Em nossa opinião, considerando a escola uma instituição aberta e incluída, é contraproducente proibir os alunos de participar nas actividades que a sua escola lhe oferece.

Os inquiridos do nosso trabalho, mesmo os do DE, na sua maioria, partilham da nossa opinião. Sabemos que o problema prende-se, essencialmente, com o facto de muitos professores recrutarem para as equipas do DE os alunos mais dotados, normalmente são os que praticam desporto nos clubes, no entanto defendemos que “o desporto na escola, ao ser consignado como um direito, tem de ser acessível a todos os que o querem praticar.” (Constantino, 1992, p.74).

Quadro N.º 37

É importante existir um protocolo entre os clubes desportivos locais e as escolas. (DE)

ESCALA	DE		DF		CM, ESE, IND	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Totalmente em desacordo	0	0	0	0	0	0
Relativamente em desacordo	3	10	2	6	0	0
Sem opinião	1	3.3	1	3	1	14.3
Relativamente de acordo	6	20	1	3	0	0
Totalmente de acordo	20	66.6	29	87.9	6	85.7

Na opinião dos inquiridos, não restam dúvidas de que a existência de protocolos entre as escolas os clubes é importante. Do total, 86.6% dos inquiridos do DE, 90.9% do DF e 85.7% das instituições manifestaram-se total e relativamente de acordo.

Esta era de facto mais uma das questões nucleares do nosso estudo. É ou não importante, na perspectiva do desenvolvimento desportivo distrital, a existência de protocolos entre as escolas e os clubes desportivos locais?

Este para nós é um assunto da maior importância. Os resultados a esta questão são bem elucidativos. Uma percentagem elevada de inquiridos dos sectores envolvidos no nosso estudo (66.6% do DE, 87.9% do DF e 85.7% das instituições) estão totalmente de acordo.

De facto, o DE é hoje um elemento importante de transformação da própria escola, no sentido desta ser mais activa e mais aberta, sendo a prática do DE um elemento importante para a transformar e transportar em si mesmo, um conjunto de valores de carácter educativo e formativo.

Por conseguinte, a escola tem de ser um espaço aberto à comunidade envolvente, com a qual deve estabelecer relações íntimas, que permitam explorar e rentabilizar as potencialidades existentes.

“A noção de território educativo é algo que deve estar presente, no sentido em que escolas, clubes, colectividades, municípios e instituições particulares e privadas podem confluír para a concretização de objectivos comuns.” (Mota, 1997, p.22).

O movimento associativo, do seu interior e através da CDP, lança o repto nesse sentido; “devem as federações desportivas assumir a legitimidade de reivindicar parcerias com o sistema educativo.” (CDP, 2001, p.11).

Entendemos, quando se fala nas federações, deve-se falar noutras organizações do movimento associativo, como sejam as associações e os clubes. Preconizamos que as referidas parcerias devem estabelecer-se localmente, consubstanciadas na própria realidade local, não esperando directrizes superiores demasiado rígidas e desadaptadas à região.

“O modelo de desenvolvimento organizacional do DE a nível local, preconiza como célula base de desenvolvimento do DE, uma estrutura e orgânica, onde se devem envolver todos os alunos e todos os professores, e particularmente os responsáveis pelos órgãos de gestão e administração escolar.” (Damásio, 1998, p.4).

Quadro N.º 38

As Câmaras Municipais não têm “nada a ver” com o DE.

ESCALA	DE		DF		CM, ESE, IND	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Totalmente em desacordo	28	93.3	26	78.8	6	85.7
Relativamente em desacordo	2	6.6	4	12.1	0	0
Sem opinião	0	0	1	3	0	0
Relativamente de acordo	0	0	1	3	1	14.3
Totalmente de acordo	0	0	1	3	0	0

Do total da amostra registamos que 93.3% dos inquiridos do DE, 78.8% do DF e 85.7% das instituições, se manifestam totalmente em desacordo com a afirmação, ou seja, devem, efectivamente as câmaras municipais, nesta questão específica do DE, assumir-se como parceiros estratégicos das escolas.

Esta questão surge no seguimento da que formulámos no quadro número vinte e sete, na qual perguntámos se as câmaras municipais deveriam apoiar, por lei, o DE. Na questão referente ao quadro N.º 38, colocámos o problema de maneira diferente, afirmando que as câmaras municipais não têm “nada a ver” com o DE.

Mesmo não sendo através de legislação, devem ou não as câmaras relacionar-se com o DE? Os resultados (93.3% do DE, 78.8% do DF e 85.7% das instituições) obtidos, mostram-nos que os inquiridos estão totalmente em desacordo com a afirmação, ou seja, entendem que as câmaras municipais têm, de facto algo “a ver” com o DE.

Não resistimos em transcrever, novamente, a opinião de um dos autores que mais se tem destacado sobre esta matéria.

“Entendemos que deve ser preocupação das autarquias apresentarem-se, no contexto e no limite das suas possibilidades, na situação de disponibilidade para apoiarem, estimularem e congregarem vontades, meios e recursos susceptíveis de melhorar a oferta de condições para a prática do desporto no interior da escola, cooperando com o organismo institucionalmente responsável para o fazer - GCDE.” (Constantino, 1999, p.40).

Atendendo ao âmbito do nosso estudo, diríamos que a cooperação a que o autor se refere deve-se situar ao nível da escola ou escolas do respectivo concelho.

Nunes, aponta como um dos objectivos das autarquias locais, na sua política desportiva municipal “fomentar as actividades físicas e desportivas de vincada intencionalidade formativa em íntima relação com o sistema educativo, que integra todas as crianças e jovens durante o período do seu crescimento.” (1999, p.33).

As autarquias, não obstante as diversas dificuldades, tem exercido um papel meritório no processo desportivo dos seus concelhos. É nossa convicção que mais tem de ser feito. Passa pelos municípios uma política integrada de desenvolvimento desportivo local. Isto supõe novos desafios e novos enquadramentos organizativos.

“A passagem gradual das competências desportivas do poder central para o poder autárquico, parece-me estar a ser um importante factor de desenvolvimento do sistema desportivo nacional.” (Sarmento, 1997, p.3).

Quadro N.º 39

Antigos atletas de prestígio internacional devem ser envolvidos no DE.

ESCALA	DE		DF		CM, ESE, IND	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Totalmente em desacordo	0	0	0	0	0	0
Relativamente em desacordo	1	3.3	0	0	0	0
Sem opinião	4	13.3	3	9.1	1	14.3
Relativamente de acordo	8	26.6	11	33.3	3	42.9
Totalmente de acordo	17	56.6	19	57.6	3	42.9

No quadro anterior, (N.º 39), as respostas vão claramente no sentido da afirmação. Cerca de 73.2% dos inquiridos do DE, 90.9% do DF e 85.8% das instituições concordam com o facto de antigos atletas de prestígio internacional serem envolvidos em actividades do DE.

É, do nosso ponto de vista, importante o envolvimento de antigos atletas de alta competição, nas actividades desportivas, sejam competitivas ou não, particularmente junto dos mais jovens. Defendemo-lo, não na perspectiva de orientadores ou de treinadores, mas simplesmente com a sua presença e a inevitável sessão de autógrafos.

Parece-nos ser de extrema utilidade para a motivação dos alunos praticantes. Foi precisamente o que procurámos saber junto dos nossos inquiridos com esta questão. Os resultados demonstram indiscutivelmente concordância com a afirmação.

A LBSD, no seu Artigo 15º, N.º 3, prevê que uma das medidas de apoio aos praticantes de alta competição, passe, e de acordo com a alínea h) por uma “reinserção social.” Esta pode ser uma via.

Portanto, talvez não seja despropositado envolver antigos praticantes, com currículo desportivo elevado e exemplar, no fomento e promoção da prática desportiva das crianças e jovens.

Quem não gostaria de receber um autografo e conviver, numa jornada desportiva da sua escola, com a Rosa Mota?

Quadro N.º 40

O DF consegue dar resposta à formação desportiva inicial.

ESCALA	DE		DF		CM, ESE, IND	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Totalmente em desacordo	8	26.6	1	3	3	42.9
Relativamente em desacordo	14	46.6	16	48.5	3	42.9
Sem opinião	3	10	3	9.1	1	14.3
Relativamente de acordo	3	10	11	33.3	0	0
Totalmente de acordo	2	6.6	2	6	0	0

Relativamente ao quadro anterior, uma percentagem significativa (73.2% dos inquiridos do DE, 51.5% do DF e 85.8% das instituições), manifesta-se total e relativamente em desacordo com a afirmação, ou seja, não acredita que o DF consiga dar resposta à formação desportiva inicial. Destacamos a percentagem dos inquiridos do DF, que se pronunciou em relativo desacordo (48.5%). Apenas registámos 6.6% da amostra do DE e 6% do DF, totalmente de acordo.

Por motivos compreensíveis, procuramos saber a opinião dos nossos inquiridos, se o DF consegue dar resposta à formação desportiva inicial.

Um dos objectivos do nosso estudo é precisamente o de saber se o DE pode contribuir para a formação desportiva inicial, por forma a garantir a aprendizagem e o aperfeiçoamento das técnicas básicas das diferentes modalidades desportivas.

Em nossa opinião e como já referimos, a escola, como lugar privilegiado para uma alfabetização motora e desportiva, não tem sido capaz de cumprir essa natural vocação. Portanto, têm sido os clubes, com todas as suas limitações, os principais responsáveis por essa tarefa.

“Não pretendemos negar o que é uma clara evidência: para muitos, se não fossem os clubes desportivos, não teriam aprendido a nadar, a velejar, a patinar, a jogar basquetebol, ou a praticar ginástica.”(Constantino, 1999, p.45).

No entanto e como já vimos neste trabalho, os clubes enfrentam, actualmente, um conjunto de problemas sérios. Relembrámos o estudo efectuado pelo CEFD, no qual foram diagnosticadas as principais dificuldades e carências no seio da prática desportiva juvenil em Portugal.

Quadro N.º 41

DE – Uma questão do Sistema Desportivo.

ESCALA	DE		DF		CM, ESE, IND	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Totalmente em desacordo	0	0	1	3	0	0
Relativamente em desacordo	9	30	6	18.2	2	28.6
Sem opinião	4	13.3	0	0	0	0
Relativamente de acordo	6	20	14	42.4	5	71.4
Totalmente de acordo	11	36.6	12	36.4	0	0

Quadro N.º 42

DE - Uma questão do Sistema Educativo.

ESCALA	DE		DF		CM, ESE, IND	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Totalmente em desacordo	0	0	0	0	0	0
Relativamente em desacordo	6	20	3	9.1	2	28.6
Sem opinião	4	13.3	1	3	0	0
Relativamente de acordo	9	30	15	45.5	3	42.9
Totalmente de acordo	11	36.6	14	42.4	2	28.6

Quadro N.º 43

DE – Uma questão de ambos os sistemas.

ESCALA	DE		DF		CM, ESE, IND	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Totalmente em desacordo	0	0	1	3	0	0
Relativamente em desacordo	0	0	0	0	0	0
Sem opinião	0	0	1	3	0	0
Relativamente de acordo	7	23.3	5	15.1	3	42.9
Totalmente de acordo	23	76.6	26	78.8	4	57.1

Depois da análise dos três quadros às respostas das questões (vinte e dois, vinte e três e vinte e quatro) podemos afirmar que é praticamente unânime que o DE é uma questão de ambos os sistemas (educativo e desportivo).

Os resultados do último quadro são bem elucidativos. Cerca de 76.6% dos inquiridos do DE, 78.8% do DF e 57.1% das instituições manifestaram-se totalmente de acordo com a afirmação. Apenas sinalizamos 3.3% dos inquiridos do DF que se manifestaram totalmente em desacordo.

Na realidade, pretendíamos saber se o DE é uma questão de um dos sistemas, desportivo ou educativo separadamente, ou então, um assunto de ambos os sistemas.

Da análise dos resultados dos três quadros, parece-nos evidente que a opinião, da generalidade dos inquiridos, vai no sentido do DE ser uma questão de ambos os sistemas; educativo e desportivo.

Concluimos esta reflexão com a opinião de um autor, que tem estudado este assunto, tendo inclusivamente elaborado uma tese de mestrado.

“É portanto, um sector desportivo integrado totalmente no sistema educativo e, por isso, deve ser orientado segundo critérios e objectivos educativos. Mas é, também, um sector autónomo do sistema desportivo onde mantém interfaces com as organizações de carácter desportivo, em particular com as do desporto federado, porque se entende que o desenvolvimento desportivo do país está associado a um projecto integrado de desporto, por entre o qual o DE deveria assumir um papel preponderante.” (Soares, 1996, p.48).

5.5 Análise dos Objectivos Propostos

Finalmente, confrontando os resultados da parte experimental com a bibliografia consultada, parece-nos que os objectivos inicialmente propostos neste estudo, foram atingidos, senão vejamos:

Relativamente ao primeiro objectivo, em que pretendíamos avaliar, se é ou não possível, o DE contribuir para a formação desportiva inicial, por forma a garantir a aprendizagem e o aperfeiçoamento das técnicas básicas das diferentes modalidades desportivas, os resultados comprovam que tal é possível. Porém, é necessário, e também de acordo com os resultados encontrados, proceder a algumas mudanças organizacionais, tanto na escola, como no meio em que a mesma está inserida.

Araújo, no “Fórum Horizonte” de 2001 em debate sobre o DE, afirmou que o “DE deve proporcionar às crianças actividades desportivas para a sua formação.”

O GCDE, ao prever no seu programa para o ano lectivo de 2001/2001, a existência de centros de formação desportiva, integrados num capítulo de formação desportiva especializada, só pode, em nossa opinião ter tido como objectivo a formação desportiva inicial.

Para melhor compreendermos esta questão transcrevemos, novamente, os objectivos específicos, relativamente aos alunos: “em actividades de iniciação e aperfeiçoamento – favorecer a aquisição das competências necessárias à prática de uma actividade desportiva; em actividades de excelência – favorecer a formação especializada de alunos que demonstrem interesse, capacidades e aptidões excepcionais para a prática de uma modalidade ou disciplina desportiva.” (Programa do DE, 2000/2001, p.18)

Pires, (citado por Soares, 1996, p.48) refere, como um dos objectivos do DE “um sistema de formação por excelência para o sistema desportivo, em especial para o desporto federado, garantindo não só a sua alimentação a montante, bem como processos de comunicação.”

A relevância atribuída à escola no processo de formação integral das crianças e jovens, deve ser uma exigência para que as apostas na construção de um futuro diferente e de um desporto melhor, sejam uma realidade.

A finalizar este reflexão sobre o nosso primeiro objectivo, não podemos ficar indiferentes a um parágrafo do prefácio escrito pelo Primeiro Ministro Britânico, Tony Blair, sobre o modelo de desenvolvimento desportivo do Reino Unido. (CDP, 2001, p.7).

“É na escola que a maior parte de nós tem a primeira oportunidade para experimentar o desporto. É aqui que os jovens descobrem o seu talento e o seu potencial. Eles precisam de tentar uma variedade de actividades desportivas, para saber o que lhes dá mais prazer. Necessitam de ensino de qualidades básicas de alta qualidade. Necessitam de oportunidades para competir ao nível a que as suas capacidades se desenvolvem. Necessitam de percursos claros para participarem no clube e nos níveis nacionais, com o treino correcto e o apoio exacto em cada nível.”

Esta é, de facto, a nossa convicção. O nosso estudo aponta nesse caminho.

No que concerne ao segundo objectivo, em que procurávamos aferir da possibilidade de, no distrito de Viana do Castelo, estreitar relações entre o DE e o DF, numa perspectiva de cooperação e complementaridade, também nos parece evidente que este propósito, não só é possível, como é desejável.

Parafraseando Pina, no “Fórum Horizonte”, de 2001 “não podemos viver um sem o outro.”

Pires, (citado por Soares, 1996, p.52), preconiza um “modelo que estabeleça o desenho, segundo o qual as actividades se devem processar de forma a que exista, não só uma coerência interna e nacional para o DE no âmbito do sistema educativo, como uma coerência externa no que diz respeito à sua integração no sistema desportivo.”

O nosso estudo vai ao encontro da investigação efectuada por Soares em 1996, sobre a avaliação da qualidade do serviço do DE na região autónoma da Madeira. Efectivamente, o desenvolvimento desportivo deve passar pela “clarificação e articulação dos papéis desportivos entre o DE e o DF, tendo em vista a rentabilização dos recursos e da preparação do praticante desportivo, segundo as várias fases da formação desportiva.” (Soares, 1996, p.51).

O problema está, em encontrar um modelo em que, no respeito pela missão de cada um dos sistemas, os recursos humanos, materiais e financeiros, sejam efectivamente rentabilizados em função da vocação que envolve os dois sistemas.

“É na escola que têm de ser feitas as apostas na construção de um futuro diferente e é no desporto escolar que podemos encontrar a reserva de esperança de um desporto melhor.” (Pires, 1991, citado por Pina, 1997, p.70).

A CDP (2002), avança um contrato de legislatura, no qual sugere a “criação de parcerias de desenvolvimento entre o associativismo desportivo, o desporto escolar e a administração local.”

Nesta linha, também nos parece oportuno destacar a opinião de Vasco Lynce (1999), enquanto Secretário de Estado do desporto: “Governo, escolas, clubes e municípios têm que unir esforços para o bem do desporto.” (p.54).

Também neste ponto, o nosso estudo, aponta nesse sentido. Porém é necessário, como já referimos e de acordo com os resultados, proceder a algumas mudanças organizacionais, tanto na escola, como no meio em que a mesma está inserida.

Em nossa opinião, uma das mudanças, prende-se com o envolvimento e a necessária coordenação das autarquias, nos planos de desenvolvimento desportivo e nos quais deverão participar inevitavelmente a escola ou escolas do respectivo concelho.

Com legitimidade, Sarmento (1997), escreveu que o “principal papel a desempenhar pelas autarquias no desporto, deve ter a haver com uma actividade de coordenação e interligação entre os diferentes níveis de intervenção e a disponibilização de recursos (materiais, humanos e financeiros, que permitam o normal funcionamento das mais diversas instituições de carácter desportivo de cada concelho.” (p. 3).

Com o terceiro e último objectivo, procurávamos saber se o DE pode contribuir para a detecção e formação de talentos desportivos.

Da análise dos resultados da questão número sete do questionário (quadro N.º 18), em que obtivemos sessenta respostas afirmativas, o que corresponde a cerca de 85.7% da amostra, ficamos com percepção de que é perfeitamente possível o DE contribuir para a detecção e formação de talentos.

Mais uma vez não resistimos a transcrever a opinião de Pina, também no “Fórum Horizonte” de 2001, “o DE deve procurar realizar formação desportiva, favorecendo os talentos.”

Bento, (citado por Damásio, 1998), defende o DE, tendo como principal argumento o facto de se verificar que a maior concentração da população alvo do desporto infanto-juvenil se encontra na escola. “A escola constitui não apenas a única instituição social onde todas as crianças e jovens se juntam, mas também o único local onde podem ser apreciadas experiências e competências em todas as parcelas da paisagem desportiva.” (p.24)

A função do DE, como introdutória à formação desportiva na perspectiva do alto rendimento e sobretudo como alternativa à actuação dos agentes desportivos institucionais, é algo que poderia facilitar o aparecimento de talentos e o seu aproveitamento, oferecendo-lhes outras alternativas, além dos programas ordinários, assim como poderia potenciar a aquisição e o desenvolvimento de capacidades, competências e atitudes que, não se realizando nas fases sensíveis, poderão levar à instalação de entraves dificilmente recuperáveis.

Para nós, a detecção de talentos é, em primeiro lugar um processo de selecção, seguido de um processo de formação e por último, um processo de especialização desportiva.

Em Espanha, País com tradição nesta área, uma das ultimas sugestões avançadas para melhorar o plano de detecção de talentos em vigor, visa precisamente “realizar um programa que implique em primeiro lugar os professores de EF das escolas, incluindo no plano curricular dos alunos uma série de provas genéricas que poderiam determinar uma primeira selecção.” (Garnelo, 2000)

Pensamos sinceramente, que as escolas, com o apoio do professores de EF, muitos deles ligados a clubes como treinadores, estão em condições, e numa primeira fase, ao nível da selecção, contribuir para um programa alargado de detecção e formação de talentos desportivos.

Na Austrália em 1996, “mais de metade das escolas do país participaram na pesquisa de talentos. (Hoare, 2000).

CAPÍTULO VI



“É viável libertar os clubes da obrigação de promover a formação desportiva das crianças.”

Teotónio Lima, 1992

www.pt.de.min-edu.pt

6 CONCLUSÕES

A investigação efectuada e os resultados obtidos, permitem-nos destacar, para o distrito de Viana do Castelo, as seguintes conclusões:

- É possível o DE contribuir para o desenvolvimento desportivo do distrito de Viana do Castelo, no entanto é necessário proceder a algumas mudanças organizacionais, tanto nas escolas, como nos clubes. Uma percentagem significativa dos inquiridos pensa continuar a desempenhar a mesma função, criando desde logo boas perspectivas.
- O desenvolvimento desportivo do distrito de Viana do Castelo, passa pela articulação e cooperação entre o DE e o DF. Para isso é fundamental rentabilizar todos os recursos disponíveis em ambos os subsistemas.
- A formação desportiva é um assunto, para o qual devem contribuir, os subsistemas, educativo e desportivo. Nesta perspectiva, o DE deve estabelecer com o DF relações privilegiadas conducentes a uma colaboração, não só desejável, como necessária.
- Reclamam-se mudanças organizacionais, por forma a garantir a criação de parcerias de desenvolvimento entre o movimento associativo desportivo (DF), as escolas (DE) e a administração local (autarquias).

- O DE deve contribuir para a formação desportiva inicial, favorecendo a necessária aquisição de competências, de modo, a fazer-se o aproveitamento da disponibilidade dos períodos óptimos, para a aprendizagem das técnicas desportivas das diversas modalidades.
- É possível o DE no distrito de Viana do Castelo, contribuir para a detecção e formação de talentos desportivos, porém, é necessário resolver ou ultrapassar alguns condicionalismos inerentes às categorias (Organização, Formação, Prática Desportiva e Avaliação), de acordo com as indicações do estudo.
- Como em qualquer projecto de formação desportiva, o DE deve ter um plano de desenvolvimento a longo prazo, estar plenamente integrado no projecto educativo de todas as escolas e verdadeiramente assumido pelos órgãos de gestão das mesmas.
- As câmaras municipais devem apoiar e cooperar com o DE na sua área e assumir-se como um importante parceiro estratégico nos planos de desenvolvimento desportivo do respectivo concelho.
- As categorias de Prática Desportiva e Formação, foram realçadas como as mais relevantes do DE. A categoria de Organização, foi considerada como a mais negativa.
- Os professores de EF são indiscutivelmente um importante recurso do DE e naturalmente, de qualquer plano de desenvolvimento desportivo.

- As escolas, através do DE, devem possibilitar o acesso generalizado a todas as crianças e jovens que pretendam praticar desporto, mesmo os que fazem parte do DF.
- Atletas de prestígio internacional devem ser envolvidos em diversas actividades do DE.
- Relativamente ao DF, o nosso estudo, indicia que este apresenta um conjunto de sérias dificuldades para dar resposta à formação desportiva inicial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Legislação

Lei N.º 46/86, de 14 de Outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo.

Lei N.º 1/90, de 13 de Janeiro - Lei de Bases do Sistema Desportivo.

Decreto Lei N.º 95/91, de 26 de Fevereiro – Regime jurídico da Educação Física e Desporto Escolar.

Decreto Lei N.º 164/96, de 5 de Setembro – Alterações orgânicas do Instituto do Desporto e do Ministério da Educação.

Decreto Lei N.º 165/96, de 5 de Setembro – Criação do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar.

Lei N.º 115/97, de 19 de Setembro – Alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo.

Decreto Lei N.º 115-A/98, de 4 de Maio - Regime de autonomia das escolas.

Bibliografia

- Araújo, J.** (1984), Clubes desportivos, sua importância, funções e organização, "Horizonte", Lisboa, Livros Horizonte, Vol. I, N.º 2, pp.40-50.
- Araújo, J.** (2001), A Educação Física e o Desporto – Os desafios do Milénio, "Fórum Horizonte", Lisboa.
- Bardin, L.** (1995), Análise de conteúdo, Lisboa, Edições 70.
- Bento, J.** (1989), Programas para o desenvolvimento do desporto em Portugal, "Horizonte", Lisboa, Livros Horizonte, Vol. VI, Novembro - Dezembro, pp.II-XI.
- Bento, J.** (1991), Desporto na Escola – Desporto no Clube, "Horizonte", Lisboa, Livros Horizonte, N.º 42, pp.183-190.
- Canotilho J. J. e Moreira V.** (1998), Constituição da Republica Portuguesa, Coimbra Editora.
- Carmo, H. e Ferreira, M.** (1998), Metodologia para a investigação, Guia para a auto-aprendizagem, Universidade Aberta.
- Carvalho, A.** (1985), Desporto Escolar, Inovação Pedagógica, "Horizonte", Lisboa, Livros Horizonte, Vol. II, Novembro - Dezembro, pp.120-126.
- Carvalho, A.** (1987), Desporto Escolar, inovação pedagógica e nova escola, Lisboa, Editorial Caminho.
- CDP,** (2001), Desporto Federado e Desporto Escolar, Equívocos, Conflitos e Cooperação, Algés.
- CDP,** (2001), Desporto Escolar e Desporto Federado, "Desporto Federado", Algés, Julho, p.2.
- CDP,** (2001), O modelo de desenvolvimento desportivo do Reino Unido, Algés.
- CDP,** (1999), Promoção da Qualidade no Sistema Desportivo na Legislatura de 2000 a 2004 – Proposta de programa de intervenção, Algés.
- Chiavenato, I.** (2000), Recursos humanos, S. Paulo, Editora Atlas.
- Coelho, O.** (1989), Desporto Escolar e Desporto Federado, Algumas reflexões necessárias, "Horizonte", Lisboa, Livros Horizonte, Vol. VI, n.º 33, pp.83-88.

- Colaço, C.** (S/D), *Gestão do Desporto, Da investigação à decisão*, Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana.
- Constantino, J.** (1988), *Desporto Escolar: Uma questão do sistema educativo português ou do sistema desportivo nacional?*, "Horizonte", Lisboa, Livros Horizonte, Vol. IV, Janeiro – Fevereiro, pp.II-V.
- Constantino, J.** (1992), *Desporto português as soluções adiadas*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Constantino, J.** (1999), *Desporto, Política e Autarquias*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Crainer, S.** (1999), *As melhores citações de Gestão, Linda – a – Velha, Executive digest*.
- Damásio, A.** (1998), *Desporto Escolar, O Desporto Escolar na Direcção Regional de Educação de Lisboa, CAE – Lezíria e Médio Tejo na Perspectiva dos Conselhos Directivos*, Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana.
- Dias, I.** (2000), *As autarquias e o desporto do Séc. XXI*, "Horizonte", Lisboa, Livros Horizonte, Vol. XVI, Julho - Agosto, pp.16-19
- Diciopédia**, (2001), *O Poder do Conhecimento*, 3 CD - ROMs, Porto Editora
- Drucker, P.** (1990), *As organizações sem fins lucrativos*, Lisboa, Difusão Cultural.
- Eco, U.** (1998), *Como se faz uma tese em ciências humanas*, Lisboa, Editorial Presença.
- Esperança, A.** (2001), *Pesquisa dos indicadores explicativos da participação dos alunos com necessidades educativas especiais no Desporto Escolar*, Porto, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.
- Esteves, J.** (2001), *A Educação Física e o Desporto em Balanço, diferentes olhares, parte II*, "Horizonte", Lisboa, Livros Horizonte, Vol. XVII, Junho - Julho, pp.I-IV.
- Freitas F.** (2001), *Desporto Escolar – Sub-sistema dos sistemas educativo e desportivo*, "Turma da Bola", Lisboa, Revista do Desporto Escolar – Suplemento do Jornal "A Bola", Abril, p.3.
- Freitas F.** (2001), *A questão do retorno*, "Turma da Bola", Lisboa, Revista do Desporto Escolar – Suplemento do Jornal "A Bola", Junho, p.2.

- Garnelo, J.** (2000), Modelo Espanhol de selecção e Desenvolvimento de talentos, "Fórum Alta Competição, que modelos ?", Lisboa.
- Gonçalves, C.** (1988), Educação Física e Desporto escolar: uma perspectiva, "Horizonte", Lisboa, Livros Horizonte, Vol. IV, Janeiro – Fevereiro, pp.VI-XII.
- Hill, A.** (2001), Contribuição dos Recursos Humanos na prossecução dos resultados, "executivdigest", Lisboa, acj, Junho, p.69.
- Hoare, D.** (2000), Identificação, detecção e desenvolvimento de talentos desportivos, "Fórum Alta Competição, que modelos ?", Lisboa.
- Homem, F.** (1997), Movimento Associativo Desportivo do Concelho de Aveiro, Porto, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.
- Instituto Politécnico de Viana do Castelo**, (1992), Primeiras Jornadas para o Desenvolvimento do Alto Minho, Colectânea de Textos.
- Lello, J.** (2001), Retórica tem de dar lugar à eficácia, "A Bola", Lisboa, XIII, 11 Outubro, p.30.
- Lima, T.** (1992), Desporto na Escola, "Horizonte", Lisboa, Livros Horizonte, Vol. XIII, Julho - Agosto, p.2.
- Lynce, V.** (1998), Os novos desafios, "Desporto", Lisboa, Fevereiro, pp.4-7.
- Lynce, V.** (1999), Desporto com maior qualidade, "Desporto", Lisboa, Setembro – Outubro – Novembro – Dezembro, pp.53-57.
- Lima, T.** (2000), Vamos a isto ?!, "Horizonte", Lisboa, Livros Horizonte, Vol. XVI, Setembro - Outubro, p.2.
- Marcelino, J.** (1997), O Director Técnico Nacional, estudo do perfil de funções dos Directores Técnicos Nacionais que trabalham no âmbito das Federações Desportivas, Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana.
- Matos, M. ; Cruz, J.** (1997), Desporto Escolar: Motivação para a prática e razões para o abandono, "Psicologia - teoria, investigação e prática", Braga, Vol. 2, N.º 3, pp.459-490.
- Ministério da Educação. DEB** (1999), Gestão Flexível do Currículo, Lisboa.
- Ministério da Educação. GCDE** (1999), Organograma funcional do Desporto Escolar, retirado da internet em 28-12-1999, www.min-edu.pt/gcde/organograma.htm.

Ministério da Educação. GCDE (2000), Programa do Desporto Escolar, ano lectivo de 2000/2001.

Ministério da Educação. GCDE (1999), Rosa na escola, “A Bola especial, Lisboa, Junho, p.16.

Ministério da Educação, (1992), Carta Europeia do Desporto, s. n.

Ministério da Juventude e Desporto. CEFD, (1999), Jovens no Desporto – Um pódio para todos, A cartilha da prática desportiva juvenil, Lisboa.

Ministério da Juventude e Desporto. CEFD, (2000), Treino de Jovens, o que todos precisam de saber, 2ª Edição, Lisboa.

Ministério da Juventude e Desporto. CEFD, (2000), O melhor da revista treino desportivo, 1987-1992“ Colecção treino desportivo, Lisboa.

Ministério da Juventude e Desporto. CEFD, (1999), Panorama do Desporto Juvenil Federado em Portugal e principais factores que prejudicam o seu desenvolvimento, “Desporto”, Lisboa, Set./Out./Nov./Dez., pp.14-19.

Ministério da Juventude e Desporto. INFED, (2001), Jovens no Desporto – Um pódio para todos, O Desporto Juvenil ... em perguntas e respostas, Lisboa.

Monteiro, L. (2001), A Educação Física e o Desporto em Balanço, diferentes olhares, parte II, “Horizonte”, Lisboa, Livros Horizonte, Vol. XVII, Junho - Julho, pp. V-VIII.

Monteiro, J. (2001), Os factores de exequibilidade do Desporto Escolar, “Horizonte”, Lisboa, Livros Horizonte, Vol. XVII, Agosto – Setembro, pp.24-28.

Mota, F. (2001), “Parar para pensar”, retirado da internet em 13-03-01, www.record.pt.

Mota, R. (1997), A Educação Física e o Desporto Escolar, “Horizonte”, Lisboa, Livros Horizonte, Vol. X, Março - Abril, pp.I-XII.

Mota, R. (1998). O Desporto Escolar, o Desenvolvimento Desportivo Local e os Municípios, “Revista de Poder Local”, Lisboa, Editorial Caminho, Outubro 1997 – Abril 1998, pp.19-29.

Nunes, M. (1999), Os grandes desafios da autarquia no âmbito do desporto, “Horizonte”, Lisboa, Livros Horizonte, Vol. XV, Maio - Junho, pp.33-39.

Palatsi, (2001), Formação e Desporto Escolar na base do sucesso Francês, "Público", Lisboa, 12 Novembro, p.41

Pereira, E. (2000), Actividades Físicas e Desportivas: Que intervenção Autárquica ?, "Horizonte", Lisboa, Livros Horizonte, Vol. XVI, Novembro - Dezembro, pp.12-20.

Pina, M. (1994), Desporto Escolar: Da organização do passado à organização do futuro, "Horizonte", Lisboa, Livros Horizonte, Vol. X, Março - Abril, pp.I-VIII.

Pina, M. (1995), Desporto Escolar na ultima década, "Horizonte", Lisboa, Livros Horizonte, Vol. VII, Setembro - Outubro, pp.I-VIII.

Pina, M. (1997). Estrutura e Dinâmica do Desporto Escolar. Levantamento e análise da situação em Portugal de 1990 a 1995 do modelo à prospectiva, Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana.

Pina, M. (2001), A Educação Física e o Desporto – Os desafios do Milénio, "Fórum Horizonte", Lisboa.

Pires, G. (1994), A organização do futuro, dez megatendências, "Horizonte", Lisboa, Livros Horizonte, Vol. XI, Maio - Junho, pp.3-13.

Pires, G. (1995), Desporto Escolar, Desenvolvimento e Gestão, Faculdade de Motricidade Humana, Lisboa.

Pires, G. (2000), Desenvolvimento Organizacional, Gestão do Desporto, documento fotocopiado, s. n.

Pires, P. (2000), A crise do movimento associativo em Portugal, "Horizonte", Lisboa, Livros Horizonte, Vol. XVI, Novembro - Dezembro, pp.3-7.

Quivy, R. e Campenhoudt, L. V. (1998), Manual de investigação em ciências sociais, Lisboa, Gradiva.

Sarmento, P. (1997), Gestão de instalações desportivas, a "interdependência como factor de gestão, documento fotocopiado, s. n.

SED, (1995), Mais e melhor desporto – Programa do Governo, Lisboa, Novembro 95 – Novembro 97.

Silva, R. (1997), A Estrutura e Dinâmica da Organização Desportiva Militar, o modelo a implementar no Desporto Militar, Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana.

Soares, J. (1996), Desporto Escolar, Avaliação da Qualidade do Serviço do Desporto Escolar da Região Autónoma da Madeira através da consulta aos Professores de Educação Física, Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana.

Soares, J. (1997), Estrutura Organizacional do Desporto Escolar na Região Autónoma da Madeira, O papel dos professores de Educação Física, "Horizonte", Lisboa, Livros Horizonte, Vol. XIII, Julho - Agosto, pp.32-39.

Soares, J. (2001), Liderança e Organização como factores de desenvolvimento do Clube Desportivo Escolar, "Horizonte", Lisboa, Livros Horizonte, Vol. XVII, Março - Maio, pp.14-21.

Subtil, J. (1997), A "Arte" do futuro do Associativismo, "Estafeta", Viana do Castelo, Maio, pp.14-15.

Valima, (1998), Guia de Apoio, Viana do Castelo.

Viana, M. (2000), As NEE na disciplina de Educação Física. Estudo piloto no Distrito de Viana do Castelo, Porto, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.

ANEXOS

Anexo 1 – Questionário

APRESENTAÇÃO

O presente questionário, insere-se numa tese de Mestrado em Gestão Desportiva, a apresentar na Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, da Universidade do Porto.

É, intenção do autor, tentar perceber qual o papel que o Desporto Escolar poderá desempenhar, no desenvolvimento desportivo do distrito de Viana do Castelo.

Com todas as transformações em curso relacionadas com o movimento associativo, parece-nos que o desporto federado, não consegue dar resposta à formação desportiva inicial. É precisamente neste âmbito, que gostaríamos de incidir o estudo, procurando saber, se de facto, é possível ou não, o Desporto Escolar, contribuir para a formação desportiva inicial.

As respostas a este questionário são anónimas, os dados obtidos são confidenciais e unicamente utilizados com este fim.

No caso de lhe surgir alguma dúvida, poderá contactar o autor pelo seguinte número – 963008401.

Antecipadamente grato pela colaboração.

Abril de 2001

Mário Cunha

I - CARECTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

1 Dados pessoais

1.1 Idade _____ 1.2 Sexo _____

2 Naturalidade _____ Residência actual _____
(Distrito) (Distrito)

3 Habilitações académicas _____

4 Habilitações técnico desportivas _____

5 Situação profissional _____

6 Instituição que representa _____

6.1 Cargo que ocupa _____

II – CHARACTERIZAÇÃO DA ACTIVIDADE

1 Quantos anos tem de exercício desta actividade ? _____

2 O que o levou a desempenhar a mesma ? _____

3 Tenciona continuar nestas funções nos próximos anos ? _____

Porquê ?

4 Foi praticante de alguma modalidade desportiva ? ____ 4.1 Se sim, qual ?

_____ 4.2 Começou a praticar num Clube ou Escola ?

5 Indique dois aspectos positivos e dois negativos que caracterizam a actividade do Desporto Escolar :

5.1 + _____ 5.3 - _____

5.2 + _____ 5.4 - _____

6 Indique dois aspectos positivos e dois negativos que caracterizam a actividade do Desporto Federado :

6.1 + _____ 6.3 - _____

6.2 + _____ 6.4 - _____

7 Acredita que o Desporto Escolar, para além de outras finalidades, pode contribuir para a tão falada detecção e formação de talentos desportivos ?

Se sim, resumidamente, diga como tal deverá ser efectuado.

Seguidamente, apresentamos um conjunto de afirmações, sobre as quais gostaríamos de saber a sua opinião.

Para o efeito, propomos a seguinte escala:

Totalmente em desacordo	Relativamente em desacordo	Sem opinião	Relativamente de acordo	Totalmente de acordo
1	2	3	4	5

1	O Desporto Escolar deve ser só para os alunos mais dotados desportivamente.					
2	A actual estrutura organizativa do desporto Escolar é funcional e satisfaz as necessidades.					
3	O Desporto Escolar deve ter um quadro competitivo próprio, de acordo com o funcionamento actual.					
4	O Desporto Escolar apresenta especificidades próprias, não podendo interagir com outros sistemas.					
5	A organização do quadro competitivo do Desporto Escolar, deve ser da inteira responsabilidade da sua estrutura.					
6	O projecto educativo das escolas deve ter um programa de desenvolvimento do Desporto escolar a longo prazo.					
7	A escolha das modalidades do clube do desporto Escolar, deve ser da responsabilidade do órgão de gestão da escola, tomando em consideração a tradição desportiva da região.					
8	As câmaras municipais devem apoiar, por lei, os clubes de Desporto Escolar do respectivo concelho.					
9	As infra-estruturas desportivas das escolas, não são adequadas para a prática do Desporto Escolar.					
10	Os recursos financeiros são, decisivos para o projecto do Desporto Escolar.					
11	Os professores devem ter um vencimento extraordinário no enquadramento técnico do Desporto Escolar.					
12	Os professores de Educação Física, devem ter no horário, uma componente obrigatória de enquadramento do Desporto Escolar.					
13	O Desporto Escolar deve contribuir para a formação desportiva inicial, tendo em vista futuros praticantes.					
14	O Desporto Escolar deve se obrigatório por lei em todas as escolas.					

Totalmente em desacordo	Relativamente em desacordo	Sem opinião	Relativamente de acordo	Totalmente de acordo
1	2	3	4	5

15	Não deve existir Desporto Escolar nas escolas.						
16	O Desporto Escolar deve depender da orientação das associações e federações desportivas.						
17	Os praticantes do desporto federado não devem fazer parte do clube do Desporto Escolar.						
18	É importante existir um protocolo entre os clubes desportivos locais e as escolas (DE).						
19	As câmaras municipais não têm “nada a ver” com o Desporto Escolar.						
20	Antigos atletas de prestígio internacional, devem ser envolvidos no Desporto Escolar.						
21	O desporto federado, consegue dar resposta à formação desportiva inicial.						
22	Desporto Escolar – uma questão do Sistema Desportivo.						
23	Desporto Escolar – uma questão do Sistema Educativo.						
24	Desporto Escolar – uma questão de ambos os sistemas.						

Obrigado pela sua colaboração